UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES PROGRAMA DE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO

ERICA MALI ROSAS SILVA

SEQUESTRO DA DOCÊNCIA: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATUAÇÃO DOS PROFESSORES/MONITORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ALAGOAS (1996 A 2021)

MACEIÓ
2023

ERICA MALI ROSAS SILVA

SEQUESTRO DA DOCÊNCIA: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATUAÇÃO DOS PROFESSORES/MONITORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ALAGOAS (1996 A 2021)

Trabalho de Conclusão de Dissertação apresentado ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito à obtenção do título de Mestre em História Social pelo Programa de pós-Graduação em História/PPGH.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Alves Bezerra.

MACEIÓ
2023

Catalogação na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586s Silva, Erica Mali Rosas.

Sequestro da docência : precarização do trabalho e suas implicações na atuação dos professores/monitores da Rede Pública Estadual de Alagoas (1996 a 2021) / Erica Mali Rosas Silva. – 2023.

173 f. : il.

Orientador: Antônio Alves Bezerra.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 167-173.

1. Precarização docente - Alagoas. 2. Contrato temporário. 3. Trabalho docente. 4. Monitores. I. Título.

CDU: 37.011.31(813.5)

A todos os professores que atuam ou atuaram em regime de contratos temporários na Rede de Ensino Estadual de Alagoas. Que a docência sequestrada possa ser resgatada na luta.

AGRADECIMENTOS

À André, companheiro de todas as horas, por sua paciência, compreensão e atenção nos momentos de total dedicação ao estudo. Divido esse texto com você, ele faz parte das nossas lutas travadas na educação.

As minhas filhas. Laura, sol de nossas vidas, pelas leituras compartilhadas de meus textos, sempre colocando as vírgulas e pontos. A Stella, estrela a brilhar, pelo acompanhamento nas horas de intensas produções. Espero que vocês tenham percebido como é árduo mais prazeroso estudar. Sempre conto com vocês!

Aos meus pais queridos. Benedito Jerônimo e Gerilda Rosas pela força e atenção durante todo o processo do mestrado desde a torcida para a seleção a conquista da defesa. Saibam que minhas ausências eram por um bom propósito. Obrigada por me fazerem professora.

Aos meus tios e tias, a base da família vem forte e me dar coragem para persistir.

Aos meus irmãos, cada um do seu jeito torceu por mim, sempre perguntando e vibrando com as conquistas.

Aos meus sobrinhos, desejo vê-los mestres e mestras, pois sei que serei apenas uma entre vocês.

As amigas Adriana Viana, Simone Souza, Márcia Luna e Paula Panar, pelo incentivo constante a encarar o mestrado como algo possível. Passei pelo processo amigas e com ele muito aprendizado.

A equipe da Escola Estadual Cônego Amando de Gusmão, vocês me dão força para acreditar na Educação.

Ao grupo de trabalho da Semed Maceió pelo acompanhamento e torcida em todas as horas.

A fundação de amparo à pesquisa de alagoas – FAPEAL, pelo financiamento durante um ano, incentivo indispensável para realização da pesquisa.

Ao querido orientador, Antônio Alves Bezerra, nosso encontro foi providencial, uniu meu interesse pelo ensino de História e pela Educação com seu mister no curso. Agradeço por todo acompanhamento, aprendizado, segurança e tranquilidade na orientação. Aprendi que a dureza de uma pesquisa pode ser humanizada, leve e curtida. Os professores de História agradecem pela visibilidade dada às questões relativas ao ensino de História no estado de

Alagoas. Obrigada por tudo!

A minha turma, pois apesar de cursarmos de forma remota, as necessidades e trajetórias de pesquisas nos uniram em vários momentos. Especialmente a Lidiane companheira de estudos para o ingresso do mestrado e a Rafael Britto companheiro de orientação, pelas trocas e apoio no processo de escrita.

Aos professores do Programa De Pós-Graduação em História - PPGH pela dedicação e apoio nas demandas relativas ao processo.

Aos professores que participaram dessa pesquisa, serei sempre grata pela contribuição de vocês. Aos que já conseguiram se tornar professores efetivos, sei o quanto representa essa conquista, aos outros torço para vê-los professores/as efetivos e assim alcançar a estabilidade, estaremos sempre juntos! Avante!

A Deus! Por toda força física, mental e emocional para concretizar esse sonho. O sentimento de estar grato a tudo vivido no processo do mestrado é enorme, não faltou nenhuma condição para as leituras e escrita, um objeto no qual tenho vínculo, livros e fontes à disposição, um bom orientador, uma família apoiando, combo perfeito. A Ele agradeço todos os dias pelo sentimento de tranquilidade, paz e felicidade sentido no processo provando que quando tem que dar certo o fardo é leve e suave.

Epígrafe

“Você me faz correr demais
Os riscos desta highway
Você me faz correr atrás
Do horizonte desta highway
Ninguém por perto, silêncio no deserto
Deserta highway
Estamos sós e nenhum de nós
Sabe exatamente onde vai parar
Mas não precisamos saber para onde vamos
Nós só precisamos ir
Não queremos ter o que não temos
Nós só queremos viver
Sem motivos, nem objetivos
Estamos vivos e isto é tudo
É sobretudo a lei
Dessa infinita highway [...]
[...] Eu vejo um horizonte trêmulo
Eu tenho os olhos úmidos
Eu posso estar completamente enganado
Eu posso estar correndo para o lado errado
Mas a dúvida é o preço da pureza
E é inútil ter certeza
Eu vejo as placas dizendo
Não corra, não morra, não fume
Eu vejo as placas cortando o horizonte
Elas parecem facas de dois gumes
Minha vida é tão confusa quanto a América Central
Por isso não me acuse de ser irracional [...]”

(Trechos da música Infinita Highway, Engenheiros do Hawaii, 1987).

RESUMO

A pesquisa em tela versa sobre o tema da precarização do trabalho docente. Historiciza a política educacional, que nasce em um contexto de mudanças implementadas na educação de base neoliberal a partir da ótica da historiografia do trabalho. Tem como foco a experiência alagoana uma vez que a rede estadual de ensino ao longo de mais de vinte anos convive com o regime de contratação temporária que gera jornadas altas e instabilidades salariais, de muitos professores chamados de monitores. O recorte temporal é de 1996 a 2021 e os sujeitos prioritários da pesquisa são os professores em regime de contrato temporário que atuam em escolas da rede regular de ensino de Alagoas, buscando compreender este universo de atuação dos professores que integram o currículo básico da educação alagoana. Como problemática central da pesquisa temos a seguinte indagação: de que forma a configuração da precarização do trabalho docente tem implicações na prática político-pedagógica dos professores/monitores nas escolas públicas da rede regular de ensino de Alagoas? O corpo bibliográfico dialoga dentre outros com os estudos de Antunes (2009; 2017) sobre sociologia do trabalho, nova morfologia do trabalho, trabalho e centralidade, classe trabalhadora; Lessa (2011), quando discute Capital e Estado, bem-estar social e trabalho; Mészáros (2002; 2008), crise estrutural do capital, educação e capital; Tardif (2003; 2014) e sua abordagem sobre os saberes docentes e trabalho docente. A pesquisa tem como fontes primárias documentos oficiais escritos como os editais de seleção de professores contratados como também leis que regem esses contratos e entrevistas a professores/monitores. A Constituição de 1988, a LDB de 1996, o Estatuto do Magistério e Regime Jurídico Único de Alagoas, serviram para realizar uma análise entre os dispositivos colocados nos editais para os professores e o que dizem a legislação vigente, percebendo assim a possível ausência de garantia de direitos para os professores em regime de contrato. A pesquisa é relevante para a educação do nosso estado, pois contribui para o desvelamento de como se dá a situação dos contratos temporários e suas possibilidades na atuação dos professores que compõem o quadro de educadores da rede estadual, levando-nos a refletir sobre as condições de trabalho aos quais são submetidos ao longo dos anos.

Palavras-chave: Precarização docente; Contrato temporário, Trabalho docente; Monitores.

ABSTRACT

The present research deals with the theme of precariousness of teaching work. It historicizes educational policy, which emerged in a context of changes implemented in neoliberal-based education from the perspective of labor historiography. Its focus is on the Alagoas' experience, since the state education system has been dealing for over twenty years with a regime of temporary hiring that leads to high working hours and unstable salaries for many teachers who are dubbed as monitors. The time frame is from 1996 to 2021 and the priority subjects of the research are the teachers under temporary contracts who work in schools of the regular education system in Alagoas, seeking to understand this universe of roles that the teachers who integrate the basic curriculum of Alagoas education play. As a central problem of the research we have the following question: how does the configuration of the precariousness of teaching work affect the political-pedagogical practice of teachers/monitors in public schools in the Alagoas State Education system? The bibliographic body dialogues, among others, with the studies of Antunes (2009; 2017) on sociology of work, new morphology of work, work and centrality, working class; Lessa (2011), when discussing Capital and the state, social welfare and work; Mészáros (2002; 2008), structural crisis of capital, education and capital; Tardif (2003; 2014) and his approach to teaching knowledge and teaching work. The research has as primary sources official written documents such as the notices of selection of hired teachers as well as laws governing these contracts. The Constitution of 1988, the Law of Lines of Direction and Bases of the Education of 1996, the Statute of the Magisterium and the Unified Legal Regime of Alagoas, served to carry out an analysis between the devices placed in the notices for teachers and what the current legislation says, thus realizing the possible absence of guarantee of rights for teachers under contract. The research is relevant to the education of our state, as it contributes to the unveiling of how the situation of temporary contracts and their possibilities in the performance of teachers who make up the staff of educators in the state system, leading us to reflect on the working conditions to which they are subjected over the years.

Keywords: Precariousness of teaching; temporary contract; teaching work; monitors.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Informações gerais dos editais de seleção de professores/monitores - 2009 a 2021 ..... **74**

Quadro 2 Proporção entre os editais de seleção de professores/monitores e editais dos concursos públicos no período de 2005 a 2021 ..... **76**

Quadro 3 Requisitos básicos para disciplinas edital 2014 ..... **84**

Quadro 4 Relação entre vagas na seleção de 2014 e 2021 ..... **86**

Quadro 5 Quantitativo de vagas para professores efetivos conforme concursos de 2013, 2017 e 2021. **87**

Quadro 6 Comparação entre os contratos temporários de 1998, 2017, 2020 ..... **99**

Quadro 7 Comparativo entre os valores de contratos, salário e piso salarial previsto em edital **111**

Quadro 8 Perfil dos professores pesquisados **120**

Quadro 9 Categorias teóricas, empíricas e unidades de análise da pesquisa..... **123**

Quadro 10 Nome e caraterização dos docentes participes da pesquisa..... **126**

Quadro 11 Um olhar dos colaboradores da pesquisa: problemas que afetam a atuação do professor/monitor..... **154**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	Assembleia Legislativa de Alagoas
APA	Arquivo Público de Alagoas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de
FUNDEPES	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa
GB	Geraldo Bulhões
GERE/GERES	Gerência Regional de Ensino/Gerências Regionais de Ensino
HTPC	Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo
HTPI	Horas de Trabalho Pedagógico Individual
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PC DO B	Partido Comunista do Brasil
PEE	Plano Estadual de Educação
PDV	Programa de Desligamento Voluntário, Programa de Demissão Voluntária
REAENP	Regime Especial de Atividades Escolares não Presenciais
STF	Supremo Tribunal Federal
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SINTEAL	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas
PCC	Plano de Cargos e Carreiras
CESP	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília
CEBRASP	Centro Brasileiro de pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos
VQDT	Vem que dá Tempo
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
SINTEAL	Sindicato dos Trabalhadores de Educação
SINPROCORPAL	Sindicato dos professores Contratados da Rede Pública de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1 – TRABALHO, CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS LIBERAIS E PRECARIZAÇÃO DOCENTE 27

1.1. A crise estrutural do capital na década de 1970 28

1.2. Algumas interfaces da crise em Alagoas e no Brasil. 34

1.3. A Educação e o trabalho docente precarizado 48

2 – CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES: O "SEQUESTRO" DA DOCÊNCIA 67

2.1. Editais de seleção de professores/monitores: configuração da precarização do trabalho docente em Alagoas 72

2.2. Editais para professores/monitores: atribuições e vagas 80

2.3. Base legal dos editais: convocação e contratos 90

2.4 - Contratos de professores/monitores: jornadas e salários 105

3 – OFÍCIO, VOZES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES 116

3.1 Falas de professores: percurso metodológico 117

3.2 Trabalho docente precário 127

3.3 Atuação política e pedagógica 132

3.4 Educação neoliberal, um caminho a precarização da docência 147

CONSIDERAÇÕES FINAIS 162

REFERÊNCIAS 167

INTRODUÇÃO

> *...a precarização do trabalho tornou-se uma questão crucial na vida do professor a partir da junção e sobreposição dos elementos do tripé: salários, jornadas e contratos que por analogia, poderiam se converter respectivamente nos termos: empobrecimento, intensificação do trabalho e instabilidade*[1].

O trecho utilizado como epígrafe específica como a precarização no trabalho docente tem sido uma marca nos contextos vividos pelos professores "na conjuntura neoliberal no Brasil", segundo a autora. Um cenário que o trabalhador professor convive com uma demanda de trabalho intensa, em alguns casos sem garantia de direitos trabalhistas e em situação de cansaço e empobrecimento, ganhando salários baixos e muitas vezes atrasados, trabalhando jornadas altas de até 60 horas semanais e ocupando muitas vezes os três turnos em escolas diferentes e em regime de contratos temporários por um longo período. Essa realidade se faz presente em estados ricos como São Paulo, mas, também em estados pobres como o estado de Alagoas, *locus* dessa pesquisa.

Por seu turno, a rede estadual de ensino de Alagoas ao longo de mais de vinte anos tem convivido com o regime de contratação temporária de professores nas diversas disciplinas do currículo, sendo esta uma das problemáticas desta dissertação, compreendendo que é a partir da contratação temporária de professores/monitores que ocorrem as jornadas elevadas com salários baixos. Portanto, a dissertação intitulada: Sequestro da Docência: Precarização do Trabalho e Suas Implicações na Atuação dos Professores/Monitores da Rede Pública Estadual de Alagoas (1996 a 2021)[2] busca descortinar a política educacional que emerge em contexto de mudanças sob o manto de uma educação de base neoliberal alocada no estado de Alagoas. A dissertação procura, enfim, desvelar os contratos temporários de admissão de professores/monitores na rede regular de ensino alagoana, principalmente, quando se busca associar algumas interfaces desses contratos as implicações políticas em sua atuação, posto

[1] OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **"Professor, você trabalha ou só dá aula":** um olhar sobre a história e a precarização do trabalho docente - Curitiba: CRV, 2019, p. 59.

[2] A expressão **sequestro da docência** indica que o fato dos professores serem chamados de monitores apreende o direito de serem docentes. A ideia por trás é a de que eles são de fato professores e não de direito. Direito esse retirado pela ação do Estado com a prática de nomear professores como monitores há anos. Ainda tem intrínseca a ideia de que esse direito é retirado quando convêm mais 'dado' pelo mascaramento da igualdade em muitos aspectos entre todos os professores (contratados e efetivos) mesmo com vínculos diferentes, aspectos estes abordados na pesquisa.

que Alagoas figura na pesquisa de Gomes (2017, p.101), como o estado que tem o maior número de contratos temporários das redes públicas de ensino no Brasil no ano de 2015[3].

A dissertação tem como objetivo problematizar as implicações na atuação político-pedagógica dos professores a partir da precarização do trabalho de professores/monitores que têm atuado na rede de ensino de Alagoas em regime de contrato temporário, entre os anos de 1996-2021, por ser um recorte temporal longo do ponto de vista administrativo, considero esse objeto relevante nesta pesquisa por buscar trazer à luz o "sequestro" da docência em Alagoas por meio do trabalho educacional precarizado.

O marco inicial é o ano de 1996 quando notadamente no estado de Alagoas se instala uma crise política no curso do governo de Divaldo Suruagy. Essa crise teve seus desdobramentos na educação estadual ao se propor como medida o Programa de Demissão Voluntária - PDV - que causou a demissão de centenas de docentes gerando carência imediata nas variadas disciplinas do currículo seguidas de ausências de aulas na Educação Básica em decorrência de em média 3000 professores que aderiram ao programa de Demissão Voluntária - PDV. Dentro desse contexto de descaso com a educação do estado emerge a primeira publicação de Edital para contratação de professores/monitores. Naquela ocasião a ideia inicial era de que estas contratações seriam temporárias e durariam até que o estado se organizasse financeiramente e realizasse concursos públicos, assim como realizar a reposição das aulas após períodos de greves prolongadas ocorridos já antes, durante o governo Geraldo Bulhões até o estado se organizar e realizar concursos públicos, havia também o argumento em contratar profissionais para educação de forma precarizada observando a ausência de um grande quantitativo de professores graduados em algumas áreas, como Matemática e Física que era bem baixo, associado, também, as aposentadorias e as demissões voluntárias de professores propostas pelo PDV, quando a administração pública optou por contratar professores/monitores para exercício da docência em salas de aulas.

No que tange ao momento final de análise da documentação existente sobre a temática, demarcamos o ano de 2021 quando observamos o lançamento de dois editais, um para professores efetivos e outro para professores/monitores.[4] É preocupante quando no decorrer

[3] GOMES, Thayse Ancila Maria de Melo. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil**: Implicações para a categoria docente. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p.101.

[4] Registre-se que naquele ano foi aberto um concurso público de provimento de cargos para professores efetivos e outro para a contratação de professores/monitores, no intento de suprir demandas de uma mesma categoria, algo inquietante na pesquisa, questão que será tratada mais adiante. ALAGOAS. **Secretaria de Estado da**

de 25 anos, demarca-se a permanência do processo de contratação de professores através da abertura de editais e sua atuação docente em regime de contrato na rede, caracterizando a política implementada pelo estado ao tempo que contrata professores/monitores temporários realiza concursos públicos para cargos efetivos, mantendo as duas formas de vínculo trabalhista na rede regular de ensino de Alagoas.

Considerando as condições de trabalho as quais os professores vêm sendo submetidos ao longo dos anos compreendidos pelo recorte temporal dessa pesquisa, busca-se trazer à luz como a permanência dos contratos de monitores/professores tem sido constituindo e quais os seus desdobramentos para a prática docente no âmbito do estado de Alagoas, contribuindo, assim, para o entendimento de como a prática de contratos temporários de professores em Alagoas revela uma marca social, política e cultural de gestões passadas e que encontra espaço também da atual gestão no que diz respeito à educação.

Na esteira da reflexão é possível perceber a escassez de pesquisas acerca desta temática no estado de Alagoas, considerando esse silêncio como uma de nossas motivações essa dissertação propõe desenvolver essa pesquisa no âmbito do Programa de Pós-graduação de História/PPGH da Universidade Federal de Alagoas/UFAL.

Ao fazer o primeiro levantamento bibliográfico com a chave "professores temporários" e "professores monitores" no repositório do banco de teses e dissertações do Centro de Educação da UFAL (CEDU), me deparei com a dissertação de Oliveira (2015)[5] intitulado: "Trabalho docente precário: narrativas de professoras-monitoras de uma escola estadual do 1º ao 5º ano no município de Maceió - Al a precarização em debate – 2015", quando a autora problematiza o trabalho docente precário a partir de narrativas de vida professoras-monitoras em uma escola dos anos iniciais do Ensino Fundamental , assim como o trabalho de Ferreira (2017)[6] que versa sobre o Trabalho docente: a precarização em debate - 2017 trazendo à luz o contexto do processo das políticas públicas educacionais alagoana. Já no banco de dissertações do PPGH/UFAL não houve nenhum registro de dissertação sobre a temática no período de 2012 a 2018, desvelando a necessidade de se pesquisar esse tema em um programa de pós-graduação que forma muitos professores de história, talvez o maior formador de historiador no estado de Alagoas.

Educação - Editais 2021. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/legislacao/editais/editais-2021>. Acesso em: 10.01.22.

[5] OLIVEIRA, Manuella Souza de. **Trabalho docente precário**: narrativas de professoras-monitoras de uma escola estadual do 1º ao 5º ano no município de Maceió - AL - 2015.115 f.

[6] FERREIRA, Geisa Carla Gonçalves. **Trabalho docente**: a precarização em debate. 2017. 109 p.

Nessa busca pela constituição de um arcabouço teórico sobre o tema no estado, localizei outros trabalhos no campo da Educação, dois artigos com autoria de Manuella Souza de Oliveira e Laura Cristina Vieira Pizzi (2012)[7] e um artigo de Thayse Ancila Maria de Melo Gomes (2014)[8] que também pesquisou em nível de mestrado sobre a contratação de professores temporários nas redes públicas estaduais de ensino no Brasil e tratam de algumas nuances circunscritas na realidade dos professores no estado de Alagoas. Localizei também os trabalhos de Lira (2012; 2016) que pesquisa sobre o contexto que envolve a trajetória sindical dos trabalhadores da Educação e trabalho docente em Alagoas e mais recentemente, no período da qualificação dessa pesquisa, o de Pereira (2022)[9] que versa sobre a Precarização do trabalho docente na rede estadual de ensino no estado de alagoas (2006 a 2018). No caso de Lira, há dois livros publicados; um sobre movimento sindical em educação em Alagoas (2013)[10], resultante da dissertação e outro sobre o neoliberalismo no governo Vilela Filho (2017)[11], resultante da tese de doutorado

Sabendo-se que a precarização do trabalho, especialmente o trabalho docente, este tem sido chamado a atenção em alguns estudos, destaque-se os trabalhos de Antunes (1995; 2009); Oliveira (2019); Silva (2020), dentre outros.[12] Tomando as reflexões destes autores como necessárias na construção da dissertação em curso, percebo que a precarização do trabalho docente no estado de Alagoas ainda é pouco estudada tanto no âmbito dos cursos de graduação em nível de Trabalhos de Conclusões de Cursos - TCC, como em dissertações e teses nos programas de pós-graduação, especialmente em Educação.

---

[7] OLIVEIRA, Manuella.; PIZZI, Laura. **Monitores e a precarização do trabalho docente em Alagoas**: Histórias de vida. In: Colóquio Internacional, 6, 2012. **Anais**… Sergipe: UFS,2012 e
_____. Proletarização e Precarização do trabalho docente: Os/as monitores/as em Alagoas. In: Congresso Nacional de Educação, 11,2013, **Anais**… Curitiba: PUC, 2013

[8] GOMES, Thayse. O professor- monitor e suas implicações no trabalho docente na rede pública de ensino de alagoas**.** In: Seminário Internacional da rede Estrado, 15, 2014, Salvador. **Anais**… Salvador: UNEB, 2014. Ressalto que os escritos destas duas autoras problematizam a temática da precarização do trabalho docente com recortes temporais diferentes do que realizo nesta dissertação em construção, justificando-se a necessidade de ampliação do olhar para as questões relativas ao tema, avançando no tempo e nas abordagens próprias da política educacional do estado de Alagoas.

[9] PEREIRA. Maria Betânia Nunes. **Precarização do trabalho docente na Rede Estadual de Ensino de Alagoas (2013 a 2021)**. 2021.

[10] LIRA, Jailton de Souza. **Uma questão de classe**: o movimento sindical da educação em Alagoas – EDUFAL, 2013.

[11] LIRA, Jailton Souza. Educação Pública em Alagoas: a ofensiva neoliberal dos governos Teotônio Vilela Filho (2007-2014) – Maceió. EDUFAL. Imprensa oficial Graciliano Ramos. 201.7

[12] Sobre a precarização do trabalho destaco: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2.ed. São Paulo: editora Cortez, 1995 e ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho - São Paulo, SP: Boitempo, 2009. Destaco sobre precarização do trabalho docente os trabalhos atuais de: OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **"Professor, você trabalha ou só dá aula? ".** Um olhar sobre a história e precarização do trabalho docente - Curitiba: CRV, 2019 e Silva, Amanda Moreira de. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente:** o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras - Curitiba: CRV, 2020.

Portanto, é a partir dessa necessidade e da minha aproximação com o tema que ora apresento nessa dissertação em andamento que se originou a partir da minha reaproximação com a Universidade Federal de Alagoas/UFAL, no ano de 2014 ao participar alguns eventos promovidos pelo curso de Licenciatura em História, quando pude perceber mudanças significativas com relação à inserção e visibilidade do ensino de história e a busca de uma formação inicial e continuada dos professores de História diante dos desafios da docência em tempos de negação da Ciência, especialmente as humanidades[13].

Nos idos do ano de 2017 me motivei um pouco mais a participar dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho/GT de ensino de História conduzido pelo Prof. Dr. Antônio Alves Bezerra que dentre outras preocupações, questionava e buscava compreender o regime de contratação de professores/monitores na rede estadual de ensino de Alagoas, salientando a ausência de pesquisas sobre o tema no curso de História. Dessa forma, fui me aproximando dos debates que deram maior visibilidade ao tema desta pesquisa.

Assim, me chama a atenção algumas sutilezas quanto à atuação dos professores no espaço escolar em Alagoas, pois muitas vezes a sua formação especifica é cerceada em detrimento de atuação em áreas na qual não possuem formação específica, questões levantadas nos debates proporcionados pelo Grupo de Trabalho (GT) ancorados nas minhas experiências e percepções de professora de História em exercício, elementos que me motivaram a debruçar-me nessa pesquisa em nível de mestrado.

A pesquisa de dissertação ora apresentada traz em seu bojo a problemática: de que forma a configuração da precarização do trabalho docente tem implicações na prática político-pedagógica dos professores/monitores nas escolas públicas da rede regular de ensino de Alagoas? Por esse caminho, interessa-nos pesquisar sobre os contratos temporários de professores/monitores na rede pública de ensino de Alagoas e suas implicações para prática docente a partir das seguintes inquietações: como se estabeleceu o contexto de influências geradoras dos processos de contratação dos professores/monitores temporários para atuarem na rede estadual de ensino de Alagoas? Que especificidades existem nesse processo para a manutenção dos contratos que deveriam ser temporários mesmo em contexto de realização de concursos públicos para provimentos de vagas ao cargo de professores? Como se deu/dá a

[13] Sou professora efetiva de História da rede regular de ensino estadual desde 2001, atuando no momento na função de coordenadora pedagógica em uma escola de Ensino Médio. Convivo com os professores que atuam no regime de contrato temporário, realidade bem conhecida há anos no cotidiano de todos que fazem a educação no estado de Alagoas. De lá para cá, presencio a permanência dos contratos temporários de monitores como forma de suprir a carência de professores, pois trabalho em uma escola de Ensino Médio em que até maio de 2022 quatorze dos quinze docentes das diversas disciplinas eram professores/monitores.

relação entre precarização docente e atuação político-pedagógica dos professores no espaço escolar?

A partir de uma análise prévia da documentação inerente à pesquisa, há hipótese de que na rede estadual de ensino de Alagoas a configuração dos contratos temporários de professores/monitores demarca a precarização do trabalho docente e que este revela alguma especificidade que garantem a permanência dos professores, geram implicações político-pedagógicas em sua atuação em sala de aula e "mascara" a ausência de insalubridades nas condições de trabalho. Essa questão encontra eco na análise dos editais de seleção de professores/monitores contratados temporariamente que em suas entrelinhas desvelam fortes marcas do trabalho docente precarizado

Na tentativa de jogar luz nesta hipótese de problemática, a pesquisa relacionou e analisou as dimensões dos processos de precarização do trabalho docente presentes nas dinâmicas das políticas educacionais não apenas no estado de Alagoas, mas também nos contextos econômicos dos anos de 1990 utilizando-nos de referenciais teóricos em diálogo com os materiais produzidos pelo Poder Executivo de Alagoas no que tange as especificidades dos processos de contratos temporários dos professores/monitores, sobretudo com a desobrigação com alguns direitos trabalhistas assegurados a essa categoria pela legislação vigente em nosso País, questão ampliada na seção III deste trabalho ao analisar as implicações decorrentes da relação entre precarização do trabalho docente e atuação político-pedagógica dos professores/monitores da rede regular de ensino de Alagoas nas escolas.

Sob esse aspecto torna-se perceptível que os reflexos de uma política neoliberal na educação se pautam na isenção de alguns valores não investidos na Educação por parte do estado, especialmente aquelas em que se deve comprometer com políticas públicas de caráter abrangente e inclusivo com vistas à qualidade da aprendizagem. Para tanto, observa-se que tal política vem se tornando comum, inclusive nas redes públicas de educação, o que tem gerado vários problemas para os professores e para a sociedade, que tem conferido à educação formal de seus filhos às escolas públicas em todo o País, especialmente às pessoas com baixo poder aquisitivo.

Dado a sua abrangência no atendimento no âmbito do estado de Alagoas, a rede estadual de ensino tem contratado muitos professores para atuar nas salas de aulas da Educação Básica. As origens formativas desses professores são variadas, são graduados nas mais variadas instituições de Ensino Superior do Estado, sendo estas privadas e/ou públicas e que, por falta de expectativa são inseridos na rede de ensino por meio de contratos

temporários que perduram por anos marcando profundamente a sua atuação profissional de forma precarizada.

A partir dessa pesquisa e das leituras bibliográfica que tangenciam a temática em questão, no caso da educação de Alagoas, uma das formas de configuração da política de isenção responsabilidades com o dever público, se dá com a contratação temporária de "monitores", como evidencia Lira (2016) em sua tese de doutorado [14] intitulada: "O neoliberalismo na educação pública alagoana durante o governo Teotônio Vilela (2007 a 2015)" quando explica que o neoliberalismo na educação pública alagoana se configurou de forma abrangente durante o governo Teotônio Vilela, afirmando, decerto que "a expressão "monitor" foi o termo encontrado pelo governo para driblar o conjunto da legislação educacional que não permitia a contratação de professores sem a formação plena", sequestrando assim à docência ainda em seu início, pois tornava jovens estudantes universitários, assim como professores já graduados em uma única coisa, ministrando aulas de vários componentes curriculares em situação de trabalho muito perversa.

Destarte, o monitor é o profissional da educação alagoana que exerce à docência em regime de contrato de trabalho na rede regular de Alagoas. Estes, até o edital de seleção de 2015, podia ser contratado sem finalizar a formação inicial estando com no mínimo 50% da licenciatura cursada, portanto, de acordo com esses editais estava apto á lecionar. Chamo a atenção para o fato de que os possíveis estudantes contratados ainda não haviam tido nenhum contato com as escolas do ponto de vista da formação, pois, foi no ano de 2006 que os estágios começaram a acontecer a partir da metade dos cursos, antes disso, este acontecia apenas no último ano, conforme a legislação sobre Estágio Supervisionado Obrigatório nas Licenciaturas.

O fato de utilizar um profissional que não tinha formação completa justificava a sua contratação como indicador de superação da tão propalada ausência de professores na Educação Básica no estado. Assim, utilizar a expressão monitor tornou-se elementar para a SEDUC/AL fazer a sua contratação e colocá-los não para auxiliar um professor, como indica a nomenclatura recebida, mas, para preparar e ministrar aulas, não apenas da disciplina específica na qual esse sujeito ainda se encontrava estudando, mas, em outras disciplinas disponíveis nas escolas para a qual era encaminhado, sendo essa uma das condições do termo de outorga desse contrato. Entendemos que o fato de chamar um professor de monitor ao

[14] LIRA, Jailton de Souza. **O neoliberalismo na educação pública alagoana durante o governo Teotônio Vilela (2007 a 2015)**. João Pessoa/2016. 345 p.

longo de anos rouba, sequestra deste à docência, quando retira o direito de ser chamado de professor e o coloca na situação real de docente sendo chamado de monitor. Assim, a dissertação em questão nomeia os sujeitos da pesquisa como professores/monitores, já que eram/são professores que permanecem temporariamente em situação de contratos diferenciados se comparados ao regime dos professores concursados, ou melhor, efetivos.

O repertório teórico metodológico da dissertação indica que foram muitas as modificações ocorridas no mundo do trabalho na contemporaneidade e que tais modificações trazem consigo exclusão em larga escala e que estas se tornam muito evidentes, sobretudo no campo da Educação. Com isso, nota-se que a atuação do estado alinhado a inclinações neoliberais tem buscado se isentar de responsabilidades que lhes são próprias, inerentes a sua razão de ser, sobretudo no campo da educação, pois, as práticas de contratação de servidores públicos a título de experiência temporária por meio de contratação, reforça uma política de trabalho que desvaloriza o serviço público, reduzindo, assim o valor e prestígio da docência na rede de ensino do estado de Alagoas.

Dessa maneira, alguns problemas estruturais na pasta da Educação no estado de Alagoas para professores efetivos e contratados já são evidentes e tem se tornado quase que "crônicos" dado ao tempo de sua existência sem que os mesmos sejam combatidos no sentido de extingui-los, pois a cada ano percebe-se por meio das avaliações externas baixo aproveitamento dos estudantes ou rendimento satisfatório em algumas escolas e/ou bairros, isso pode ser percebido não apenas na disciplina de História, mas nos demais componentes curriculares, criando um cenário de desmotivação não apenas na Educação Básica, mas, também na formação de outros professores que iniciam sua formação muitas vezes de forma separada entre os conteúdos específicos de sua formação com os pedagógicos.

Os motivos poderão estar associados ao pagamento de salários baixos se comparados as elevadas jornadas de trabalhos, as condições insuficientes de trabalho, recebendo valores de hora-aula às vezes irrisórios e sem garantias mínimas de alguns direitos trabalhistas, além da falta de condições de trabalho e a perda de status e valor simbólico destes profissionais que desmotivam os profissionais e potencializa desmobilização da categoria docente, havendo, inclusive a distinção no âmbito do espaço escolar entre "professores/monitores" e professores efetivos, afetando diretamente a sua atuação. Estas questões somadas a outras nos fazeres da docência desagregam, decerto, a categoria no sentido de construção da identidade de um novo segmento profissional para fazer a mesma coisa, preparar e ministrar aulas, ocasionando consequências irreparáveis nas relações sociais e culturais construídas no espaço das escolas.

Nesse interim, sabendo que a precarização do trabalho atinge todos os professores, destaco, que os sujeitos prioritários da pesquisa foram os professores/monitores em regime de contrato temporário que atuavam/atuam em escolas da rede regular de ensino de Alagoas, entendendo que estes são mais afetados na precarização de seu trabalho. Na proposta de pesquisa inicial buscava-se pesquisar apenas os professores de História, mas ao longo das discussões com colegas e orientador, e com as indicações da própria bibliografia e fontes, optou-se por buscar compreender um universo mais amplo de atuação dos professores que integram o currículo da Educação Básica em Alagoas, considerando que o processo de contratação é único para todos os professores, não havendo distinção quanto a disciplina que iriam ministrar.

Faz-se necessário, ainda, refletir acerca do fator professores/monitores e professores efetivos, categorias distintas que constituem implicações político pedagógicas no espaço escolar presente no recorte temporal da pesquisa.

Pelo fato da pesquisa ter sido iniciada no ano de 2021, tempos difíceis e fortemente marcado pela negação da Ciência por alguns e pelos destroços deixados pela pandemia do Covid-19, mas com o retorno das aulas no mestrado, apesar dos desafios, as vivencias nas aulas no PPGH, orientações, os diálogos com os professores e pesquisadores das disciplinas e com as leituras complementares, tornou-se possível adequar o projeto inicial de dissertação ao corpo documental de modo à problematização da temática que ora apresento. Não obstante, essa pesquisa tem a marca de uma escrita do seu tempo, das vivências, das possibilidades e interdições do período pandêmico, pois somos seres do nosso tempo e não temos como impedir de que em nossos escritos se manifeste o tempo ao qual pertencemos[15].

Do ponto de vista teórico e metodológico a pesquisa ora apresentada se ancora no campo da História Social ao tempo que busca diálogos com a História do Tempo Presente dado ao recorte temporal e o objeto da pesquisa por se encontrar em movimento.[16] Sob essa

---

[15] BARROS, José D'Assunção**. A fonte Histórica e seu lugar de produção.** Petrópolis, RJ: vozes, 2020. p.13

[16] Cada vez mais a História tem se aproximado em pesquisar temas do presente. Tempo em que o pesquisador se localiza no contemporâneo e têm como objeto temas mais próximos de suas inquietações, problemas atuais e fontes, especialmente as falas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Portanto, o objeto desta pesquisa, assim como os caminhos delineados por ela se configura ligeiramente próxima a História do Tempo Presente porque o tema e objeto ora problematizado se inserem em um curto espaço de tempo com sujeitos e ações postas e em movimento nos últimos 20 anos, além desta narrativa histórica fazer parte da vida da autora. A pesquisadora que constrói essa dissertação lança olhares sobre o que pensam os sujeitos históricos que transitam nas tessituras desse objeto, ora próximo, ora distante e que se nutre das interfaces do contemporâneo, sobre os "problemas que surgem a cada momento e que a História não deve furtar-se em enfrentá-los", ALMEIDA, Anderson da Silva (Org.). **O que vamos contar?** Vozes da Pandemia: uma ação de documentar relatos sobre os impactos do covid-19 em Alagoas (2020). Maceió, AL: EDUFAL, 2021.

perspectiva, compreendo que a história se faz a partir do presente, como bem chama a atenção Bloch (2001, p. 66): “o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem os homens nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá, o título de um útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando o do historiador”[17].

No que tange o aspecto metodológico, a pesquisa se articula em perspectiva qualitativa e quantitativa, pois além de permitir compreender a complexidade das informações coletadas acerca da realidade pesquisada, prever também o levantamento de alguns dados quantitativos da rede regular de ensino de Alagoas em relação ao professores/monitores, usando a metodologia de categorização e caracterização, construindo, assim quadros que viabilizam uma melhor compreensão das informações a serem discutidas nesta dissertação.

Quanto ao corpo documental este se configura em fontes que são documentos primários, composto pelos editais de seleção de professores/monitores e pelas entrevistas. Foram aplicados 12 questionários com os professores/monitores com o objetivo de levantar informações que não se fizeram presentes nas fontes impressas e/ou digitais utilizadas nessa pesquisa, mas que são referentes as vivências dos professores nas escolas enquanto professores/monitores transitando na mesma rede de ensino em questão.

Foram também realizados a sistematização e análise de documentos oficiais que regem a Educação e os servidores públicos no estado de Alagoas bem como textos publicados sobre o tema por diversos autores.

A fim de alcançar as respostas das perguntas levantadas nesta pesquisa, com o intuito de que Gamboa[18] (2012, p. 114) aponta que “as respostas se encontram no mesmo lugar e contexto onde se originam as perguntas". Todavia, sabendo-se que as fontes utilizadas nesta pesquisa são documentos oficiais produzidos pelo próprio estado pautado na legislação que regulamenta a política educacional no estado e, por essa razão as informações nelas existentes não são meramente informações dadas, portanto, a sua leitura deve ser criteriosa, indagando, inclusive, sobre o seu contexto de produção.

Os editais analisados foram os do período de 2009 a 2021[19] e revelaram dentro de suas definições marcas do trabalho docente precarizado. Os do final dos anos de 1990 até 2008 não

[17] BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
[18] GAMBOA, Silvio Sanches. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. 2º ed. Chapecó: Argos, 2012.p. 114
[19] Uma vez que o tema se localiza na história do tempo presente, a documentação é encontrada com certa facilidade dado a disponibilidade nas plataformas digitais, assim a busca de informação em sites oficiais foi utilizada já que muitos documentos

foram localizados nas plataformas digitais, pois à época estes documentos não estavam disponibilizados, já que no site da secretaria de educação observamos disponibilidades dos documentos a partir de 2008. Em levantamento realizado no decorrer da pesquisa encontrei alguns editais em formato de PDF aqueles que ligeiramente se identificam como contrato temporário, sendo os de números: 013/2009; 009/2012; 003/2013; 001/2014; 013/2015[20] e 031/2017; 003/2018; 007/21[21].

A Constituição de 1988, a LDB de 1996, o Estatuto do Magistério e Regime Jurídico Único de Alagoas, foram localizados facilmente em sites oficiais da esfera Federal e Estadual serviram para analisar os dispositivos legais colocados nos editais acima citados, sendo silenciado as garantias e direitos para os professores/monitores em regime de contrato temporário[22].

Por fim, a análise e a problematização das informações presentes no corpo documental elencado nesta pesquisa, dialogam com os teóricos que tratam exclusivamente das metodologias compatíveis a cada tipologia de fonte, norteando procedimentos de coleta, sistematização e interpretação das informações em diálogo com outras referências bibliográficas sobre a temática em desenvolvimento. Segundo Bloch (2001, p. 67), "para interpretar os raros documentos que nos permitem penetrar nessa brumosa gênese, para formular corretamente os problemas, para fazer uma ideia deles, uma primeira condição deve ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje"[23].

Para tanto, o corpo bibliográfico dialoga com os estudos de Antunes (2009) sob a perspectiva da Sociologia do trabalho, nova morfologia do trabalho, trabalho e centralidade, classe trabalhadora, ação e consciência, sindicalismo e movimento operário; Lessa (2011; 2014; 2016), discutir Capital e Estado, bem estar social e trabalho; Mészáros (2002), Dardot e Laval (2016), Laval (2019), crise estrutural do capital, educação e capital; Tardif (2003; 2014) quando situa o professor sob as perspectivas dos autores anteriormente referenciados sobre os saberes docentes e trabalho docente. Enquanto o repertório de autores relacionados a

---

[20] ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação - Editais 2015. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/legislacao/editais/editais-2015>. Acesso em: 8 ago. 2022.3

[21] ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação - Editais 2021. Disponível utilizando filtro por ano em: <http://sigepro.educacao.al.gov.br/selecao/>. Acesso em: 8 ago. 2022.

[22] Observa-se nesta pesquisa mudanças na redação de alguns contratos previstos em editais utilizados na pesquisa, a partir do ano 2015 notou-se preocupação em alguns direitos negados anteriormente aos profissionais em regime de contrato temporário, tais como: o pagamento de um terço de horas trabalhadas para planejamento, férias remuneradas, 13º salários, ampliação de até 60 horas sem modificar o regime de contrato, isso passou a acontecer a partir do edital de número 013/2015, estendendo-se até o de número 006/2021.

[23] BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (2001, p. 67).

educação e ao trabalho docente as análises terão como referencial bibliográfico as pesquisas de Freire (1987); Oliveira, (2015); Oliveira, (2019); Silva, (2020); Ferreira, (2017); Pereira, (2022); sobre as fontes históricas, entrevistas e a pesquisa educacional, Meihy e Seawright, (2020), Gatti, (2012), Oliveira, (2016), Barros, (2020), Aróstegui, (2006) dentre outros autores relevantes que dialogam sobre o tema.

Dessa maneira, pensar o aspecto político-pedagógico e seu imbricamento com práticas segregacionistas dos professores, a pesquisa em tela busca pensar a dimensão da ação dos professores no âmbito das escolas subordinadas a SEDUC/AL. Não obstante, compreende-se que a Educação é também um ato político, segundo Freire (1991)[24], pois a ação pedagógica do professor nas escolas, assim como a sua atuação em outros espaços sociais não é neutra e suas atitudes expressam intencionalidades. Portanto, refletir acerca das possibilidades de atuação permitidas ou interditadas pela situação contratual temporária de docentes sujeitos nesta pesquisa remete-nos a reflexão sobre as contradições, (re) configurações e resistências desse grupo de professores segregados por força de um contrato de trabalho temporário. Entender como e o que pensam os docentes contratados sobre a precarização de seu trabalho é também uma interface a ser observada e problematizada nesta pesquisa a partir da análise dos relatos dos professores nos questionários.

Por fim, a dissertação intitulada: Sequestro da Docência: Precarização do Trabalho e Suas Implicações na Atuação dos Professores/Monitores da Rede Pública Estadual de Alagoas (1996 a 2021), encontra-se organizada em três seções, sendo a primeira intitulada: **Trabalho, contexto das políticas educacionais liberais e precarização docente** quando se aborda o contexto das políticas liberais e da precarização do trabalho docente à luz do arcabouço teórico e nos debruçamos acerca da compreensão da crise estrutural do capital a partir da desestruturação do *taylorismo/fordismo* e seus desdobramentos no Brasil com inclinações para a realidade vivida no estado de Alagoas, adentrando o espaço da produção e, consequentemente, movimentando a forma de trabalho no que tange o saber e o fazer dos trabalhadores, sobretudo os da Educação, sujeito desta pesquisa. Não obstante, foca-se a precarização do trabalho como consequência desse processo, conceituando o contexto do trabalho docente e sua precarização.

A segunda seção, intitulada **Contratos temporários de professores: o "sequestro" da docência**, versa sobre a política de precarização do trabalho docente na rede regular de ensino do estado de Alagoas utilizando-nos dos contratos temporários de trabalho de

[24] FREIRE, Paulo. "A EDUCAÇÂO é um ato político". **Cadernos de Ciência**, Brasília, n. 24, p.21-22. 1991.

professores/monitores para atuar na SEDUC/AL. Neste, busco fazer uma análise dos editais de processos seletivos simplificados para a contração de professores/monitores n sentido de observar como se deu/dá a configuração da contratação e a consequente precarização do trabalho dos professores implicando em sua atuação na rede estadual de ensino de Alagoas através dos dispositivos previstos nos editais, inclusive as perdas de direitos trabalhistas da categoria docente.

A seção intitulada **Ofício, vozes e práticas pedagógicas de professores** de professores busca elencar e analisar as implicações decorrentes da precarização do trabalho docente nos fazeres político-pedagógico dos professores/monitores de história na rede regular de ensino de Alagoas. Nela aborda-se a análise de ofícios, vozes e práticas dos docentes emanados de suas vozes por meio do uso de questionários aplicados a 12 professores em situação de contratos e em cargo efetivo no sentido de desvelar o que pensa esses profissionais da Educação acerca do trabalho precarizado no qual estão inseridas e submetidos, focando, sobretudo, nas implicações em sua atuação política pedagógica.

1 – TRABALHO, CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS LIBERAIS E PRECARIZAÇÃO DOCENTE

> *Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias*[25].

Esta seção aborda inicialmente sobre a crise do capital que atinge o mundo nos anos 70, bem como o Brasil e o estado de Alagoas particularmente nos anos de 1990, reverberando suas relações e implicações com o mundo do trabalho, focando de forma particular no trabalho docente no estado de Alagoas com o objetivo de entender como as relações de trabalho se formataram a partir daquele momento e como isso tem afetado alguns aspectos vividos pelos profissionais da educação no tempo presente.

De antemão devo anotar que fiz uso, enquanto arcabouço teórico, das produções de autores que se debruçaram acerca do tema, no sentido de entender como se configurou a precarização do trabalho docente na Rede estadual deste estado, buscando problematizar algumas interfaces de como o trabalho precário da docência se revelou no contexto estudado.

Não obstante, essa seção focará nas mudanças vividas na educação alagoana a partir da crise do governo Divaldo Suruagy no final da década de 1990, quando a sua proposta de governo afetou sobremaneira diretamente a Educação e o trabalho dos docentes com a implementação dos tão questionados contratos temporários de professores, sendo estes um fio condutor para entender a política educacional que tem perdurado até os dias atuais neste estado.

Nesse interim, no sentido de melhor entender a conceituação de trabalho docente precarizado, nos debruçamos acerca dos conceitos de trabalho, trabalho precário e trabalho docente, pois estes têm contribuído para o entendimento da educação e do trabalho docente no contexto neoliberal ao longo da história e as relações de trabalho, considerando essa perspectiva interessante para entendermos como se configura a precarização na rede de ensino em apreço.

---

[25] ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2º ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009, p. 28.

1.1. A crise estrutural do capital na década de 1970

Para entendermos o contexto da crise estrutural do capital, considera-se que "o sistema capitalista a partir dos anos 70 sofreu mudanças profundas com a transição da industrialização à informatização", segundo Santomé (2003, p. 14)[26]. Notadamente o capitalismo não demonstra ser um sistema econômico uniforme, este buscou se desenvolver–ao longo do tempo trazendo consigo novas marcas para sua forma como o modo de produção, mesmo quando mantendo a sua essência em todos os momentos, pois sempre buscou fortalecer uma forma de trabalho alienante em perspectiva de produção e lucro.

Ao buscarmos a compreensão do avanço no formato capitalista de trabalho que se desenvolveu ao longo do século XX, notou-se na literatura que este foi fortemente marcado pelos modelos de produção e de trabalho caracterizados pelo *Taylorismo/Fordismo* e o *Toyotismo*.[27] Assim, concorda-se que os sistemas taylorista e fordista apresentaram propostas diferentes em sua essência, porém se complementam ao se posicionarem em um sistema complexo que marca profundamente a produção e o trabalho, sendo necessário serem tratados conjuntamente, no sentido de compreender esses sistemas como elementos importantes no que tange a precarização do trabalho a partir da configuração da produção em larga escala em algumas situações.

Destarte, o século XX em sua maior parte foi marcado por períodos de acumulação de capital baseado nas marcas taylorista/fordista. Tais modelos nasceram nas fábricas de automóveis quando era necessário pensar nas linhas de produção com um trabalho hierarquizado, repetitivo, com gestão fragmentada em tarefas executadas por trabalhadores diferentes que produziam em série e em massa seguindo linhas de montagens, produzindo mais em menos tempo, em formato de produção verticalizada baseada na divisão do trabalho, separando o fazer do saber e acima de tudo reduzindo custos e aumentando os lucros. Sob

---

[26] TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **A educação em tempos de neoliberalismo.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

[27] Trago estes conceitos ancorado em Antunes, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2º ed – São Paulo, SP: Boitempo, 2009. Sobre o Taylorismo/Fordismo: "De maneira sintética podemos indicar que o biônimo taylorismo/fordismo, expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na *produção em massa* de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada"* (p.38, grifos do autor). Já o Toyotismo surge como o modelo vivido no Japão pós II guerra que se adapta as necessidades da crise do capital de 1970, assim o "toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica Toyota), *como via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial*, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente se propaga para as grandes companhias daquele país" (p.56, grifos do autor).

essa perspectiva, Antunes (2017, p. 41) reporta-se a este sistema da seguinte forma:

> É evidente, que a implantação desse sistema levou a especialização das atividades de trabalho a um nível de limitação e simplificação tão extremos que, embora no âmbito coletivo, do trabalho cooperado, o resultado fosse uma enorme produtividade, ao nível dos postos individuais, a linha fordista convertia os/as trabalhadores/as em 'apêndices' da maquinaria (cenário de grande indústria já descrito e analisado por Marx no século XIX).[28]

O excerto evidencia que o sistema *taylorista/fordista* pensava os trabalhadores como mão de obra, meio para realização da produção, obtenção de lucro e geração de mais valia por parte do empregador.

No início dos anos de 1970 se instala uma crise estrutural do capital mundo afora, suas causas são geradas quando a forma *taylorista/fordista* de conceber a produção e o trabalho mudam suas configurações. Em linhas gerais, Antunes (2009, p. 31-32, grifos do autor) faz notar que as causas dessa crise se configuraram da seguinte forma:

> 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivaram o *controle social da produção*. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;
> 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao *desemprego estrutural* que então se iniciava;
> 3) hipertrofia da *esfera financeira*, que ganhava *relativa autonomia* frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;
> 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
> 5) a crise do *Welfare State* ou do "Estado do bem-estar social" e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;
> 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos

[28] ANTUNES, Ricardo. **A fábrica da educação:** da especialização taylorista a flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

> mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico. [29]

Notadamente há indícios de que esta crise não ocorreu de um dia para outro, teve suas raízes ainda no final da década de 1960 do século passado com a decadência da taxa de lucro, ocasionando a capacidade de elevados índices de produção nas fábricas e a consequente queda do valor de uso das mercadorias, que foram lentamente atingidas por produtos de custos menores advindos de países asiáticos como o Japão, gerando desemprego em larga escala por todo o mundo. Na esteira dessas reflexões, para entender melhor o aspecto das condições de trabalho e do desemprego, deve-se atentar que a crise atingiu os países capitalistas já bem estabelecidos do ponto de vista econômico, como EUA, Alemanha e o próprio Japão como dito anteriormente, assim como alguns países do dito terceiro mundo, o que gerou, sobretudo, ação negativa e danosa aos trabalhadores e seu trabalho, viabilizando o "desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital", pontua Antunes, (2009, p. 36)[30].

O autor faz notar que o capital gerou a crise e a crise gerou suas respostas. Em decorrência desse processo houveram "A*s respostas do capital à sua crise estrutural"* (ANTUNES, 2009, p.37, grifo do autor). [31] Para entender como isso ocorreu é preciso observar o papel que os operários e o Estado tiveram no período, e para isso tentarei ancorar esse debate nos escritos de ANTUNES (2017) e SANTOMÉ (2003) quando afirmam que as respostas não modificaram a estrutura do capital, mas este se adaptou as situações surgidas com a intenção de retomar a economia, evidenciando que para o capitalismo se fortalecer apoiou-se nos Estados, capaz de promover políticas de bem estar e que mesmo com sua organização e lutas mediadas pelos sindicatos e representações patronais e suas conquistas para a classe trabalhadora ao longo da história, a situação dessa nunca teve em situações ideais. Em síntese, Antunes (2009, p. 34), pondera que:

> Esse período caracterizou-se também – e isso é decisivo – por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as

[29] ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
[30] ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
[31] Aqui utilizo o título colocado no capítulo III do livro ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. – São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

> condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo. Além das manifestações a que acima me referi, esse novo quadro crítico tinha em um dos seus polos centrais localizado no setor financeiro, que ganhava autonomia (ainda que relativa) dentro das complexas inter-relações existentes entre a liberação e a mundialização dos capitais e do processo produtivo. Tudo isso num cenário caracterizado pela desregulamentação e expansão dos capitais, do comércio, da tecnologia, das condições de trabalho e emprego.[32]

As transformações que surgem fazem parte do modelo *toyotista*, surgido dos esforços de superação econômica no Japão pós Segunda Guerra Mundial, quando busca remodelar as formas de organização do capital e do trabalho. Assim, entende-se que o *toyotismo* se apresentava como um modelo de "empresa enxuta", com sua produção vinculada às necessidades de reduzir significativamente seus estoques, pois é acionada a partir das vendas, com operários que exerciam várias funções dentro do sistema produtivo, decerto com uma hierarquia horizontal que contava com a possibilidade de participação do mesmo trabalhador em várias máquinas e funções, segundo as reflexões de Antunes, (2017, p. 55-56).

Nesse aspecto, a resposta àquela crise foi um processo de reestruturação do capital mundial em que se ultrapassou os limites do sistema *taylorista/fordista* com vista a sua superação ao buscar fortalecimento do projeto de domínio do capital. Assim, Lessa (2011, p. 299),[33] faz notar em estudos realizados na década de 1980 em que contra-argumenta a tese de que o *Toyotismo* e a presença de novas tecnologias na produção significavam uma ruptura radical com o antigo sistema fordista, que muito pelo contrário, ao invés de inovar colocava em evidência ameaças concretas ao trabalho, aprisionando e explorando o trabalhador e sua força de trabalho com as exigências feitas no então modelo, desvelando a desqualificação do trabalho.

Não obstante, houve "o advento de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente" Antunes (2009, p. 50)[34]. Observa-se que o trabalho ficou um tanto mais compacto, porém não menos complexo, ao passo que cada trabalhador operava várias máquinas e tinham que realizar um número maior de tarefas e responsabilidades, como dar conta do controle de qualidade dos produtos por ele produzidos, reparos e manutenção de equipamentos. Sem a pretensão de adentrar na discussão dos avanços e retrocessos do sistema

---

[32]ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
[33] LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2011, p.299.
[34] ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

produtivo, mas pensando o mundo do trabalho reportamos essas mudanças ao sistema *toyotista* quando se nota os processos de *liofilização organizativa*, expressão de Juan J. Castilho utilizada por Antunes, (2009, p. 52) que se reporta "a eliminação, transferência, terceirização e enxugamento das empresas".

Este modo de produção aproximou o sistema de mercado e a produção ao Estado, reformulando amplamente o sistema de trabalho expressado em linhas gerais no neoliberalismo**.** Sobre a compreensão de *neoliberalismo*, entende-se que se trata de um conceito muito utilizado na economia política a partir do final da década de 1970 do século XX quando se defendia absoluta liberdade dos mercados com baixa intervenção estatal na economia. Sob essa perspectiva Andrade (2019, p. 221) faz as seguintes ponderações:

> Segundo a abordagem estrutural marxista, o neoliberalismo é definido como estratégia política que visa reforçar uma hegemonia de classe e expandi-la globalmente, marcando o novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural da década de 1970. O neoliberalismo se caracteriza por uma ordem social em que uma nova disciplina é imposta ao trabalho e novos critérios gerenciais são estabelecidos, servindo-se de instrumentos como o livre comércio e a livre mobilidade de capital (Duménil & Lévy, 2014: 11 e 43). Esse modelo legitima-se ideologicamente por meio de uma teoria político-econômica que afirma o livre mercado como garantidor da liberdade individual de empreender e que confere ao Estado o papel mínimo de preservar a ordem institucional necessária[35].

Dessa maneira, o excerto aponta que o neoliberalismo se configura como um novo sistema social que impõe ao mundo, ao trabalho, e, consequentemente aos trabalhadores, novas ordens que remontam uma teoria político-econômica com formato diferente para as relações de trabalho, fosse entre empregador e empregado ou entre os próprios trabalhadores. Este sistema buscava definir um novo papel para o Estado: o de minimizar suas obrigações, instrumento que indicava como se daria as relações de trabalho a partir das terceirizações e dos contratos de trabalho temporários a partir de então, desembocando, portanto, no objeto de análise desta pesquisa, a precarização do trabalho docente no estado de Alagoas.

Por seu turno, ao relacionar o sistema produtivo *toyotista* e suas consequências para o mundo do trabalho, constrói-se ligeira aproximação do formato de trabalho dos professores da rede regular de ensino do estado de Alagoas (objeto desta pesquisa), considerando que a documentação analisada indica semelhanças muito próximas com a conceituação de trabalho

[35] ANDRADE, Daniel Pereira. **O que é o neoliberalismo?** A renovação do debate nas ciências sociais. Sociedade e Estado, v. 34, 2019, p. 211-239.

precarizado defendida por Antunes (2009, p. 55). Segundo o autor,

> Algumas das repercussões dessas mutações no processo produtivo tem resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha[36].

O excerto, por assim compreender, indica que o *taylorismo/fordismo* e o *toyotismo* não foram tão somente formas de produção do capital que tiveram a ver só com os países capitalistas europeus, mas que traçaram um formato de trabalho para a humanidade.

Nesse sentido contribui também com a discussão Apple, 1989, p.20, ao se reportar a crise:

> A crise, embora claramente relacionada a processos de acumulação de capital, não é somente econômica. Ela é também política e cultural/ideológica. Na verdade, é na interseção dessas *três* esferas da vida social, na forma como elas interagem, na forma como cada uma sustenta e contradiz as outras, que podemos vê-la em sua plena forma[37].

Como se vê os sintomas da crise são amplos, ela interfere não só nas questões econômicas mais é ampla atingindo vários aspectos da sociedade, ela revela interesses, ganhos e perdas de lucros e impõe um clima generalizado de perdas que inclui inclusive a educação, como é o caso em estudo. O trabalho em geral e o trabalho docente em particular diretamente atingido por essas transformações traz mudanças radicais na forma de contratar e garantir direitos aos professores.

Não obstante, no Brasil e em Alagoas os efeitos da crise dos anos de 1970 do século XX só serão observados no limiar da década de 1990, portanto duas décadas após, sendo esse ponto uma das preocupações dessa pesquisa, entendendo como os aspectos mais gerais da crise econômica se desdobra nos contextos nacional e local e no trabalho e atuação de docentes contratados.

Faremos isso com o olhar para o conceito de experiência trazido por Thompson, (1981,

---

[36] ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2º ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
[37] APPLE, Michel W. **Educação e poder**; trad. De Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes médicas, 1989, p. 201.

p. 112):

> A experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida.[38]

Compreendemos que o conceito de experiência respaldado em Thompson, ajuda a entender como se dá as consequências de um processo marcado por uma política e economia mundiais nos espaços mais próximos. É sobre esse olhar de como se configura a precarização do trabalho docente entre seres sociais e suas consciências na experiência Alagoana que temos atenção. A experiência nesse sentido tem validade, pois, é relatada por quem está inserido no processo pesquisado, assim iremos observar como é percebido pelos professores a precarização do trabalho no qual estão inseridos e como isso implica em sua atuação pedagógica e política como trabalhador docente.

1.2. Algumas interfaces da crise em Alagoas e no Brasil.

Na República Federativa do Brasil o efeito da crise do capital e da política econômica baseada nas ideias neoliberais se deram na década de 1990, como observado anteriormente. Nota-se que se passaram duas décadas, inclusive dentro da terrível ditadura civil-militar ainda instalada no País nos anos de 1970 e praticamente até meados de 1980 quando assistimos o retorno da democracia no Brasil e das liberdades de expressão, sendo esse momento uma fase de governo voltado para os interesses desenvolvimentistas, marcado pela presença dos movimentos de luta pela redemocratização do país e com a presença dos dois primeiros presidentes eleitos democraticamente, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, quando se podem observar os desdobramentos em decorrência da crise do capital em curso desde os anos de 1970 no mundo.

Enquanto perdurou, o final dos anos de 1960 até os anos de 1970, o tão propalado período do "milagre econômico" brasileiro, nota-se ligeiramente as consequências da crise

[38] THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

mundial do capitalismo marcada pela presença da queda na produção e empréstimos estrangeiros bancados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que endividou o Brasil ao financiar investimentos no setor público, passando também a ter maior entrada nas decisões econômicas do país, conforme afirma Almeida (1999, p. 85): "Com o endividamento crescente do Brasil, o Sistema Financeiro Internacional aumenta sua influência nos rumos econômicos do País e passa a apoderar-se de forma crescente, das forças produtivas nacionais"[39].

Nas décadas de 1980 e 1990 se reverberou uma crescente crise marcada por características das políticas neoliberais na economia brasileira. Os Planos Cruzados e o Plano Real foram percebidos como tentativas de controle dos índices inflacionários do País. Os governos brasileiros do início da década de 1990 viveram de fato a globalização economia com a abertura de limites comerciais e uma política econômica de Estado mínimo que implementava várias mudanças, especialmente no setor público administrativo.

Naquele cenário de mudanças bruscas na economia, o estado de Alagoas no decorrer da década de 1990 viveu as consequências da política neoliberal do governo brasileiro vivenciando uma crise financeira que começa com a decadência do setor sucroalcooleiro alagoano e o posterior acordo do governo Collor (1987-1989) denominado Termos de Transação do Indébito da Cana Própria[40] que reduziu drasticamente a contribuição desse setor no ICMS do estado a partir de decisões do Supremo Tribunal Federal – STF que "isentava o setor dos usineiros do recolhimento do Imposto de Circulação de mercadoria – ICMS cobrado da cana própria" Lira (2017, p.42). Especialmente sob a adesão dos governos Geraldo Bulhões (1991-1995) e Divaldo Suruagy (1995-1997), governos considerados emblemáticos dentro daquele contexto, Almeida (1999, p.100) apresenta elementos que representam a situação do estado alagoano vivenciada no período que à luz dos referenciais teóricos facilitam o entendimento do contexto econômico, social, educacional e político vivenciado pelo estado de Alagoas naquele momento.

> Em 1º de janeiro de 1995, o senador Divaldo Suruagy recebeu das mãos do governador Geraldo Bulhões o estado em uma situação extremamente crítica A rede de ensino público estadual se encontrava praticamente paralisada. Na área de saúde, as unidades de emergência encontravam-se em greve há oito meses. A justiça estadual havia decretado a prisão de vários Secretários de

[39] ALMEIDA, Leda de. **Rupturas e permanências em Alagoas:** o 17 de julho de 1997 em questão. Maceió: Edições Catavento, 1999.
[40] Expressão utilizada no livro de Lira (2017, p. 42-43) para designar o parcelamento dos valores a serem devolvidos aos usineiros pelo Tesouro Estadual em 160 parcelas.

> Estado e Diretores das administrações direta e indireta pelo não-cumprimento de suas sentenças, para finalmente também suspender suas atividades por não ter atendidas suas determinações. O funcionalismo estadual estava com cerca de duas folhas e meia de pagamento em atraso.[41]

Em face disso, o governo de Divaldo Suruagy (1995-1997) é profundamente marcado. Este é eleito primeiramente em 1975, no período da ditadura civil-militar, por meio de eleição indireta para o governo do estado, tendo governado o estado alinhado ao governo central do então General Ernesto Beckmann Geisel com o apoio das elites oligárquicas açucareiras do estado. Um dos discursos que marcou a gestão e o perfil político de Suruagy era de um governador, como se autodenominava, "que pagava em dia" os servidores públicos do estado. Trouxe o Polo Cloroquímico[42] para o estado, construiu casas populares, rodovias, escolas, postos de saúde, implantou o polo turístico, ampliou o aeroporto e deixou o título para Alagoas de *oásis* do deserto, destaca Almeida (1999)[43].

Não obstante, posteriormente ocupa a função de deputado estadual e de senador da república, momento em que o estado passa por tensões no percurso na década de 1980 e início dos anos 1990. O governo, de Guilherme Palmeira (1979-1982), trouxe desemprego em larga escala no bojo do movimento pela redemocratização do País sob a perspectiva de reformas partidárias, vindo a se configurar posteriormente o retorno das eleições diretas com o pleito de 1989 tendo como principal candidato a presidência da República o ex-governador Fernando Collor de Melo e para governador do estado de Alagoas Geraldo Bulhões (1991-1995). Sobre a eleição de Geraldo Bulhões, "GB", como ficou conhecido politicamente nas terras

---

[41] Idem.

[42] Empresa de extração do minério sal-gema em solo alagoano. A mesma que de forma desregulada ao longo do tempo explorou o minério e consequentemente gerou uma crise social e econômica sem precedentes aos moradores que sofreram em 2018 com tremores de terras que trouxeram afundamento de solo, aparecimentos de fendas em casas de 4 bairros de Maceió, Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto. O fato é tratado como uma tragédia sem precedentes com potencial para causar pelo menos 10 vezes mais mortes que o rompimento da barragem em Brumadinho em nota do site do Conselho Nacional de Justiça-CNJ (localizado em <https://www.cnj.jus.br/caso-pinheiro-a-maior-tragedia-que-o-brasil-ja-evitou/>. Acesso em 15.set.22). Milhares de residências tiveram que serem desocupadas e suas famílias deslocadas a outros bairros no aguardo inicial de aluguel emergencial e depois de indenização de seus bens o que gerou vários problemas de ordem socioemocional. Várias escolas também foram fechadas, é o caso das escolas e centros de educação infantil municipais CMEI Luiz Calheiros Júnior (Pinheiro), Escola Municipal Major Bonifácio da Silveira (Bebedouro), CMEI Braga Neto (Bebedouro), Escola Radialista Edécio Lopes (Pinheiro) e a Escola Padre José Brandão Lima (Pinheiro), e das escolas estaduais Alberto Torres (Bebedouro) e Cincinato Pinto (Bom Parto), afastando um número considerável de estudantes das salas de aulas (localizado em <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2022/04/02/100899-escolas-estao-abandonadas-nos-bairros-de-maceio-afetados-pelo-afundamento> Acesso em 15.set.22). O fato é relatado em um documentário de Carlos Pronzato que consta com o relato de vários estudiosos chamado, A Braskem passou por aqui: a catástrofe de Maceió (localizado em <https://www.youtube.com/watch?v=zBOJbOGcBwo>. Acesso em 15.set.22).

[43] ALMEIDA, Leda de. **Rupturas e permanências em Alagoas:** o 17 de julho de 1997 em questão. Maceió: Edições Catavento, 1999.

alagoanas, Almeida (1999, p. 78), assinala:

> Com a benção do Governo Federal e a aquiescência, no âmbito estadual, às corrupções eleitorais, elege-se GB, que durante seu governo imprime o estilo conservador, reacionário atrelado aos setores mais atrasados, contribuindo, assim, com o a aprofundamento da crise econômica e financeira do Estado.[44]

O governo de Geraldo Bulhões (GB), na esteira das reflexões da autora, ainda gerou outras situações conflitantes no âmbito do estado, dentre elas o atraso de salários dos servidores públicos, contrapondo-se ao feito que levava o governo Divaldo Suruagy a se vangloriar enquanto governador do estado em outros momentos, feito este que lhe traria ao posto de executivo estadual no período de 1995 a 1997. Notadamente, estes dois governadores vivenciaram nuances da crise econômica nacional somadas aos aspectos fiscais no âmbito do estado de Alagoas, Lira (2017, p. 45) sobre esse aspecto diz que "é fundamental reiterar os nexos históricos entre o que acontecia em Alagoas e o que se passava no mundo e no Brasil"[45]. No âmbito, administrativo e monetário o estado vivia as consequências da implantação do Plano Real que inteferiram diretamente na questão das Letras podres do Tesouro Estadual[46] e da falência do banco Produban.[47]

No que tange a crise econômica mundial repercutida no cenário nacional, esta também deixou feridas abertas no cenário político alagoano. Conforme dados apurados por Almeida (1999, p. 88-90)[48], o estado de Alagoas entre os anos de 1995 e 1997 apresentou índices sociais de certa maneira preocupantes, pois estes acabaram ultrapassando índices comparados ao Brasil e ao Nordeste, especialmente no quesito educacional. Alagoas desvelou maiores percentuais na taxa de analfabetismo, nos índices de desemprego, índices altos de falta de acesso da população aos serviços básicos, como água tratada, coleta de lixo e sanitário, ocasionando, ainda, a concentração de maior taxa de mortalidade infantil que ultrapassava os índices da região Nordeste. Sobre esse aspecto, Almeida (1999, p. 90), destaca:

---

[44] ALMEIDA, Leda de. **Rupturas e permanências em Alagoas:** o 17 de julho de 1997 em questão. Maceió: Ed Catavento, 1999.
[45] LIRA, Jailton Souza. **Educação Pública em Alagoas**: a ofensiva neoliberal dos governos Teotônio Vilela Filho (2007-2014). Maceió. EDUFAL. Imprensa oficial Graciliano Ramos. 2017.
[46] Negociação de títulos públicos como forma de negociação da dívida pública e possibilidade de novos empréstimos (Lira, 2017, p. 52).
[47] Banco do estado de Alagoas.
[48]ALMEIDA, Leda de. **Rupturas e permanências em Alagoas:** o 17 de julho de 1997 em questão. Maceió: Edições Catavento, 1999.

> Essa posição social extremamente desfavorável ocupada por Alagoas nos cenários nordestino e brasileiro em itens tão importantes revela que as ações governamentais sempre apontaram, pelo menos nas últimas décadas, para a exclusão da grande maioria da população, deixando de atendê-la em suas necessidades mais elementares.[49]

Na esteira dessa reflexão, a autora segue exarando outros dados econômicos em que revela que o estado de Alagoas cresce economicamente em igual período, concluindo, enfim, que o maior problema era a presença de uma má distribuição de renda entre o povo alagoano.

A crise econômica nacional que afetava e muito o estado de Alagoas passou a ser mais bem observada com o seu agravamento dado a queda na arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que representava "na quase totalidade dos anos das décadas de 80 e 90 mais de 90% da arrecadação própria de Alagoas", observa (ALMEIDA, 1999, p.95)[50]. Esta queda na arrecadação do ICMS foi gerada pela proibição da cobrança de impostos vindo da exploração da cana de açúcar, principal matéria-prima que movia a economia alagoana, sendo agravada com o *acordo dos usineiros*[51], um dos pontos centrais para a compreensão da crise econômica e financeira do estado negociado com o então governador Fernando Collor de Melo que devolvia em parcelas o recolhimento indevido do ICMS aos usineiros.

Toda essa situação econômica gerava uma receita negativa e um endividamento do estado, ocasionando problemas sérios nos cofres públicos para o governo Divaldo Suruagy. Ao assumir a gestão do estado de Alagoas de forma bastante turbulenta, inclusive com a rede pública de educação paralisada e duas folhas de pagamento dos servidores atrasadas, foi tido como tábua de salvação para as situações herdadas do governo Geraldo Bulhões, por sua aproximação política com o então presidente Fernando Henrique Cardoso, de onde se esperava que viesse algum tipo ajuda para sanar a situação econômica do estado naquele momento.

Com interesse de resolver o atraso nas folhas de pagamento dos servidores, o governo Suruagy procedeu com empréstimos ao governo federal, aos bancos do Nordeste e do Brasil a

---

[49] Idem.

[50] ALMEIDA, Leda de. **Rupturas e permanências em Alagoas:** o 17 de julho de 1997 em questão. Maceió: Edições Catavento, 1999.

[51] Em seu livro **Rupturas e permanências em Alagoas:** o 17 de julho de 1997 em questão. Maceió: Edições Catavento, 1999, Almeida, (p. 97) informa que este acordo foi realizado pelo governador em exercício Fernando Collor e se refere a restituição em parcelas corrigidas monetariamente aos usineiros pelo fato desses reivindicarem os valores pagos "indevidamente" ao Estado ICMS referente a cana de açúcar, tido como ilegal desde 1986 pelo Supremo Tribunal Colocar texto

juros muito elevados, considerando a sua incapacidade de gerar receitas e quitar tais empréstimos naquele momento, recorrendo ainda a bancos japoneses e norte-americanos com a intenção de obtenção de juros menores. Almeida (1999, p. 101-102), pontua que estas medidas eram paliativas em que ao tempo que se resolvia algumas situações momentâneas, endividava cada vez mais o estado, observado que:

> Enquanto o governador criava operações financeiras, Alagoas como se estivesse num campo de areia movediça, afundava cada vez mais. A crise agudizava-se. O número de folhas de pagamento aumentava. A falta de circulação de dinheiro trazia problemas para o comercio, e, a essa altura, os serviços básicos de saúde, educação, segurança, já precários encontravam-se completamente desarticulados[52].

Como bem explicita o trecho citado, a crise foi aumentando e o governo foi se tornando cada vez mais inadimplente, somados a outras atitudes que só agravaram a crise econômica com a receita do estado, considerando o aumento da folha de pagamento, pagamentos de gratificações a cargos de comissões executivas e políticos de caráter nacionais, como foi o caso da CPI dos títulos públicos iniciada com a venda dos mesmos a bancos privados como garantia de quitação de dívidas feitas anteriormente.

Dessa forma, o estado de Alagoas se viu imerso em situações econômicas complexas, aumentadas por ações do governo que só pioravam o contexto dos funcionários públicos, causando movimentos de rua, greves e paralizações. Nesse interim, Almeida (1999, p.111) busca fazer uma análise global da crise econômica posicionando seus efeitos para o estado de Alagoas, conforme segue:

> Portanto, a crise vivida pelo Estado de Alagoas em 1997 começa a emergir com força total a partir do segundo semestre de 1994, ainda no governo de Geraldo Bulhões, quando é implementado o plano Real. Efetivamente ela é de natureza econômica, financeira e política. [53]

Em meio à situação posta pela crise, o estado de Alagoas caminhava com a adesão de diversos movimentos sindicais, representativos de várias categorias dos servidores públicos e de populares no sentido de fazer pressão junto aos deputados estaduais para a votação do

[52]ALMEIDA, Leda de. **Rupturas e permanências em Alagoas:** o 17 de julho de 1997 em questão. Maceió: Edições Catavento, 1999.
[53]ALMEIDA, Leda de. **Rupturas e permanências em Alagoas:** o 17 de julho de 1997 em questão. Maceió: Edições Catavento, 1999.

impeachment do então governador, tido naquele momento como a melhor solução para aqueles problemas. Em face disso, os conflitos ocorridos na porta da Assembleia Legislativa de Alagoas (ALA) marcaram a tensão do dia 17 de julho de 1997, culminando com o pedido de afastamento antecipado do governador Divaldo Suruagy por 180 dias e a posterior posse do seu vice Manoel Gomes de Barros, quando naquela ocasião pondera o governador licenciado: "aceitei tirar licença para manter a paz em Alagoas e para proteger os deputados aliados que estão sitiados na Assembleia", observa Cipola, (1997, p. 5)[54].

O afastamento do governador foi amplamente divulgado em rede nacional pelos veículos de comunicação, inclusive ocupando páginas do jornal *Folha de São Paulo* nos dias 18 e 19 de julho de 1997[55], que noticia o caso nos dois dias em sua manchete de capa seguido de mais seis páginas nos dois cadernos analisando o ocorrido e seus desdobramentos. A seguir, de forma sequenciada, alguns títulos dessas matérias:

> "Pressão da PM afasta governador de Alagoas; choque deixa 13 feridos".
> "Cerco a assembleia obriga Suruagy a pedir licença".
> "Exército afirma que a proibição de pessoas na praça era estratégica".
> "Três manifestantes são baleados e outros 10 ficam feridos em conflito".
> "FHC libera recursos, mas avalia que Estado não cumpre compromissos".[56]
>
> "Exército envia mais tropas a AL, mas teme conflito com policiais".
> "Interino ameaça em deixar o cargo se não receber recursos federais".
> "Governador interino não poderá indicar secretários, decide Planalto".
> "Policiais civis e oficiais da PM decidem aderir a paralização".
> "Interino assume e FHC faz intervenção informal em AL".[57]

No que se refere à visibilidade do ocorrido em Alagoas na imprensa brasileira, Almeida (1999. p. 124) pondera a relevância dos meios de comunicação no que tange a administração pública brasileira, assinalando que:

> [...] a mídia assumiu um papel bastante relevante no episódio do impeachment do governador. A população era incitada a cada imagem de TV que veiculava a situação do servidor público. Nos amplos espaços dos cadernos dos jornais dedicados a revelar as supostas corrupções do

[54] CIPOLA, Ari. **Cerco a assembleia obriga Suruagy a pedir licença**. Folha de São Paulo. São Paulo, ano 77, nº 24.945, 18.07.1997, p.05.
[55] Os jornais consultados encontram-se localizados no Arquivo Público de Alagoas (APA) na caixa de número 5215.
[56] **Folha de São Paulo.** Polícia rebelada enfrenta exército e derruba governador de alagoas**.** São Paulo, ano77, nº 24.943, 18.07.1997, p. 01-08.
[57] **Folha de São Paulo.** FHC faz intervenção informal em AL**.** São Paulo, ano77, nº 24.944, 18.07.1997, p.01-08.

governador, fragilizava-se ainda mais seu poder[58].

As manchetes desse periódico de expressão nacional nos dois primeiros dias chamaram a atenção para a: "Polícia rebelada enfrenta exército e derruba governador de alagoas em 18.07.1996"[59] e "FHC faz intervenção informal em AL em 19.01.1997".[60] Ao analisarmos essas matérias trazidas pelo jornal, pode-se perceber que o acúmulo de situações econômicas, sociais e políticas só tendiam a crescer no estado de Alagoas, não havendo reações enérgicas por parte do chefe do executivo federal em diálogo com o executivo estadual para solucionar aquela crise que arrasava a vida da população do estado. A matéria desvela, ainda, a força do aparato estatal [participação da polícia militar] como categoria envolvida de forma direta no acontecido, apesar da participação de outros grupos sociais no conflito, como foi o caso da atuação dos profissionais de educação, afetados diretamente pelo atraso dos seus salários.

Um aspecto interessante é a matéria assinada pelo jornalista Ênio Lins, colaborador do jornal *A Classe Operária* do PC do B do dia 1 de agosto de 1997[61], portanto, alguns dias depois do fatídico dia 17 de julho, ao reforçar que a crise vivenciada pelo estado de Alagoas se configurava em três dimensões: mundial, nacional e estadual e que esta última tinha ligações diretas aos "fatores locais" que por seu turno se associaram aos nacionais e seguiram reforçado, mesmo que o presidente Fernando Henrique Cardoso tivesse um projeto de desenvolvimento econômico para o País, nota-se claramente que o que se tinha de visível naquele momento era a "integração da economia" brasileira a economia globalizada, seguindo, por vez, os indicadores "das grandes forças internacionais", sendo aquelas

[58] Almeida, Leda de. **Rupturas e permanências em Alagoas:** o 17 de julho de 1997 em questão. Maceió: edições Catavento, 1999.

[59] A fim de entender a relevância da imprensa nos registros desses aspectos relacionados a política alagoana no tempo presente, segue um trecho da matéria: "Cerca de 15 mil PMs e servidores em greve cercaram ontem a Assembleia de Alagoas, entraram em conflito com 250 soldados do Exército e provocaram o afastamento do governador Divaldo Suruagy (PMDB). "Aceitei tirar licença para manter a paz, disse Suruagy. O vice, Manoel Gomes de Barros (PTB) assumirá o cargo literalmente por 180 dias". "Polícia rebelada enfrenta exército e derruba governador de Alagoas". **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano77, nº 24.943, 18.07.1997, p.01.

[60] Neste dia o jornal noticiou "FHC terá reunião hoje com o governador interino Manoel Gomes de Barros (PTB). Em troca de cortes, o governo antecipará recursos de futura privatizações, que só poderão ser gastos com servidores. Na posse, ontem, Barros disse que, se não receber dinheiro do governo federal, renunciará ao cargo e voltará a criar bois". O trecho esclarece como o estado aguardava ajuda financeira do governo federal. As notícias dos dois dias noticiados no jornal Folha de São Paulo fazem lembrar o que Jean-Jacques Backer em seu texto A opinião pública in: Remon, René. Por uma História Politica, 2003, p. 196 registra: "Num país onde a imprensa é livre, todos os aspectos da opinião pública têm chance de se refletir nos jornais: uma análise bem-feita, isto é, que faz uma seleção judiciosa, que utiliza uma imprensa tão variada quanto possível, constitui, portanto, uma abordagem qualitativa da opinião pública que não se deve desprezar. "FHC faz intervenção informal em AL". **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano77, nº 24.944, 18.07.1997, p. 01.

[61] Jornal localizado no (APA), caixa de nº 5249.

orientações percebidas como “a única palavra de ordem” naqueles anos noventa do século passado.

Assim, fica patente que as relações entre o governo federal e o cumprimento de agendas alinhadas às demandas internacionais e a relação do mesmo governo com os estados brasileiros, especialmente com Alagoas, mostra-se a interligação de poderes e influências políticas que perpassam as instâncias de poder do Estado brasileiro.

Em 18 de julho de 1997 essa questão foi tratada em reportagem publicada pelo jornal *Folha de São Paulo,* o qual afirmou que a versão realista da situação econômica naquele momento era a clareza de que o estado de Alagoas representava uma espécie de “microcosmo do Brasil” se referindo a crise e o envolvimento de policiais também em outros estados. O notado jornal assim notícia:

> A virtual desintegração do estado de Alagoas pode ser examinada de duas formas: 1 – a escapista: É supor que essas coisas só acontecem porque Alagoas, é nordeste etc.; 2 – a realista. É ter claro que Alagoas não passa de um microcosmo do Brasil. Boa parte dos estados brasileiros está também em situação pré-falimentar. [62]

Aliás, as notícias veiculadas pela imprensa local e nacional entre os dias 18 e 19 de julho de 1997 reforçam as limitações do que o estado esperava do chefe do executivo federal, deixando claro as expectativas do governo alagoano sobre o governo federal e como este percebia a crise de Alagoas de forma enviesada. O trecho abaixo do jornal de 18.07.22 deixa claro essa ideia:

> Ontem pela manhã, em reunião com integrantes da bancada do Estado e ministros, FHC afirmou que em Alagoas "tudo é feito pela metade [...] FHC decidiu enviar como "observadores" os ministros Iris Rezende (Justiça) e Alberto Cardoso (Casa Militar). Eles chegaram ao Estado no final do dia. Segundo relato de participantes, depois de criticar o não-cumprimento de compromissos, o presidente voltou-se para os parlamentares e questionou: “Vocês querem é dinheiro?”. [63]

Percebe-se que as relações entre os poderes estavam tensas, enquanto o governo estadual aguardava ajuda financeira o governo federal estava acompanhando de perto o estado.

---

[62] ROSSI, Clovis**. Alagoas é o Brasil**. Folha de São Paulo São Paulo, ano77, nº 24.943, 18.07.1997, p. 02.
[63] **Folha de São Paulo.** FHC libera recursos, mas avalia que Estado não cumpre compromissos. São Paulo, ano77, nº 24.944, 18.07.1997.

Do ponto de vista teórico, Santos (2002, p. 267)[64] pontua que "[...] as relações de poder não ocorrem de forma isoladas, mas em cadeias, em sequências ou em constelações", defende, enfim, que "as sociedades capitalistas são formações ou constelações políticas"[65] e que por meio dessas constelações as formas de poder acabam por se conectarem. Segundo o autor,

> [...] a restruturação da acumulação de capital à escala mundial está a obrigar-nos a refinar os nossos instrumentos analíticos e a reinventar a história moderna, a fim de compreendermos as novas (e velhas) constelações de poder, tais como: a reetcnização da força de trabalho como meio de desvalorizar para patamares inferiores aos níveis capitalistas "normais": a sobre-exploração dos trabalhadores migrantes clandestinos; a distribuição social de grupos minoritários por mercados de trabalho especialmente degradados (trabalho sazonal, trabalho precário, trabalho remunerado abaixo do salário mínimo); critérios e decisões etnicamente enviesados, respeitantes aos refugiados; a mercadorização dos recursos naturais dos povos indígenas promovida pelas empresas multinacionais que exploram a biodiversidade. [66]

Partindo desta premissa acerca da conceituação de constelação de poder[67] trabalhada por Santos (2002), concorda-se que a interligação de poderes a nível mundial, nacional e alagoano estiveram/estão intrinsecamente conectados. Por seu turno, a crise do capital trouxe em seu bojo consequências evidentes e acentuadas para o Brasil, sobretudo para a sua política com os estados e suas questões internas ocasionando crises de elevadas dimensões como foi o caso de Alagoas e posteriormente de outros estados, atingindo setores da sociedade, como a educação.

Sendo assim, as repercussões da crise no estado de Alagoas para além dos contextos econômicos, social e político foram se acentuando e se tornando mais difíceis, ocasionando de certa maneira ligeiras modificações na sua estrutura, orientado em decorrência das políticas neoliberais a qual o governo de Fernando Henrique Cardoso demonstrava aderência, se fazendo notar em todos os aspectos da nossa economia, movimentando as formas de produção e, consequentemente, implicando nas relações de trabalho, fazendo notar crescimentos estratosféricos no que se refere aos índices de desemprego no País naquele momento, atrasos nas folhas de salários dos servidores públicos de todos os segmentos, especialmente os trabalhadores da educação, aqui compreendidos como sujeitos da pesquisa.

---

[64] SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2002, p.267.
[65] Ibidem p. 272
[66] SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
[67] Segundo Boaventura de Sousa Santos (2002), as constelações se referem às relações de poder que dinamizam o fazeres das sociedades capitalistas denominando-as de formações ou constelações políticas.

Como afirma Apple, (1989, p. 25)[68] “o estado e a escola não estarão imunes a essas pressões [...]. As políticas governamentais precisam corresponder às exigências do capital. As práticas educacionais precisam ser melhor alinhadas com o trabalho” [...]. Nesse sentido vemos que como qualquer setor da sociedade a educação, a escola e os docentes são intimamente afetados com a referente crise no estado alagoano.

Sobre esse contexto o entendimento é de que as oligarquias alagoanas apenas fizeram a troca da gestão sem modificar as estruturas políticas definindo uma solução "pelo alto", apenas substituindo o governador e mantendo intocadas as relações de dominação no estado. No que diz respeito à educação, Almeida (1999) apresenta ligeiras considerações apresentando algumas dificuldades vividas pelos governos Geraldo Bulhões e Divaldo Suruagy, buscando afirmar que este último assume a educação praticamente parada, isso quer dizer, com pouco ou quase nenhum recurso. Em seus registros localizei informações sobre a participação dos profissionais da educação nos eventos que antecederam a saída do governador daquela gestão de 1997 quando estes integraram Movimento Unificado dos Servidores Públicos de Alagoas com a participação de líderes até então conhecidos que defendiam pautas da educação no estado, como Lenilda Luna, que à época ocupava a função de Secretaria do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (SINTEAL) e Milton Canuto, então presidente do referido sindicato.

Em pesquisa realizada no Arquivo Público de Alagoas (APA), encontrei um folheto com timbre do SINTEAL, sem referência a data, nele o sindicato se posicionava em relação ao caos na educação de Alagoas no governo de Geraldo Bulhões lamentando a postura inerte do governador, deixando claro o cenário vivido naquele momento, denunciando a evasão escolar com índices alarmantes, sendo essa debandada de estudantes das escolas relacionadas a situação de pobreza vivida pelas famílias alagoanas que por motivos outros eram impedidos de manterem seus filhos nas escolas por descaso do poder público vigente que não zelava por esse princípio previsto na Carta Magna de nosso País, o direito à Educação. Nesta nota o sindicato dos profissionais da Educação de Alagoas relaciona a exclusão dos estudantes à negação de direitos das famílias pelo estado.

Assim, possivelmente a saída para crise econômica instaurada nesse estado foi conduzida e orientada pelo governo federal e teve como uma de suas principais medidas o Plano de Demissão Voluntária aos servidores públicos do estado – (PDV). O PDV como

[68] APPLE, Michel W. **Educação e poder**; trad. De Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes médicas, 1989. p. 201.

plano previa que uma grande quantidade de funcionários públicos solicitasse de forma voluntária sua demissão, perdendo assim, seu vínculo com o estado e ficando desempregado. Muitos desses funcionários por conta dos salários atrasados e do cenário político conturbado viram no PDV uma oportunidade de com o recurso de a indenização investir em pequenos comércios que dariam condições de sobrevivência posteriormente.

O decreto estadual de nº 37.067 de 02 de dezembro de 1996[69] estava vinculado ao Programa de Apoio a Reestruturação e ao ajuste Fiscal do Estado de Alagoas proposta pelo então ministro da fazenda Pedro Malan quando é regulamentado o Programa de Incentivo a Exoneração Voluntária dos servidores da ativa que trazia em seu bojo a proposta de reduzir as despesas do estado com o funcionalismo público e incentivava os mesmos ao pedido de exoneração de cargos para funcionários, servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo com adesão entre os diais 05 de dezembro a 03 de janeiro de 1996 (Alagoas, 1996).

Os critérios de participação dos servidores no PDV foram exarados no Decreto assim como questões relativas ao pagamento da indenização referente ao período trabalhado, inclusive com bônus para quem aderisse ao processo de demissão o quanto antes. Aquele Programa de Demissão Voluntária-foi o pivô da saída de inúmeros funcionários públicos das repartições públicas, consequentemente deixando de oferecer os serviços mínimos a população, pensado como forma de reduzir gastos públicos na forma de pagamento de salários e fazendo ampla campanha dos 'benefícios' para aqueles que aderissem. Sobre aquele PDV o noticiário local e nacional, informou, segundo Cipola (1996):

> O PDV (Plano de Demissões Voluntárias) implantado pelo governo alagoano é um sucesso do ponto de vista da redução do número de funcionários, mas está criando problemas nas áreas de saúde e educação no Estado. Até ontem, 22.000 dos 76.000 servidores dos três Poderes haviam aderido ao PDV. Um quarto dos professores se alistaram no plano, ou seja, 3.000 dos 12.000 educadores. No total, a educação perdeu 6.000 funcionários dos 18.000 que estão na ativa. [70]

O PDV enquanto ação política é bastante emblemático para entender o cenário que Alagoas vivia naquele tempo. Pensando a Educação, que vinha sofrendo desde as ações dos governos anteriores, salários atrasados e com alta carência de professores no quadro efetivo,

---

[69] ALAGOAS. **Decreto Estadual nº 37.067 de 02 de dezembro de 1996**. Disponível em <http://transparencia.al.gov.br/media/legislacao/1996/Decreto%20N%C2%BA%2037.067%20-%2096.pdf.>. Acesso em 20. jan. 22.

[70] CIPOLA, Ari. **Plano de demissão atrai 22 mil em Alagoas**. Folha de são Paulo, São Paulo 28 de dezembro de 1996. Disponível em < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/28/brasil/7.html> Acesso em abril.21.

somados a possibilidade de perder os poucos que havia, era de fato um caminho bastante árido pelo qual a mesma teria que passar. Claramente este episódio é exemplar para se compreender a política de um governo que acumulou tensões de ordem socioeconômica com os quadros de servidores do estado, ampliando sobremaneira a situação daqueles que precisavam dos serviços públicos, mas, também, ocasionando desemprego em larga escala, uma vez resolvida o problema de redução de servidores, tendo como meta menos despesas com a folha de pagamento, porém se aumentava de forma exponencial a carência de professores nas escolas. Assim, Lira (2016, p. 197), pontua que:

> No auge da crise econômica, o Governo Estadual chegou a atrasar oito meses de salários do funcionalismo. Uma das soluções para o enxugamento da máquina administrativa proposto e financiado pelo Governo Federal foi o Plano de Desligamento Voluntário, que resultou na demissão de cerca de 25 mil servidores, metade do total; destes, o quantitativo de 13.000 funcionários era da educação e 5.000 da área da saúde.[71]

O PDV atingiu de forma direta o setor da educação do estado, pois somados a carência já existente de professores nas escolas, muitos outros tantos profissionais aderiram ao plano causando caos na rede de ensino, como noticiado pelo jornal *Folha de São Paulo*. É a partir desse momento que situamos o objeto desta pesquisa, pois a partir de então dá-se o início do processo de seleções para contratos temporários de professores em caráter emergencial para suprir as carências da rede.

Na contramão do que prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB), em seu artigo 67, em 1998 o estado de Alagoas elabora e aprova a Lei 6.018 de 1º de julho[72] de 1998 que dispõe sobre a contratação temporária em caráter excepcional de interesse público, alterada em 2018 pela lei nº 7966/2018 com mesmo fim. A pesquisa de Pereira, (2022, p. 75) constata a existência das duas leis colocando que:

> Em 2018, o Estado de Alagoas criou legislação específica sobre contratação temporária e excepcional no serviço público, alterando a Lei Estadual nº 6.018/98 através da lei nº 7 966/2018. Não obstante a contratação massiva de professores temporários, chamados de “monitores”, já ser usual há bastante

[71] LIRA, Jailton de Souza. **O neoliberalismo na educação pública alagoana durante o governo Teotônio Vilela (2007 a 2015)**. João Pessoa/2016.

[72] ALAGOAS. Lei 6.018 de 1º de julho[72] de 1998 que dispõe sobre a contratação temporária em caráter excepcional de interesse público. Disponível em <http://transparencia.al.gov.br/media/legislacao/1998/Lei%20N%C2%BA%206.018%20-%2098.pdf.>. Acesso em 23, jan. 22.

> tempo, a lei anterior não normatizava adequadamente a matéria.[73]

Como se ver a autora informa que a lei de 1998 apesar de há muito tempo ser usada para as contratações não normatizava o mérito adequadamente. Naquela Lei o então governador interino Manoel Gomes de Barros considerava a situação de urgência para contratação temporária de excepcional interesse com "carência comprovada de pessoal para atender exclusivamente à saúde, na área de urgência e de emergência, à educação na área de 1º e 2º graus, à pesquisa cientifica, na área da proteção ambiental, e a área de informática"[74].

A partir desta Lei estadual os contratos temporários de professores se apoiam com perdas de direitos, inclusive, pois infringe a LDB quando em seu Art. 67 coloca sobre o acesso via concurso público. Por seu turno, a referida Lei não apresenta muitos detalhes em seus artigos, inclusive Pereira, (2022, p. 76)[75] sobre esta lei coloca que sobre ela "não há comentários a fazer, a não ser que realmente era falha e necessitava de ajustes" entretanto, ao analisarmos fica claro algumas condições para os profissionais da educação quanto ao seu trabalho: o contrato poderá ser extinto sem direito a indenização do trabalhador, a seleção é via processo seletivo simplificado (exames de currículo e provas de títulos) e o período como tempo máximo da duração dos contratos é de 24 meses, portanto, dois anos.

> Art. 2 – A admissão far-se-á de acordo com o previsto na Lei do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, mediante processo seletivo simplificado que poderá constar de exame de currículo, provas ou provas e títulos, após ampla divulgação em jornal de grande circulação e no Diário Oficial do Estado.
> § 1º - É de 24 (vinte e quatro) meses o período máximo de duração dos contratos temporários pactuados nos termos dessa lei.
> Art. 6º - O contrato temporário de que trata esta Lei extinguir-se á sem direito a indenização:
> I – Pelo término do prazo contratual;
> II – Por iniciativa da administração;
> III – Por iniciativa do contratado[76].

---

[73] PEREIRA. Maria Betânia Nunes. **Precarização do trabalho docente na Rede Estadual de Ensino de Alagoas (2013 a 2021)**. 2021.

[74] ALAGOAS. Lei 6.018 de 1º de julho[74] de 1998 que dispõe sobre a contratação temporária em caráter excepcional de interesse público. Disponível em <http://transparencia.al.gov.br/media/legislacao/1998/Lei%20N%C2%BA%206.018%20-%2098.pdf>. Acesso em 23, jan. 22.

[75] PEREIRA. Maria Betânia Nunes. **Precarização do trabalho docente na Rede Estadual de Ensino de Alagoas (2013 a 2021)**. 2021.

[76] ALAGOAS. **Lei 6.018 de 1º de julho[76] de 1998 que dispõe sobre a contratação temporária em caráter excepcional de interesse público**. Disponível em <http://transparencia.al.gov.br/media/legislacao/1998/Lei%20N%C2%BA%206.018%20-%2098.pdf>. Acesso em 23, jan. 22.

É sobre essa Lei que se inicia a prática dos contratos temporários, por isso vale a pena uma análise mais acurada sobre essa prática de inicialmente instituir uma política de demissão voluntária afirmando que precisava enxugar gastos do estado para logo após se justificar a contratação de novos trabalhadores, ou melhor, os mesmos trabalhadores, só que naquela ocasião em situação ainda mais precária. Ou seja, demite-se porque excede e depois admite porque falta, admitindo a carência, uma lógica bem coerente e alinhada às ideias neoliberais que dentro de sua arquitetura está sempre atenta a isentar o Estado de suas responsabilidades. Nota-se, assim, sob a manto da defesa do trabalho flexível via terceirização dos serviços, o que se percebe é a desregulamentação dos direitos dos trabalhadores anteriormente conquistados, fechando esse ciclo recentemente com as reformas trabalhistas e reformas previdenciárias nas duas últimas décadas, obedecendo a lógica do sistema *toyotista* de trabalho.

Sob a perspectiva dessa lógica observa-se certa rentabilidade para o Estado livre de direitos trabalhistas podendo contratar ao invés de efetivar funcionários/servidores. Dessa feita, a luz da ideia da educação como mercadoria, dentro desse contexto de mudanças do capital e do trabalho a rede regular de educação do estado de Alagoas vem contratando professores para assumirem as salas de aulas implicando, decerto em muitos sentidos na sua atuação profissional. A fim de aprofundar o olhar sobre como se deu e como se dá o trabalho docente através dos contratos temporários na rede de ensino pesquisada, buscando a seguir, levantar aspectos importantes sobre os conceitos de trabalho, trabalho precarizado e trabalho docente, categorias relevantes no entendimento da configuração da educação no contexto neoliberal e a da precarização do trabalho docente na rede de ensino em questão.

1.3. A Educação e o trabalho docente precarizado

Essa subseção busca abordar como a educação e o trabalho docente se configura dentro de um contexto social gerado pelas crises econômicas e suas modificações na forma de produzir refletidas no trabalho, especialmente no trabalho docente, bem como conceituaremos também trabalho, trabalho precário e trabalho docente. Tais conceitos representam categorias relevantes para se ter uma melhor compreensão do tema desta dissertação em construção,

intitulada: “Sequestro da Docência: Precarização do Trabalho e Suas Implicações na Atuação dos Professores/Monitores da Rede Pública Estadual de Alagoas (1996 a 2021)”**.**

Para tanto, utilizou-se referenciais teóricos das áreas das Ciência Humanas e Aplicadas, como os estudos de Lessa (2011); Antunes (2009); Tardif (2014), dentre outros autores que dialogam sobre os conceitos indicados e que em suas pesquisas, reflexões e estudos se apoiam e/ou se apoiaram em leituras marxistas dando forma e sentido as narrativas de seus escritos ora muito bem reconhecidos e aceitos pelo meio acadêmico.

Ao buscar um diálogo com esses autores, entendendo que o trabalho é diferente de emprego no sentido da palavra e na essência de sua execução, retomamos a ideia de trabalho em sua forma ontológica, enquanto constituinte do ser o que é bem diferenciado do entendimento capitalista, entendido como mercadoria. Nesse aspecto, Lessa, (2011, p. 132) problematiza a relação da natureza com o homem e busca afirmar que o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens resgatando a definição marxista quando entende que “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”[77].

Nota-se a partir das reflexões do autor que a ação do homem na natureza se dá de forma natural, deixando evidências de uma necessidade de interação entre essas duas dimensões, transformando-a ao mesmo tempo em que se transforma nessa relação dialética. Lessa (2011, p. 132), retoma as palavras de Marx, assinalando que:

> para ele não há possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e nos meios de subsistência imprescindíveis a cada sociedade. Ou, em outras palavras, a sociedade é impossível sem a natureza - esta última é um processo necessário da primeira.[78]

Tomando o excerto como referência, observa-se que desde os primórdios e a todo o momento interagimos com a natureza e tudo que até o momento já foi construído veio dessa interação e é fruto de um trabalho, essa interação ocorre entre dois meios completamente diferentes, o meio natural e o social, evidenciando que ambos se relacionam de forma direta apesar de que “a sociedade não existe sem a natureza, o inverso não é verdadeiro: a natureza prescinde da sociedade”[79]. Assim, é importante considerar que “o ser humano transforma a

[77] LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2ºed. São Paulo, Cortez, 2011.
[78] LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2ºed. São Paulo, Cortez, 2011.
[79]LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2ºed. São Paulo, Cortez, 2011. p.132

natureza segundo seu objetivo, sua finalidade",[80] a ação do homem na natureza gera sua transformação intencional, pois tem a intenção de transformar, o que é natural em se tratando da busca de meios de sua subsistência.

O trabalho muda a partir das relações capitalistas, quando se intensifica a divisão social do trabalho e suas relações sociais, assim, o conceito inicial de trabalho se distancia do conceito de trabalho no capitalismo. Sobre esse aspecto, Lessa (2011, p. 150) ao se posicionar acerca do conceito de trabalho instituído por Marx em O Capital, capítulo V, pondera que: "Marx, até aqui, está afirmando que o conceito de trabalho exposto "abstratamente "não "basta" "de modo algum" para a análise do capitalismo". Assim, o trabalho dentro do contexto capitalista deixa de ser algo natural à vida humana, observando que esta transforma a natureza em meios de subsistência para após o processo de Revolução Industrial, sendo aquele que converte a natureza em valores de uso, de modo que o trabalhado e controlado gera a produção de mercadoria e a mais valia, aponta o autor.

O autor, pondera, ainda que o trabalho intelectual também é separado do trabalho manual e o trabalhador é percebido como um sujeito produtivo, sendo aquele controlado pelo capital que produz mercadorias e mais valia. Assim, Lessa (2011, p. 152), aponta que o trabalho produtivo pode ser explicado da forma que segue:

> Quanto ao "estreitamento" do conceito de trabalho produtivo e de trabalhador produtivo: é produtivo o trabalho e o trabalhador que produzem mais-valia. Dito de outro modo, o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista ampliou o trabalho produtivo porque a reprodução do capital inclui todas as práxis produtoras de mais valia, sejam elas trabalho (intercâmbio homem/natureza) ou não. E se estreita porque diferente do trabalho, que produz "em geral" o trabalho produtivo, produz apenas mais valia. A humanidade ao atingir o capitalismo, o "trabalho produtivo deixou de ser produção "em geral" para se converter "essencialmente" em produção de mais-valia.[81]

Nesse sentido, ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo o trabalho foi se distanciando de suas pretensões iniciais, portanto se estranhando ao gerar alienação, ao passo que toda produção gerada por meio do trabalho tornava-se ligeiramente propriedade privada em que o trabalhador não detinha mais a posse dos meios de produção nem o acesso muitas vezes aquilo que produzia. Sob a perspectiva de Silva (2020, p. 35), "o capitalismo rompe com o trabalho da criação, separa o produto dos produtores, gerando uma distorção ideológica

[80] Idem, p. 136.
[81] LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2ºed. São Paulo, Cortez, 2011.

perversa que é alcançada através da redução do trabalho a mais uma mercadoria"[82].

Para Lessa (2011, p. 156), "o trabalho deixa de ser a manifestação das forças vitais do próprio trabalhador para se converter na potência da classe dominante sobre o trabalhador explorado" e, sob esse aspecto, o autor continua o seu raciocínio colocando que o trabalho passa a ser controlado, pois a alienação do trabalhador se dar quando se separa o trabalho intelectual e o manual, seu corpo e sua mente são separados deixando-os dependente da necessidade de trabalhar à disposição de ser explorado.

Notadamente, com o passar do tempo o trabalho flexibilizado emerge com a diminuição dos trabalhadores estáveis e o aparecimento dos trabalhadores terceirizados, temporários e informais, ao se instalarem nos mais variados setores da sociedade, são aqueles que, com "o crescimento do desemprego estrutural e da crise do capital, são obrigados a buscar alternativas de trabalho em condições muito adversas, quando comparadas aquelas existentes no período anterior"[83]. A expansão das relações de trabalho e de produção dentro do contexto da crise do capital de 1970 trouxe esta condição de trabalho aos trabalhadores, notadamente entendido como trabalho precarizado.

Pensando trabalho dessas duas formas, como uma ação humana na transformação da natureza e como mercadoria nos leva a pensar enquanto docentes nesses conceitos refletidos de forma específica sobre o trabalho docente a partir de algumas especificidades. Entendo que o trabalho docente é uma ação laboral de relação humana, como defendem Tardif; Lessard (2014, p. 8):

> Compreendido como uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu "objeto" de trabalho, que é justamente um outro ser humano, no modo fundamental da interação humana. Podemos chamar de interativo esse trabalho sobre e com outrem.[84]

Tomando o excerto como exemplo, a relação do trabalho em geral especificamente

[82] Nota-se a ação radical do capitalismo na vida dos homens: transformar o trabalhador e seu trabalho em mercadoria. SILVA, Amanda Moreira de. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente:** o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas **brasileiras** - Curitiba: CRV, 2020.
[83] ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo, SP: Boitempo, 2009, p. 105.
[84] TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis: Editora Vozes, 9º. Ed., 2014, p. 8.

com o trabalho docente tem ligeira aproximação com as reflexões de Lessa[85] acerca dos escritos de Marx quando chamam a atenção para pensarmos a lógica do capitalismo com exemplos do trabalho docente nas reflexões dessa dissertação.

O primeiro trata de pensar que o trabalho docente em sua especificidade não se dá na transformação de forma direta em um intercâmbio orgânico com a da natureza, mas de uma natureza já transformada. São 'as cabeças das crianças' que o mestre-escola trabalha, como aponta as reflexões de Marx (1985, p. 105-6)[86]. Outro aspecto é que o trabalho docente é notado como trabalho assalariado, trabalho improdutivo e não como proletário, trabalho produtivo. Ressalta-se que essa discussão é tomada por Lessa (2011, p. 167. grifo do autor) a partir das diferenças que ele faz entre trabalho assalariado como aquele que "a relação de exploração não inclui a produção de um novo quantum do "conteúdo material da riqueza", mais apenas a produção de mais valia"[87].

Nesse sentido, Lessa (2011, p. 165) busca fazer uma analogia no sentido de explicitar que não importa se o que é transformado em uma fábrica, seja realizado por um trabalho proletário numa "fábrica de salsichas" ou na exploração de um professor em uma "fábrica de ensinar" se a classe dominante enriquece através da mais-valia gerada, este trabalho está alinhado aos fundamentos do capitalismo, assim, destaca o autor: "para o capitalista individual, pouca diferença faz se a sua mais-valia teve origem na "fábrica de ensinar" ou na "fábrica de salsichas"[88].

Assim, o autor coloca que o trabalho nas fábricas de salsichas gerava uma quantidade de riquezas que por sua vez gerava mais subsistências, conteúdo da riqueza social enquanto o trabalho na fábrica de ensinar gerava apenas mais-valia, pois não produzia meios de subsistências e produção, ou seja: "apenas o proletário produz e valoriza o capital". Nesse sentido, o professor apenas "valoriza o capital", assim o proletário seria o trabalhador na "fábrica de salsichas" e o assalariado, o professor, da "fábrica de ensinar" (LESSA, 2011, p. 168). A abordagem do autor nos leva a pensar como são diferentes as relações de produção utilizando como exemplo comparativo a atividade de dois trabalhos diferentes que atuam em lugares diferentes, consequentemente a fábrica e a escola, espaços em que se desenvolve à

[85] No capítulo V em que trata do trabalho e trabalho abstrato, secção 2 de sua obra: Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.
[86] MARX, K. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
[87] LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2ºed. São Paulo, Cortez, 2011.
[88] LESSA, Sergio. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. 2ºed. São Paulo, Cortez, 2011, p.165).

docência e mentes e corpos disciplinados para o trabalho!

Outro aspecto abordado é sobre a distinção das atividades em relação aos objetos e aos meios de trabalho que são ontologicamente distintos em cada atividade, assim é importante pensar que os dois produzem mais-valia, mas as relações sociais vividas naqueles espaços, suas produções, suas condições de vida e de trabalho são ligeiramente diferentes. Lessard e Tardif, (2014, p. 9), ponderam que: "enquanto trabalho interativo, à docência possui características peculiares que permitem distingui-las de outras formas de trabalho humano"[89] ao passo em que Lessa, (2011, p. 173) assinala que o professor atua sobre as relações humanas. O autor observa, ainda:

> O professor atua na relação com o aluno pela prestação de um serviço: transmissão de conhecimento. No caso do proletário, temos o "processo entre homem e natureza": no caso do professor, a relação é exclusivamente entre seres humanos. Isto não significa que a práxis do professor não tenha que recorrer a instrumentos que são da natureza transformada, como giz e a sala de aula. Mas a função social do professor não é a produção destes produtos, mas sim atuar na transformação da subsistência da personalidade de seus alunos pelo ensino de novos conhecimentos, costumes, valores.[90]

Do ponto de vista do capital é interessante atentarmos para os aspectos acerca dos resultados, o produto gerado pelo trabalho do "mestre escola" não é uma mercadoria como no caso do trabalhador de uma fábrica de salsichas, pois "não se pode acumular capital sob a forma de tantas horas de aulas", observa Lessa (2011, p. 176). Segundo o autor, "o resultado do trabalho do mestre-escola, por seu lado, se exaure quando é objetivado e dele não resulta nenhuma "coisa" equivalente a um "meio de produção ou meio de subsistência". Por isso, do trabalho abstrato do mestre-escola não resulta qualquer produto que possa servir de meio de acumulação".

Tumolo e Fontana (2008) ao realizar um estudo da produção acadêmica sobre o trabalho docente na década de 1990 contribui com o debate quanto a proletarização do trabalho docente afirmando que nesses estudos os autores tratam a proletarização do professor como "resultado da precarização de suas condições de trabalho, do rebaixamento salarial, de sua desqualificação, da perda do controle do processo de trabalho, do desprestigio social da

---

[89] TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Editora Vozes, 9º. Ed., 2014

[90] LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2ºed. São Paulo, Cortez, 2011, p.173.

ocupação, etc."[91]. Os autores observam em seu estudo que os pesquisadores "em geral tenham restringido suas análises do trabalho docente ao processo de trabalho, sem levar na devida consideração a relação com o processo de produção capitalista". Dessa forma é necessário pensar o trabalho docente distinguindo o processo de trabalho do processo de produção a partir do que os autores dizem

> Atualmente, os trabalhadores da educação são constituídos, em sua maioria, por trabalhadores assalariados, seja no sistema público ou privado de ensino. Por estabelecerem uma relação contratual baseada no assalariamento, apresentam uma relação similar aquelas estabelecidas por outros trabalhadores assalariados já que a natureza da relação é a mesma. Entretanto, nem todo trabalhador assalariado é produtor de capital, apesar de todo trabalhador produtivo ser assalariado. Isso quer dizer que existem trabalhadores assalariados, incluindo aqui professores, que estabelecem e outros que não estabelecem a relação de produção especificamente capitalista, ou seja, que são ou não produtivos. Além disso, também existem professores que exercem sua atividade sem ser assalariados e, neste caso, não são produtivos.[92]

Sobre esses aspectos precisamos pensar as especificidades relacionadas aos professores/monitores sob a ótica das relações de produção que estabelecem com seu trabalho, eles são professores contratados vinculados a rede pública estadual, recebem salários e produzem suas aulas, o estado por sua vez através desse vínculo tem ganhos com o pagamento de seus salários, pois estes, por serem contratados, não recebem salários compatíveis ao seu tempo de serviço e sua formação. Rêses, (2012, p. 445, *apud*, 1984, p. 27), observa que "a escola será um lócus que ocupa cada vez mais gente e em maior tempo e que, embora não produza mais-valia, é extremamente necessária ao sistema capitalista para realização de mais-valia; e neste sentido, ela será um trabalho produtivo"[93].

Antunes ao definir classe-que vive-do-trabalho diz que ela inclui os trabalhadores produtivos e improdutivos entendendo por trabalhadores produtivos: "a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (no

---

[91] TUMOLO. Paulo Sérgio e FONTANA, Klalter Bez. **Trabalho docente e capitalismo**: Um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. p 169. Localizado e, https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000100009 acesso em 15.01.2022.

[92] TUMOLO. Paulo Sérgio e FONTANA, Klalter Bez. **Trabalho docente e capitalismo**: Um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. p 167. Localizado e, https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000100009 acesso em 15.01.2022.

[93] RÊSES, E. S. **Singularidade da Profissão de Professor e Proletarização do Trabalho Docente na Educação Básica**. SER Social, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 419–452, 2013. DOI: 10.26512/ser social. V14i31.13008. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13008. Acesso em: 16 nov. 2022.

sentido dado por Marx especialmente no capitulo VI, inédito) e por trabalhadores improdutivos: “aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, seja para uso público ou para o capitalista”[94].

Quando pensamos no trabalho docente dessa forma na verdade estamos nos referindo a um processo educativo permeado pela restruturação produtiva que trouxe um trabalho para o docente com marcas de flexibilidade exigindo um perfil de professor que se adeque as condições postas pelo capital. Este trabalho é marcado pela desvalorização dos profissionais exigindo cada vez maiores disponibilidades deste para o trabalho e subtraindo cada vez mais direitos, o que vai a encontro as exigências de crescimento de lucro para o capital.

O neoliberalismo nesse sentido como diz Loval e Dardot, em seu livro A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal (2016)[95] é a “nova razão do mundo”. É através dessa capacidade de se reinventar e sobreviver as crises que o capital acumula lucros e gera em contrapartida o trabalho precarizado, intensificado pela ausência de condições de trabalho e livre de muitas regulamentações sociais trabalhistas.

São as novas condições de trabalho impostas pelo capital que vigoram nesse contexto, de um trabalho que passa a ser cada vez mais explorado e desvalorizado pelo empregador, que faz o empregado perder sua autonomia, um trabalho prescrito, ditado por quem interessa e lucra, um trabalho desvalorizado se pensarmos em seu sentido pleno.

Dessa forma os reflexos do trabalho precário vivido no contexto educacional não está fora dessas marcas. A educação hoje é vista como uma empresa, como uma mercadoria a ser vendida, pois é vista com objetivos mercadológicos, pois dá retorno principalmente formando os sujeitos que a sociedade precisa para o mercado. Uma educação que produz riqueza conforme a ordem do capital. Corrobora neste aspecto Catini, (2020, p. 55):

> Em matéria publicada em fevereiro de 2018 pelo jornal El País, figuras centrais do Todos Pela Educação comemoram a reforma e a mudança na estratégia pedagógica, que deve colocar o currículo de formação de jovens em consonância com o mercado de trabalho, ambos, enfim, “flexibilizados”.[96]

[94] ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009, p.102.
[95] DARDOT e LAVAL. Pierre e Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
[96] CATINI, C. (2020). Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, (127), 53-68. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127 p.53-68.

A autora colabora com a ideia que há por trás da reforma do Ensino Médio apoiada pelo Todos Pela Educação, uma intervenção de mudar a educação conforme moldes do mercado, procurando formar os jovens que o mercado precisa. O capital se manifesta na educação como uma grande possibilidade de expansão de seus objetivos e ideologias. E isso não se observa só em escola privada, ou quando há privatização do público, as escolas públicas também são inseridas nesse objetivo do capital financeiro quando empresas privadas, grandes corporações educacionais atuais se interessam por atuar nesse meio interferindo em sua organização pedagógica e curricular, prestando assessorias. Não é novidade, por exemplo, o interesse dessas corporações por formações, cursos, venda de material didático, nas redes públicas. Estão nesse rol o instituto natura, o instituto Itaú, a fundação bem comum, o instituto Ayrton Sena, a fundação Lemann e outros conhecidos.

Na rede estadual de ensino de Alagoas a fundação Leman, por exemplo, se encontra presente na orientação e direcionamento das questões pedagógicas já a um tempo. Ao pesquisar nas redes sociais colocando como chave de pesquisa a expressão ‘fundação Lemann educação estadual de Alagoas’ encontramos algumas informações sobre essa inserção da referida fundação na rede.

O texto publicado na Scielo intitulado: O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação de Peroni e Oliveira (2020)[97] e a notícia publicada na página da *web*, com endereço: aquiacontece.com.br com o título: Na Inglaterra, Paulo defende mais parcerias para que Alagoas melhore índices da educação[98] que noticia uma viagem do atual governador Paulo Dantas a Inglaterra onde participou de um encontro com governadores para pensar pautas educacionais são alguns exemplos da presença dessa fundação na rede pesquisada. A página afirma:

> O governador Paulo Dantas se encontrou com o empresário Jorge Paulo Lemann, fundador da Fundação Lemann, organizadora do “Encontro de Altas Lideranças”, em parceria com a Universidade de Oxford. Alagoas já conta com parcerias com a Fundação Lemann e a Fundação Gesto, que

[97] PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, C. M. B. de**. O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas**. Educar em Revista, Curitiba, v. 36, e77554, 2020. DOSSIÊ - Processos de privatização da educação em países latino-americanos.

[98] Na Inglaterra, Paulo defende mais parcerias para que Alagoas melhore índices da educação. Portal Oficial do Governo do Estado de Alagoas. Maceió. 24.11-2022. Educação. Disponível em < https://alagoas.al.gov.br/noticia/na-inglaterra-paulo-defende-mais-parcerias-para-que-alagoas-melhore-indices-da-educacao. Acesso em 25.07.2023.

também participa do evento.

A presença dessas instituições na educação pública alagoana faz parte de um movimento maior chamado por Laval (2019, p. 7-8)[99] de neoliberalismo escolar, que conceitua como: “Consiste em mudar o funcionamento do sistema educacional por meio de medidas isoladas, que atingem zonas especificas do sistema, de modo que só adquirem sentido quando são relacionadas umas com as outras”. Dessa forma através da entrada dessas instituições, vai se moldando uma educação pensada com objetivos do capital bem definidos e que por mais que ocorra de forma e em tempos diferentes nos diversos lugares faz parte de um programa geral para as políticas educacionais conforme pensamento do mesmo autor.

Na verdade, é importante frisar que a educação alagoana já tem marcas históricas de uma elite oligárquica ao longo de anos, Pereira (2022, p.70) verifica sobre este aspecto

> O que vemos em Alagoas é a continuidade de uma política deliberada de destinar a escola pública (estadual e municipal) a apenas formar “trabalhadores de um espírito mais ou menos cultivado, moralizados e econômicos”. Nunca houve, de fato, um direcionamento a valorização da escola pública. Essa perspectiva sociopolítica cumpre um papel de perpetuação de privilégios de uma elite, a serviço dos capitais locais.[100]

Essa política tem cada vez mais entrado nas redes públicas, a educação afinal é um meio de repasse, como se diz, o capital não brinca em serviço, tudo é pensado estrategicamente para alcançar seus objetivos. Não é à toa que algumas reformas vêm acontecendo na educação, estas fazem parte desse pacote neoliberal e tem propostas curriculares que se bem observadas e analisadas tem mexido muito com as escolas, a formação dos estudantes e o fazer docente. Sobre as reformas Laval (2019, p. 16) diz: “Termo guarda-chuva e fórmula mágica que em geral faz às vezes de reflexão. Mas “reforma” para construir que tipo de escola e escola para que tipo de sociedade? ”

Essas perguntas devem ser sempre feitas. Pensando sobre elas podemos fazer algumas análises e ter vários entendimentos sobre seus objetivos e como é pensado a educação. Sobre reformas inclusive lembramos da reforma do novo ensino médio, ainda sendo implementada

[99] LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: O neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
[100] PEREIRA. Maria Betânia Nunes. **Precarização do trabalho docente na Rede Estadual de Ensino de Alagoas** (2013 a 2021). 2021.

em várias redes de ensino, esta muda por completo o currículo, reduzindo carga horária das disciplinas clássicas para colocar em seu lugar trilhas formativas, disciplinas eletivas e projeto de vida, projeto aprovado em 2017 no governo de Jair Bolsonaro que está sendo bastante criticado por movimentos educacionais inclusive sendo pauta de uma campanha para sua revogação no atual governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Na verdade, não podemos perder de vista que esse modelo de educação traz um novo paradigma de formação voltado para um ganho econômico através da formação dos profissionais que o mercado precisa, daí a formação e a educação, inclusive a pública, através de seus governos, agentes dessa política, serem alvo pois, é nela onde estão a massa de futuros trabalhadores. Catini, (2020, p. 60) contribui dizendo que "não se trata apenas de uma transformação da política educacional, mas de uma reengenharia dos direitos sociais, que passam a ser objeto da intervenção privada e a se dirigir para "públicos-alvos".

Sob esses aspectos nós, docentes, não podemos nos enganar, precisamos estar atentos do que há por trás dessas políticas educacionais. Precisamos entender que é sobre uma política educacional neoliberal que as ações têm se pautado. Laval (2019, p. 21) afirma:

> A força do novo modelo e a razão porque ele vem se impondo está no fato de que o neoliberalismo se apresenta à escola, e ao restante da sociedade, como *solução* ideal e universal para todas as contradições e disfuncionalidades, mas na verdade é um remédio que alimenta o mal que deveria curar[101].

A educação pensada sobre esses moldes altera de forma direta o trabalho docente e suas relações sobre a presença da classe trabalhadora no mundo atual concordamos com Antunes (2009), entendo que esta incorpora "todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho e troca de salário"[102]. Assim, devemos recordar que o trabalho a partir da crise estrutural do capital instituída no final da década de 1990 e o desemprego estrutural causado por ela levou os trabalhadores a se submeterem a condições de trabalho bastante precarizadas reconfigurando o mundo do trabalho atual.

Nesse contexto em que se posiciona o capital, o docente, independentemente de sua produção ser diferente de um trabalhador de fábrica, ocupa lugar de sujeito trabalhador que produz. Essa afirmativa faz parte da compreensão já debatida acerca do estereótipo de que o

---

[101] LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: O neoliberalismo em ataque ao ensino público 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

[102] ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009, p.103.

magistério é uma vocação, questão já desmistificada por vários autores de tendência marxista ou não. Assim, perceber a docência não como um dom e/ou uma vocação, mas, sim, como um Trabalho! Isso faz mudar a nossa percepção acerca dos profissionais da educação, buscando compreendê-los enquanto trabalhadores e profissionais de ofício que exercem função social, cultural e transformadora de uma sociedade e, que, enquanto trabalhadores da educação estes têm atuado sob a lógica do capital, ou melhor, dentro das regras precárias do trabalho moderno que este vem ditando nas últimas décadas.

Reconhecendo as especificidades do trabalho docente, Rêses, (2012, p. 444) explicita que "a especificidade do trabalho docente, não material, traz à tona reflexões sobre o papel deste tipo de trabalho na sociedade capitalista e de como este papel toma forma na construção da identidade docente". Ao passo que Antunes (2017, p. 77), ao se reportar a educação dentro dos mesmos parâmetros de produção, afirma que se quisermos entender qual foi a educação exigida pelos formuladores do capital no século XX precisamos entender primeiro qual o tipo de força de trabalho que foi exigida pelas empresas em suas organizações, no bojo de suas linhas de produção. Tal questionamento suscitado pelo autor faz notar intima relação entre a mão de obra que o mercado precisa e os futuros trabalhadores que as escolas precisam formar.

O autor reforça neste trabalho os pilares que marcam as atividades laborais dentro do marco formativo que se almeja: tarefas rotinizadoras, qualificação marcada pela separação entre teoria e prática, que marcam uma "educação puramente formal, parcelar e hierarquizada e perpetuadora da nefasta divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual".[103] Nesse sentido e continuando a reflexão olhar para esse trabalho na atualidade dentro de um panorama neoliberal se faz necessário e que pensar o que é o Trabalho docente precarizado de forma mais específica nesse contexto se faz muito mais.

Considerando o conceito inicial de trabalho em Marx[104] (2013) e as mudanças posteriormente ocorridas com o advento do neoliberalismo a partir dos anos de 1970 em relação à produção e as relações de trabalho no mundo contemporâneo, observa-se que este tem sido fortemente marcado pela flexibilidade nas relações de contrato e admissão, pela negação de direitos e ataques a individualidade dos trabalhadores, reforçado por políticas meritocráticas gestadas nos gabinetes de parlamentares e órgãos executivos com a anuência do mundo empresarial, que buscam a todo custo promover a competitividade, evocando

[103] ANTUNES, Ricardo. **A fábrica da educação:** da especialização taylorista a flexibilização toyotista**.** São Paulo: Cortez, 2017, p.81.
[104] Conceito de trabalho em MARX, K**. O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

competências e habilidades para a execução das atividades laborativas e por obtenção de metas, o que desvela um cenário de trabalho precário e desmobilizado.

As marcas abertas pelas necessidades da expansão do sistema capitalista mundial alteraram a forma na qual o trabalho estava organizado afetando como bem definiu Silva (2020, p. 47) "a gestão da força de trabalho, as condições, as relações, assim como o próprio conteúdo do próprio trabalho, envolvendo a intensificação, a ampliação da jornada, a redução de empregos e a precarização das condições e direitos do trabalho"[105].

Não obstante a crise do *taylorismo-fordismo* trouxe na definição de Antunes (2009, p. 104-117), a redução do proletariado industrial, fabril, tradicional manual, estável e especializado e, consequente, a expansão das formas de horizontalização do capital produtivo, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo. Dessa forma, o incremento do novo proletariado fabril e de serviços, que se traduzia pelo crescimento em escala mundial do trabalho precarizado e desregulamentado (terceirizados, temporários, subcontratados etc.), a presença dos assalariados e serviços com o aparecimento do terceiro setor, as formas de trabalho a domicílio, e/ou remoto marcas que sem dúvida permanecerão e se configurarão e reconfiguram ao longo dos séculos XX e XXI, especialmente após a pandemia do Covid-19, um dos marcos desse século.

Dessa forma, regido pelas determinações do mercado empregador, o trabalhador docente realiza suas atividades laborais. São essas marcas que regem o fazer e as relações sociais dentro de uma lógica do capital em que o fator trabalho vira peso, exploração, ação alienante e selvagem realizado em busca de um salário. É o trabalho observado como emprego, trabalho tido como coisa, trabalho contabilizado em horas, salários, quantificado em ações realizadas e metas alcançadas.

Diante da organização do trabalho que está engendrada no contexto da evolução do capitalismo, o trabalho docente, assim como outras formas de trabalho passam por mudanças e transformações radicais em curto espaço de tempo, ocasionando implicações ao justificar a busca de um professor com um perfil de fácil adequação aos ditames do capital, ponto ao qual os docentes devem atentar conforme Catini (2020, p. 66):

> É preciso reconhecer que, assim como o trabalho, a educação pode não ser formativa. Ela é uma relação objetiva que pode mesmo ser um obstáculo

[105] SILVA, Amanda Moreira de. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente:** o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras - Curitiba: CRV, 2020.

> para a formação. Uma educação em estado falso, para contenção, para subserviência, alienação a condições cada vez mais brutais de existência. Nossa cumplicidade e colaboração com esse sistema seria um verdadeiro trabalho sujo na história da educação[106].

Como vemos, não podemos deixar de observar esses aspectos, enquanto professores estamos envolvidos em um fazer que tem definições advindas de políticas públicas com objetivos bem maiores do que só ensinar e garantir aprendizagem aos estudantes. É preciso que o professor atente para o aspecto formativo de sua ação, para a possível contradição do ato de ensinar, para não sermos cumplices de algumas propostas que como a autora diz, não são verdadeiramente formativas.

Nesse aspecto, Antunes (2017, p. 85)[107], observa que na educação "as cargas horárias, as avaliações, o conteúdo programático das disciplinas, moldam no "*alunado*"[108], uma subjetividade pré-formada e pré-disposta à divisão social do trabalho nas empresas e órgãos ´públicos existentes entre grupos distintos de "planejadores/as" e "executantes". Forma utilizada para desqualificar o trabalhador, pois separa o trabalho manual do trabalho intelectual distinguindo assim os que executam, subordinados, dos que planejam, os que dizem o que tem e deve ser feito.

Dessa forma é preciso entender as relações entre produção, trabalho e mercado em linhas muito próximas ao processo de educação formal. No contexto capitalista é nas entranhas da educação que forma a força de trabalho que o mercado precisa demarcado na Reforma Universitária de 1968 que visava ampliar as vagas para a população que não tinha acesso a escolaridade a partir de movimentos e reinvindicações populares, mas que pelo contexto da política no período de ditadura conferiu às universidades privadas a oferta de vagas dentro do processo de inserção do Brasil na "nova" logica capitalista, que visava modernizar as universidades para a elite.

Ao longo do tempo as demandas do mercado são incutidas nos sistemas educacionais via políticas curriculares com a anuência dos poderes executivos e na maioria das vezes representativos quando aderem aos ditames dos grupos empresariais, travestidos de ONGs e

---

[106] CATINI, C. (2020). Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, (127), 53-68. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p53-68

[107] ANTUNES, Ricardo. **A fábrica da educação:** da especialização taylorista a flexibilização toyotista**.** São Paulo: Cortez, 2017.

[108] A dissertação em tela entende o estudante como sujeito participe do processo de sua formação cientifica instrumentalizando-o para os desafios da vida, seja para ambientá-lo profissionalmente e/ou cientificamente, desvinculando-o do sentido de "um ser sem luz", sentido da palavra alunado - grifos meus.

parceiros. Antunes (2017, p. 84)[109], observa que "as instituições de ensino, portanto, é que deram continuidade, na estrutura de seus conteúdos curriculares e com seus métodos e ferramentas de ensino e de aprendizagem a formação de uma subjetividade calcada nos princípios da economia de mercado e da hierarquia do trabalho".

A escola passa a ter um caráter utilitário, que serve para qualificar para o trabalho que o mercado exige. Não obstante qualificação tem sido uma palavra bastante emblemática neste contexto do final do século XX e primeira década do século XXI, notadamente nunca se falou tanto na necessidade de treinamento, cursos, preparação, qualificação, formação apresentadas aos docentes e como deveriam proceder nos seus fazeres para alcançarem o sucesso. É perceptível que nessa ânsia de se "qualificar" os profissionais dos sistemas de ensino inúmeras pautas que foram se configurando à medida que neoliberalismo se enraizava nas tessituras da educação. O mote das pautas eram demandas do mercado de trabalho que exige perfis diferenciados, domínio de habilidades básicas na execução de atividades técnicas utilizadas nas mais variadas formas de produção no mundo do trabalho.

Nesse aspecto, dentro dessa lógica o papel a ser executado pelo professor torna-se visivelmente afetado, principalmente nas duas últimas décadas deste século XXI quando as demandas trazidas pela produção determinam as ações dos docentes em contexto de sala de aula no exercício da função. É notável a tentativa de sequestro da capacidade de pensar do professor, para o papel de executar, o profissional professor passou a ser em alguns sistemas de ensino meramente um executor de tarefas pré-determinadas, como tem acontecido com frequência nas instituições privadas de ensino, estendendo-se há alguns anos aos sistemas públicos com muita frequência. Para usar uma expressão de Pereira; Evangelista (2018, p. 70): trata-se do "professor gerenciado".

Não por acaso a entrada desse gerenciamento parte de algumas premissas:

> pela política do livro didático; pelo sistema de avaliação em larga escala; pelo achatamento salarial; pela diminuição dos concursos públicos; pelo excesso de horas-aula; pelo grande número de alunos em sala; pelo não pagamento do piso salarial nacional; pela carência de plano de carreira; pela capilarização dos contratos temporários; pelas diretrizes curriculares; pelo neogerencialismo escolar; pela articulação dos interesses internos e internacionais à formação e ao trabalho pedagógico; pelo pagamento da formação inicial e continuada em escolas de nível superior não universitárias e, lamentavelmente, pelo esvaziamento teórico-prático de sua

[109] ANTUNES, Ricardo. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista a flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017;

formação na modalidade EAD[110].

O excerto revela que não podemos desapartar então de pensar a marca de um trabalho docente precarizado nos séculos XX e XXI fora do contexto de uma educação voltada para o modelo capitalista e preocupada em formar trabalhadores que supram as demandas do sistema. Meszáros (2008, p. 17) problematiza essa questão indagando: "digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação"[111]. A emblemática afirmação do autor não busca afirmar a educação em um sentido restrito da educação escolar ao passo estava "referindo-se à educação estética e à educação de forma ampla, sem reduzi-la, portanto, a educação formal", pondera (SILVA, 2020, p. 38)[112], porém, diz muito sobre a relação homem/trabalho/humanização, o trabalho sem dúvida é uma necessidade intima humana que ao longo do tempo vai sendo transformada por meio das relações impostas em uma ação obrigatória aos moldes do capital.

Sobre a precarização do trabalho, Marin (2010) ao pesquisar e problematizar o tema "precarização do trabalho docente", registra que uma de suas caracterizações são vinculadas ideias relativas às mudanças de trabalho, tais como:

> flexibilização; intensificação; desemprego; desprofissionalização; degradação; sobrecarga; cobranças; fragilização; desvalorização; competitividade; condições de trabalho e de pesquisa; perda de autonomia; novas categorias de trabalhadores, sobretudo os temporários; ausência de apoio à qualificação; e, ainda, algumas especificações da esfera pedagógica, tais como valorização do saber da experiência em detrimento do pedagógico; ação docente pouco sólida em termos de conhecimento; envolvimento dos professores em trabalhos burocráticos.[113]

Diante do exposto, observa-se que a precarização do trabalho é uma realidade, na atualidade, quando e qualquer trabalho passa pelo crivo de destruição das suas condições de execução na prática. Na educação se observamos essas marcas elas também estão presentes, especialmente em ambiente escolar enquanto espaço de trabalho e afeta os docentes nos mais variados ambientes, seja nas salas de aulas e/ou nas secretarias em função técnicas, assim

---

[110] EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan K.; SOUZA, Artur G. de. **Formação docente no Brasil pós-2000**: lances de um massacre intelectual. Florianópolis, SC: UFSC, p. 1-31, 2018.
[111] MÉSZAROS, I. **Educação Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2008.
[112] SILVA, Amanda Moreira de. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente:** o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras - Curitiba: CRV, 2020.
[113] MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

como nas instituições privadas de ensino tais práticas são recorrentes. Por meio destas práticas observa-se de fato a efetivação em larga escala do projeto neoliberal para a educação desvelando a sua precarização em várias dimensões. Sobre o trabalho docente precarizado, Oliveira (2019, p. 62) afirma, que:

> a precarização do trabalho tornou-se uma questão crucial na vida do professor a partir da junção e sobreposição dos elementos do tripé: salários, jornadas e contratos, que, por analogia, poderiam se converter respectivamente nos termos: empobrecimento, intensificação de trabalho e instabilidade.[114]

Não obstante a documentação que será trabalhada nessa dissertação, nas seções subsequentes revelam a presença dessas marcas nos tipos de contratos, nos salários notando-se claramente a desvalorização dos professores/monitores, profissionais a serem contratados e inseridos no sistema em condições ainda mais precária do que aqueles que ocupam funções docentes com estabilidade, por ainda usufruírem de regimento próprio da categoria.

Nesse sentido, nota-se na rede de ensino estudada que as jornadas de trabalho têm intima ligação com o salário, como são baixos obter um valor mensal digno da sua função, as horas a serem trabalhadas se tornam cada vez mais extensas atingindo a marca de 60 horas de trabalho semanalmente. Os contratos de trabalho temporários por sua vez, se torna um instrumento muito perverso no sistema educacional, mas também para o mundo do trabalho de uma forma geral, pois, são nas minutas desses contratos que se configuram as condições de salários reduzidos associados a elevadas jornadas de trabalho, perdas de estabilidade profissional enquanto servidores públicos e contraem uma série de obrigações. Notadamente, a partir da instituição de contratos para professores esses têm passado a atuar em condições instáveis e flexíveis ao longo das últimas décadas.

Com isso, pensando o objeto desse estudo, temos percebido que as condições de estabilidade alcançadas por meio de concursos públicos, a garantia de direitos trabalhistas, amplamente conquistadas com lutas dos trabalhadores articulados em sindicatos e/ou associações tem sido ameaçado e extinguindo-se em alguns casos ou se tornando escassa, cada vez mais os docentes vem atuando na forma de regimes de contratos temporários, sendo esta uma forma encontrada pelo sistema capitalista para desregulamentação e flexibilidade do

[114] OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **“Professor você trabalha ou só dá aula?”.** Um olhar sobre a história e precarização do trabalho docente. Curitiba: CRV, 2019.

trabalho, seja dos docentes e/ou de qualquer outro seguimento. Para tanto, uma pergunta é crucial nessa perspectiva: como a flexibilização gera desregulamentação e precarização do trabalho?

Silva (2020), observa que a flexibilização do trabalho possibilita dispensar o trabalhador quando a empresa por algum motivo não poder mais mantê-lo em seus quadros, reduzir ou aumentar a carga horária de trabalho, moldando a jornada de diversas formas, conforme o seu interesse, turno, escala, tempo parcial, horário flexível, remoto, etc. Dispensar o trabalhador sem avisar antecipadamente, pagar salários mais baixos, contratar temporariamente, terceirizar trabalhadores e serviços são alguns dos indicadores que nos leva a problematizar essa questão.

Dentro desse contexto o trabalho docente precário vai se configurando impondo duas situações aos professores: ou fazem parte dos flexibilizados, terceirizados e temporários admitindo estar empregado sob condições precárias ou fazem parte do exército de desempregados. Triste realidade, situação nada fácil, pois coloca o docente fatalmente de uma forma ou de outra na situação de precarizado. Esse termo, é uma categoria de análise apresentada e discutida por vários pesquisadores. Trata-se de um conceito que vem sendo ampliado e estudado ultimamente, pois, se trata de um termo bastante amplo, não homogêneo, mas que traz em seu bojo divergências entre os autores, porém relevantes para as reflexões acerca da precarização do trabalho docente, sendo esta uma das premissas dessa dissertação de mestrado, Silva, (2020)[115].

Conforme Silva 2020[116] a *terceirização* libera o contratante de encargos trabalhistas, pois desloca essa obrigação para terceiros (empresas que surgem com o objetivo de contratar trabalhadores para prestar serviços para outras). A *pejotização* é a forma na qual a pessoa que presta um serviço intelectual exercendo a atividade por meio de uma pessoa jurídica, descaracterizando, assim, o vínculo do emprego quando contrata sociedades (PJ) em substituição ao contrato de emprego. Por fim, a *uberização*, termo ligado à empresa de transporte *Uber* que retrata uma forma de trabalho em que o trabalhador é o proprietário dos recursos necessários a execução do trabalho, sem remuneração fixa, pois depende dos

[115] SILVA, Amanda Moreira de. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente:** o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras. Curitiba: CRV, 2020.

[116] A fim de entender sobre as formas e tendências atuais da precarização do trabalho docente a pesquisadora Amanda Moreira da Silva em sua pesquisa de doutorado retrata as novas tendências do trabalho precarizado no século XXI: terceirização, pejotização e uberização. SILVA, Amanda Moreira de. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente:** o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras. Curitiba: CRV, 2020, p. 135.

serviços que serão executados, sendo um trabalhador que não tem um emprego, pois não tem vínculo com nenhuma empresa, apenas executa um trabalho sem garantias nenhuma.

Por essa razão, a tese da centralidade do trabalho defendida por Antunes (2015) em que afirma que mesmo com as mudanças impostas pelo capital, o trabalho ainda é uma categoria fundante para que se possa entender o mundo contemporâneo e que não foram às inovações tecnológicas posicionadas pelas transformações sociais nos últimos 50 anos que fizeram sumir a classe trabalhadora e suas lutas, muito pelo contrário, essas se tornam cada vez mais fortes e necessárias para o avanço do próprio sistema capitalista. Nesse sentido e constatando a ausência de pesquisas do ponto de vista da historiografia do trabalho, parte-se da premissa de pesquisar como se configura a precarização do trabalho docente na rede regular de ensino do estado de Alagoas.

Na seção seguinte busca-se avançar na problematização da temática central desta dissertação no sentido de analisarmos o corpo documental que traz à luz os caminhos de como vem se dando esse processo de precarização do trabalho docente em Alagoas a partir dos contatos de trabalho para professores/monitores.

É por este e outros motivos que a categoria docente precisa atentar-se para esta temática e suas nuances em sua atuação profissional. Entender como se deu/dá a precarização do profissão nas redes de ensino nas quais estão vinculados urge. Entender as consequências dessa precarização em sua atuação! Aspectos problematizados na próxima seção.

2 – CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES: O "SEQUESTRO" DA DOCÊNCIA

> *[...] ensinar é trabalhar com seres humanos, sobre seres humanos, para seres humanos. Esta impregnação do trabalho "objeto humano" merece ser problematizada, pois ela é o coração da profissão docente*[117]

Nesta seção versaremos acerca da conceituação de trabalho, trabalho precarizado e trabalho docente, de como se configura o trabalho dos professores em regime de contratados temporários na rede de ensino estadual de Alagoas bem como da contextualização e reestruturação do trabalho pós-fordismo discutidos na seção anterior, aqui buscará, dentre outras possibilidades de reflexão, analisar como os professores contratados são denominados de monitores na rede regular de ensino de Alagoas, considerando a análise dos documentos oficiais que regulamenta tal atividade docente.

Portanto, essa seção está dividida em quatro subseções, a primeira trata da precarização do trabalho docente a partir dos editais de seleção analisados, a segunda do conceito de monitores, das atribuições e vagas ofertadas nos editais, a terceira sobre a base legal dessas seleções e a última sobre as jornadas e salários dos professores monitores contratados.

Dito isto, algumas questões são importantes nesta seção de dissertação, considerando as especificidades existentes nesse processo para a manutenção e permanência de contratos temporários de professores na rede regular de ensino de Alagoas. O porquê de haver permanência de contratos de professores/monitores mesmo em contexto de realização de concursos públicos para provimento de cargos e carreira nas mais variadas áreas da educação, bem como de que maneira a permanência desses contratos afeta os direitos dos docentes assegurados na LDB de 1996 são questões que aqui se busca problematizar.

Aqui se faz ciente de que a precariedade é um adjetivo intrínseco ao ato de laborar na contemporaneidade, sabendo-se que todos os trabalhadores da educação de uma forma ou de outra têm atuado em condições relativamente precárias nos fazeres da docência e, esta, por sua vez, tem revelado ligeira desproporcionalidade no que tange os seus fazeres e deveres no limite dos direitos e alguns benefícios requeridos no âmbito da função. Oliveira indica que os contratos trabalhistas, jornadas e salários desdobram-se em três aspectos da precarização do trabalho. Para tanto, a autora pondera que no contexto educacional atual, como já sinalizado

---

[117] TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Editora Vozes, 9º. Ed., 2014, p. 141.

anteriormente, a educação e os docentes de forma em geral têm atuado em condições cada vez mais precárias (OLIVEIRA, 2019)[118].

Nesse sentido, portanto, a bibliografia existente acerca da temática em questão desvela a precarização do trabalho docente em sua totalidade, porém, o recorte temático desta pesquisa busca ligeiramente compreender o universo vivenciado pelos professores em regime de contrato temporário, identificados na rede regular de ensino de Alagoas como monitores.[119] Não obstante, a forma de admissão de professores via contrato de trabalho temporário configura uma das interfaces da precarização. Oliveira (2019, p. 66)[120] diz que é observando suas "características que compreendemos sua dimensão política, de projeto a ser desvelado".

A dissertação em construção ora se debruça na compreensão e problematização da precarização do trabalho docente em Alagoas, sob o ponto de vista de um processo histórico engendrado pelo Estado brasileiro e pautado em orientações de políticas neoliberais com foco na flexibilização do trabalho, objetivando a redução de "despesas" e justificando-se a retirada direitos até então celebrados entre os profissionais da educação.

Assim, a seção em questão busca refletir acerca do processo de como se deu e ainda se dão as relações de trabalho docente dos professores em regime de contrato temporário na rede de ensino pesquisada, não se distanciando, das críticas aos docentes que atuam nesse regime de trabalho e descolando-se da perspectiva de culpabilizá-los pelas mazelas educacionais na rede de ensino em questão, mas, também, buscando problematizar e compreender as implicações desse processo no qual os professores têm atuado.

---

[118] OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **Professor, você trabalha ou só dá aula?** Um olhar sobre a história e precarização do trabalho docente. Curitiba: CRV, 2019.

[119] Sobre a produção bibliográfica relacionada ao tema da precarização do trabalho docente e a Rede Estadual de Alagoas destaco a dissertação de Manuela Souza de Oliveira (2015), que, dentre outras questões versa sobre o trabalho docente precário a partir de narrativas de monitoras dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola estadual de Maceió cujos objetivos era analisar como as contratações de professores monitores afetavam o desempenho dos docentes na escola com consequências para o ensino. A pesquisa de Thayse Ancila Gomes, "Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil: implicações para a categoria docente (2017)" desvela que Alagoas era o estado com maior número de contratos temporários de professores no ano de 2015. Outra pesquisa que se debruçaram de forma mais precisa acerca do tema também farão parte das discussões aqui presentes dado a sua aproximação com as reflexões que faço na presente dissertação, especialmente a tese de doutoramento do professor Jailton de Souza Lira (2016), intitulada "O Neoliberalismo na educação pública Alagoana durante o governo Teotônio Vilela (2007-2014)" quando o autor busca analisar as consequências da gestão neoliberal presentes nos dois governos de Alagoas para a educação. A pesquisa desvela dentre outras questões, as consequências para o ensino, o modelo de gestão e seu financiamento, bem como a formação e a valorização dos profissionais da educação e condições de trabalho. Geisa Carla Gonçalves Ferreira em seu texto "Trabalho docente: a precarização em debate" traz à luz o processo de precarização dos docentes alagoanos, no contexto das políticas públicas educacionais estaduais, no tocante, são esses autores que me ajudaram a pensar o objeto desta pesquisa.

[120] OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **Professor, você trabalha ou só dá aula?** Um olhar sobre a história e precarização do trabalho docente. Curitiba: CRV, 2019.

O recorte temporal da pesquisa reporta-se aos anos de implantação de uma política de contratação de professores temporários (1996 a 2021), um dos fatores indicativos do processo de precarização docente no estado. Dessa forma, o período em questão se configura em torno dessa política e de uma sequência de seleções de professores oficializadas por meio de editais públicos simplificados. Portanto, a pesquisa em apreço entende que tal procedimento configura uma marca social, cultural e política no estado de Alagoas que vem se perpetuado nas variadas gestões de governo[121].

Notadamente, o estudo ora apresentado entende que esta prática tem sido danosa a atuação dos docentes e que muitos dos seus direitos têm sido negados ou retirados, inclusive aqueles até então já preconizados na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, afirmando em seu Art. 67 que "os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público" e assegurando, ainda:

> **I** - Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
> **II** - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
> **III** - piso salarial profissional;
> **IV** - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
> **V** - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
> **VI** - condições adequadas de trabalho.[122]

Nesse interim, observa-se que as modificações ocorridas no mundo do trabalho na contemporaneidade trazem em seu bojo muitas outras exclusões, não apenas para a educação, mas para a sociedade, ou melhor, para as classes trabalhadoras. Não obstante a isso, nota-se que a atuação do Estado brasileiro alinhado a inclinações neoliberais têm buscado se isentar de responsabilidades que são inerentes a sua razão de ser, especialmente quando se trata de regulamentar o campo de atuação dos trabalhadores da educação, pois as práticas de contratação de servidores públicos a título de experiência temporária por meio de editais públicos de contratação de docentes reforça uma política de trabalho que retira direitos e desvaloriza o profissional área tão necessária para o desenvolvimento da sociedade, assim

[121] O período compreendido pela pesquisa observou os seguintes chefes do executivo estadual em Alagoas: Manoel Gomes de Barros (1997-1999); dois mandatos de Ronaldo Lessa (1999-2033; 2003-2006) seguido de seu vice Luís Abílio de Sousa Neto (2006-2007); dois mandatos de Teotônio Vilela Filho (2007-2011; 2011-2015) e dois mandatos de Renan Calheiros Filho (2015-2019; 2019-2022).
[122] BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB. Lei 9394/1996.

como a área de segurança e saúde, serviços mais procurados pelas pessoas com pouco ou quase nenhum recurso econômico.

Silva (2020, p.75), assinala que:

> No Brasil, é imprescindível salientar a singularidade crucial da década de 1990, a década da precarização do trabalho em sua forma extrema. Este período foi caracterizado pelo ajuste neoliberal, pela reestruturação produtiva e por uma nova dinâmica do capitalismo no Brasil, quando a terceirização, as privatizações e a flexibilização do mercado de trabalho ganharam impulso junto a Reforma da Previdência que retirou direitos dos trabalhadores. [123]

Assim, a rede estadual regular de ensino de Alagoas se encontra atualmente representada pela Secretaria Estadual de Educação - SEDUC/AL e organizada em 13 Gerências Regionais de Educação (GERES), cujas unidades estão alocadas na capital e nos municípios alagoanos. Estas Unidades de Gerencias da SEDUC/AL atendem os municípios em regime de colaboração, destaque-se o atendimento de estudantes dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e, de forma um pouco mais ampla, estudantes do Ensino Médio.

Nesse aspecto, os dados QEdu de 2021[124] revelaram que a rede regular de ensino de Alagoas atendeu cerca de 37.511 estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, 100.599 estudantes do Ensino Médio e que possui dentro de sua jurisdição 308 unidades escolares, sendo que 230 destas dedicam-se ao atendimento de estudantes do Ensino Médio. Também se faz necessário pontuar que no ano de 2021 o IDEB do estado para os anos finais do Ensino Fundamental foi de 4,3 e para o Ensino Médio 3,5, ambos abaixo da média nacional prevista pelo MEC.

Os dados também indicam que a maioria dos estudantes não têm apresentado um nível bom de aprendizagem nos Componentes Curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática, e que os indicadores para os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio foram respectivamente: “5,4% 4,5%, de reprovação; 3.8% e 9.0% de abandono e 9,8% e 86.5% de aprovação”[125].

---

[123] SILVA, Amanda Moreira de. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente**: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras. Curitiba: CRV, 2020.
[124] **BRASIL.** QEdu. Disponível em <https://novo.qedu.org.br/uf/27-alagoas> acesso em 08.10. 2022
[125] BRASIL**. QEdu**. Disponível em <https://novo.qedu.org.br/uf/27-alagoas> acesso em 08.10. 2022

Conforme dados técnicos do censo de 2019[126], o estado de Alagoas apresentava os seguintes resultados referentes ao quantitativo de professores: “No ensino fundamental, atuam 21.506 professores, sendo que 11.451 atuam nos anos iniciais e 11.416 atuam nos anos finais”.[127] O documento aborda, ainda, que “Um total de 7.250 professores atuaram no ensino médio em 2019. Desse total, 94,9% têm nível superior completo (84,2% em grau acadêmico de licenciatura e 10,7%, bacharelado)”[128].

Os dados de forma geral silenciam acerca de uma possível porcentagem do quantitativo de professores em situação de contratos no estado de Alagoas, sendo uma incógnita que a presente pesquisa não pode apresentar com exatidão, dado a ausência dessas informações nos documentos analisados. Entretanto, é percebido que há um significativo número de professores contratados em tal situação, haja visto que recentemente (maio de 2022) o governo do estado de Alagoas convocou cerca de 3000 novos docentes concursados para os quadros da SEDUC/AL, mesmo assim permaneceram atuando na rede regular de ensino muitos professores monitores.

A dissertação de Pereira, (2022, p. 77) colabora com essa informação ao se reportar a dados referentes ao número de professores efetivos e contratados publicados na revista Valor econômico informando que no

> [...] ano de 2013, havia 7.900 professores efetivos e 3.800 monitores, e em 2021, 6.438 professores efetivos e 4.435 professores monitores. Daí se depreende que apesar de se ter reduzido o número total de professores efetivos para 1.462, houve um acréscimo no número de professores monitores de 635, ou seja, menos de 50% da suposta carência gerada.[129]

Como se ver, utilizando a informação acima, concluímos que realmente para além das 3000 mil vagas supridas no concurso de 2021 ainda permaneceram atuando na rede estadual de ensino 1.435 professores/monitores. Afirmando mais uma vez que a política de

---

[126] BRASIL**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Resumo Técnico do Estado de Alagoas. Censo da Educação básica de 2019, p .44. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_de_alagoas_censo_da_educacao_basica_2019.pdf>. Acesso em 08.10.2022

9 idem, p.49.

[128] BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Resumo Técnico do Estado de Alagoas – Censo da Educação básica de 2019, p.49. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_de_alagoas_censo_da_educacao_basica_2019.pdf>. Acesso em 08.10.2022

[129] PEREIRA. Maria Betânia Nunes. **Precarização do trabalho docente na Rede Estadual de Ensino de Alagoas (2013 a 2021)**. 2021.

permanência dessa forma de contrato é uma marca da educação estadual que representa o sequestro da docência de vários professores.

2.1. Editais de seleção de professores/monitores: configuração da precarização do trabalho docente em Alagoas

Na intenção de observar e problematizar como se deu e se dá a precarização do trabalho docente na rede regular de ensino de Alagoas, analisei os editais de seleção de docentes/monitores a título de contrato temporário de trabalho no período de 2009 a 2021. Sabendo-se que houve seleção de professores/monitores através de editais públicos a partir do final da década de 1990, esta pesquisa se propõe a proceder com o recorte temporal do documento em igual período, apesar de não ser possível encontrá-los dado à dificuldade de acesso, já que os meios digitais da época ainda eram incipientes.[130] Portanto, essa pesquisa se deterá a análise daqueles editais que remontam o período posterior ao ano de 2008 por já se encontrarem em formato digital.

Considerando tais questões, a pesquisa em apreço se deterá em analisar o total de sete editais que foram encontrados em formato digital no site da SEDUC/AL, compreendendo os editais do período de 2009 a 2021, respectivamente os de números: 013/2009, 009/2012, 001/2014, 013/2015[131], 031/2017, 003/2018 e 007/2021[132].

Inicialmente, destaca-se como os editais enquanto documentos oficiais são produzidos e as interferências que ele sofre ao longo de sua construção. Notadamente se trata de documentos com objetivos próprios de socializar e reverberar informações gerais relativas às seleções de pessoas e concursos, divulgados em diários oficiais, compostos de seções com ~~as~~ informações necessárias ao certame em que se esclarecem ao participante aspectos importantes do processo seletivo ora apresentado.

---

[130] Pois, a Secretaria de Estado da Educação/SEDUC/AL ainda não dispunha naquele momento de acervo digital, considerando ainda, as intempéries causadas pela pandemia do Covid-19 no período de (2020/2021), quando os acessos aos centros de pesquisas foram inviabilizados, sendo este um dos fatores a não encontrar todos os documentos no tempo da pesquisa.

[131] ALAGOAS. **Secretaria de Estado da Educação - Editais 2015**. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/legislacao/editais/editais-2015>. Acesso em: 8 ago. 2022.

[132] ALAGOAS. **Secretaria de Estado da Educação - Editais 2021**. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/legislacao/editais/editais-2021>. Acesso em: 8 ago. 2022.

Assim, para além do entendimento dos editais enquanto documento, interpretando-os como fontes históricas, também se faz importante atentar-se ao lugar de sua produção. Trata-se de um documento produzido no âmbito do Poder Executivo Estadual, chancelado por um Órgão público do estado – Diário Oficial. O lugar de sua produção representa as intenções e interesses do governo naquele processo de seleção de pessoal e, sobretudo, as condições impostas em edital para execução do papel ao qual está sendo selecionado.

Afinal o Estado ao se alinhar aos interesses do capital revela em sua estrutura estatal através de suas decisões a intenção de reduzir benefícios sob o discurso de ofertar mais serviços com qualidade elevada e redução de custos. Sobre isto Mészáros (2011, p. 106),

> A formação do estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema o capital chegou a dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. Portanto não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital do século XX coincida com a crise do estado moderno em todas as suas formas [...].[133]

Ao refletir acerca da relevância da fonte histórica e o seu respectivo lugar de produção, Assunção (2020, p. 251-252)[134] observa que o olhar para uma fonte deve ser com olhos críticos, pois elas não são apenas documentos nos quais retiramos informações, não nos falam por si só, e sim a partir dos questionamentos que levantados enquanto pesquisadores de ofício, considerando, enfim, a relação com o contexto de sua produção, seu tempo e seus respectivos produtores e preservadores.

Nesse interim, não se pode perder de vista que os editais de seleção de professores/monitores foram produzidos pelo governo do estado de Alagoas, conduzidos por demandas da Secretaria de Educação – SEDUC/AL e que, portanto, como documentos oficiais, tendem a revelar determinações, interesses, definições e condições de uma proposta de formação de quadros da docência dissonante do que apregoa a própria LDB de 1996, Art.

[133] MÉSZAROS, I. **Educação Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.
[134] BARROS, José D'Assunção. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis: Vozes, 2020.

67, sinalizado anteriormente no que tange a vida funcional do professor da Educação Básica[135].

O quadro 1, a seguir, nos alerta para visualizarmos algumas dessas informações, pois exara de forma sintetizada dados dos editais, tais como: as etapas ou modalidades com vagas abertas no processo seletivo, a carga horária posta para o contrato, o valor a ser recebido pelo candidato por carga horária e os requisitos mínimos exigidos para o exercício da função docente/monitor.

Quadro 1 – Informações gerais dos editais de seleção de professores/monitores - 2009 a 2021

EDITAL	SELEÇÃO	CH	VALOR	REQUISITO
013/2009	Anos iniciais	20h	465,00	Licenciatura ou declaração de 50% de conclusão
	Anos finais e EM	Máximo de 40h	10,48 hora aula	
009/2012	Anos iniciais	20h	622,00	Licenciatura ou 50% de conclusão do curso
	Anos finais e EM	Máximo de 40h	11,16 hora aula	
001/2014	Anos iniciais e EJA	25h	905,00	Licenciatura ou 50% do curso Educação Física tem que ter todo o curso concluído Para algumas disciplinas podem ser áreas afins e complementação pedagógica
	Anos finais e EM e EJA	até 40h	11, 16 hora aula	
013/2015	Anos iniciais	25h	1.198,21	Licenciatura plena Para algumas disciplinas podem ser áreas afins ou complementação pedagógica
	Anos finais e EM	Até 60h	15,0 hora aula	
003/2018	Anos iniciais e Anos finais e EM	20h, 40h ou 60h condicionado a necessidade da administração	1.149,40, 2.298,80 e 3.348,80 respectivamente	Licenciatura plena Para algumas disciplinas podem ser áreas afins ou complementação pedagógica
007/2021	Anos iniciais	25h podendo ser aumentado	1.600	Licenciatura plena em pedagogia ou normal superior
	Anos finais e Médio	Até 40h	16,0 hora aula	Licenciatura plena Para algumas disciplinas podem ser áreas afins ou complementação pedagógica

Fonte: Quadro construído pela autora (2022).

[135] Deve-se considerar um recuo no tempo para analisar a conjuntura de produção dos editais como fonte, já que entendemos que o processo de precarização do trabalho docente apresenta íntimas relações com a política pensada e implementada ao longo das últimas três décadas para a Educação Básica no estado de Alagoas.

As informações exaradas no quadro acima são primárias e não conseguem, ‘por si só’ expressar a complexidade de elementos envolvidos na construção desses editais, como bem afirmou Aróstegui (2006, p. 521):

> A "leitura" de um documento, ao contrário do que possa parecer, não é coisa fácil. Um pesquisador não pode simplesmente ler um documento para captar seu sentido superficial, mas sua leitura deve estar orientada, e de fato o está, para a busca de coisas concretas. Porque a leitura da informação é sempre "hipotética", está orientada por perguntas. Algo diferente disso significaria praticamente a impossibilidade de superar o nível da "descrição". Um historiador não lê, "para ver o que há", senão buscando coisas orientadas por um projeto prévio de observação.[136]

Sendo assim, ao realizar a leitura desses editais fomos motivados a problematizar questões que expressam em seus limites ligeiras marcas de precarização do trabalho docente nas definições de suas linhas para a contratação de professores temporários. Para tanto foi preciso inicialmente “ler com lupas” os materiais presentes nos editais, buscando sistematizar as informações em diálogos com outros aspectos dos contextos ligados ao tema central da pesquisa. Nos limites da pesquisa, foi preciso verificar suas determinações e condições iniciais previstas para a realização e implementação do trabalho pelos docentes que seriam selecionados naqueles editais.

No sentido de retomarmos reflexões acerca das informações exaradas no quadro 1, sob a perspectiva dos editais, recupera-se a base legal que lhe viabilizou, a jornada de trabalho, o salário a ser recebido pelos professores/monitores, os requisitos mínimos para o exercício da função professor/monitor, as carências, dentre outros elementos constitutivos dos editais em análise.

No exercício de analisar as informações existentes nos editais, observa-se ter havido intervalos de tempo entre alguns dos editais, aproximadamente de 1 a 3 anos. Chama a atenção o fato de todos os editais analisados terem, textualmente, explicitado que os contratos tinham tempo de 12 meses, podendo ser estendidos por mais um ano, tempo este ultrapassado em mais de um ano entre os editais de 2009 a 2012, de 2015 a 2018 e de 2018 a 2021 que não cumpriram os interstícios previstos em edital.

Nota-se que é quase proposital a não observância aos interstícios dos contratos, pois finalizar os contratos implica fazer uma nova contratação de professores/monitores e/ou abrir

[136] ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica:** teoria e método. São Paulo/Bauru: Edusc, 2006, p. 521.

concursos criando cargos efetivos, ideia que se distanciava da logica neoliberal. Não obstante, o não encerramento do contrato do monitor implica na sua permanência no quadro da SEDUC/AL por mais tempo em situação precarizada, situação relatada por Ferreira (2017, p.71-72),

> Mas, o que é a docência? E, ainda, o que é ser docente em Alagoas? De acordo com a pesquisa, constatei que até o ano de 2014 os docentes da rede pública estadual de ensino de Alagoas eram, na verdade, professores-monitores e representavam 56% do quadro da SEE/AL depois do concurso público realizado, o cenário não mudou, e mesmo com a reserva técnica à espreita de uma possível convocação, o estado, ano após ano, lança um processo seletivo simplificado para provimento de vagas temporárias.[137]

Ainda sobre o período de publicação entre um edital e outro nota-se que houve durante um período uma mescla na publicação de editais de seleção de professores/monitores e de editais de concursos públicos para provimento de cargos de professores na rede regular de ensino de Alagoas. Sendo o de professores efetivos nos anos de 2005, 2013, 2017 e 2021, respectivamente os editais de número 002/2005[138], 003/2013[139], 001/2017[140] e 006/2021[141].

Parece-nos que intencionalmente o executivo estadual de Alagoas não preza pela criação de cargos para professores a fim de suprir as demandas da rede, preferindo à luz da lógica neoliberal produzir editais de seleção de professores/monitores ao longo dos últimos 21 anos. O quadro a seguir remonta intervalos entre editais de seleções de professores/monitores e realização de concursos públicos para provimento de cargos.

Quadro 2 – Proporção entre os editais de seleção de professores/monitores e editais dos concursos públicos no período de 2005 a 2021

Editais	Editais de seleção de professores/ monitores	Editais de concursos públicos para provimento de cargos
2005		X
2009	X	

[137] FERREIRA, Geisa Carla Gonçalves. **Trabalho docente**: a precarização em debate . 2017. 109 p.
[138] ALAGOAS. **Secretaria de Executiva da Educação - Editais 2005**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/57817675-Edital-no-002-2005-searhp-see.html>. Aceso em 8 ago. 2022.
[139] ALAGOAS. **Secretaria de Executiva da Educação - Editais 2005**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/57817675-Edital-no-002-2005-searhp-see.html>. Aceso em 8 ago. 2022.
[140] CESPE/UnB. **Concurso público para provimento de vagas no cargo de professor da secretaria de estado da educação de alagoas**. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/SEDUC_AL_17/>. Acesso em: 5 ago. 2022.
[141] CEBRASPE. **Concurso público para provimento de vagas no cargo de professor da secretaria de estado da educação de alagoas** Disponível em: <https://www.cebraspe.org.br/concursos/seduc_al_21>_Acesso em: 5 ago. 2022.

2012	X	
2013		X
2014	X	
2015	X	
2017		X
2018	X	
2021	X	X

Fonte: Quadro construído pela autora (2022).

Esse quadro revela que a cada duas seleções de professores/monitores havia a abertura de um concurso público para provimento de cargo de professor efetivo, com exceção do último edital, o de número 007/2021, que saiu dessa lógica sendo realizado no mesmo ano da seleção de professores/monitores. Sob essa perspectiva, questiona-se: o concurso, que pela lógica seria realizado em 2022, foi adiantado pelo motivo de ser o ano que o governador Renan Filho estaria encerrando suas atividades enquanto chefe do poder executivo com vistas a se candidatar ao senado federal e, portanto, com limites legais para realização de um concurso público? Ou em uma segunda hipótese, o edital foi adiantado para que no ano de 2022 houvesse a convocação dos candidatos aprovados, portanto, o então ex-governador usaria os dados como objeto de campanha, como de fato ocorreu.

Como a pesquisa em tela apresenta aderência com a história do tempo presente, não podíamos deixar de assinalar um fato peculiar que ocorreu nos dois últimos processos seletivos referente ao ano de 2021. No tocante ao Diário Oficial[142] datado de 01 de julho de 2021 naquela edição se oficializa a abertura de dois editais no âmbito da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas, um identificado com de seleção de professores/monitores por contratos temporários sendo o edital nº 006/2021 seguido de um segundo edital o de nº 007/2021, que tratava de concurso público para provimento de cargos efetivos para professores. No tocante o documento trazia objetivos distintos para o mesmo público com finalidades diferentes – professores efetivos e/ou contratados!

Hipoteticamente, esse pode ter sido um mecanismo que o governo encontrou para driblar a legislação federal vigente, que exige realização de concursos públicos para o preenchimento de novas vagas em cargos públicos. Essa prática um tanto contraditória, do ponto de vista administrativo, faz notar a permanência dos contratos temporários no âmbito da Secretaria Estadual de Educação, mesmo havendo concurso público para a efetivação de

[142]ALAGOAS. **D.O DE 01 DE JULHO DE 2021**. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.al.gov.br/storage/files/diary/2021/07/DOEAL-2021-07-01-COMPLETO-Go1qbZynv5u9pa2Yd2aX5OC50GgYTV565vp04B3aPO6i0MCusvcAO.pdf> Acesso em 05 jan. 2021.

novos profissionais para integrar o quadro de docentes. Sob a perspectiva da pesquisa, esta é uma forma de institucionalizar e manter uma política educacional cujo objetivo não é de suprir totalmente as salas de aulas com professores concursados, e sim continuar mesclando os vínculos entre professores concursados e professores contratados e dessa forma, cumpre de forma parcial com a legislação que exige a realização de concursos públicos e ao mesmo tempo ganha apoio político com a realização das seleções de professores para o contrato. Suprindo as carências de forma temporária.

Ferreira, (2017, p. 72) traz algumas implicações dessa prática,

> A forma como o estado de Alagoas tem conduzido a política de apoio à produção de vagas com vistas à ocupação das salas de aula por monitores/as, que realizam trabalhos em grau equiparado aos/as docentes, faz com que esses, além de mal remunerados – em comparação como os salários dos/as docentes efetivos/as, que, por sua vez, denunciam a problemática da baixa remuneração e do descumprimento do piso nacional nas pautas gerais da categoria –, se submetam, por meio de um vínculo flexibilizado sob a forma de precarização, à desobrigação do Estado, no que tange às questões trabalhistas, devido ao regime de trabalho celetista.[143]

Nesse aspecto, Gomes (2017, p.64) observa que o estado de Alagoas não priorizava os concursos públicos para docente, já que a proporção de vagas criadas sempre foi inferior à das vagas de seleções para contratos temporários de professores/monitores. A autora assinala, ainda:

> Um dos motivos que possivelmente contribuiu para o alto índice atual de contratação de professores por tempo determinado em Alagoas foi a ausência de concursos públicos, que acabaram impulsionando professores a participarem dos processos seletivos para contratação temporária.[144]

A dissertação em construção ora apresentada trabalha com a hipótese de que não foram as ausências de concursos para a efetivação de professores na rede regular de ensino de Alagoas que deram legitimidade a permanência de abertura de editais cujo fulcro era a

[143] FERREIRA, Geisa Carla Gonçalves. **Trabalho docente**: a precarização em debate . 2017. 109 p.
[144] GOMES, Thayse. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil**: implicações para a categoria docente. 2017. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

contratação de professores/monitores[145]. Entende-se que em tal prática se traduz uma escolha do estado por uma política de manutenção da rede de ensino em perspectiva de contratação liberal com vistas ao trabalho flexibilizado, portanto, precarizado.

O perfil dos candidatos almejado pelos seis editais para selecionar gradativamente professores/monitores visava que estes atendessem estudantes da rede pública de ensino de Alagoas, matriculados em turmas dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, em turmas de Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). No que se refere aos editais abertos no transcorrer de 2009 a 2012, pode-se dizer que estes serviram para selecionar professores somente para atender estudantes matriculados nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Já o edital de 2014 foi ampliado no sentido de abarcar candidatos para atender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) anos iniciais e finais, sendo o único edital que menciona de forma direta essa demanda, não aparecendo nos demais.

Talvez esse fato se justifique pelo fato o diagnóstico do plano estadual de Educação – PEE/AL[146] para o período de 2015 a 2025 exara sobre a necessidade do atendimento a modalidade de Jovens e Adultos na Rede, trazendo indicadores sociais que revelam a ausência de políticas que amenizem dados de repetência, abandono, reprovação no Ensino Fundamental o que gera uma demanda a ser atendida por esta modalidade. Assim o referido documento expressa que:

> O contexto educacional de Alagoas, como revelam os indicadores sociais apresentados, desenvolveu-se em meio a um cenário de grandes desigualdades sociais e econômicas, no qual as oportunidades educacionais nunca foram igualmente distribuídas, o que gerou um elevado número de jovens e adultos que não conseguem concluir a escolarização básica. Esse trágico fato afeta sobremaneira os estudantes pertencentes aos grupos econômicos, sociais e étnico-raciais menos favorecidos da população.[147]

[145] Parto desse pressuposto, pois no período de 2005 a 2021 tiveram quatro concursos para professores efetivos, verdade que de forma espaçadas, mas podiam ter colocado fim ou minimizados os contratos, se os certames fossem realizados com o número total de vagas relativos a carências real e houvesse convocação de todos.

[146] ALAGOAS. **LEI Nº 7.795, DE 22 DE JANEIRO DE 2016 que aprova o Plano Estadual e educação de Alagoas para o período de 2015-2025**. D.O, Maceió 22 de janeiro de 2016.2016.

[147] ALAGOAS. Diagnóstico do plano estadual de educação 2015-2025. Maceió: Secretaria Executiva de Educação, comitê Gestor do plano Estadual. p.18.

2.2. Editais para professores/monitores: atribuições e vagas

Ao serem exarados nos editais de contratação de monitores para atuar como professores, ligeiramente na cultura escolar se visualiza a marca da precarização da docência pelo fato dos professores em regime de contratos serem identificados como monitores e não pelo oficio que exercem, o que entendemos como um sequestro da docência. Para tanto, em linhas gerais o conceito de monitor, segundo o Dicionário Michaellis (2010) é

> 1. Aquele que se encarrega de ensinar e orientar em certas matérias e em certas modalidades de esportes. 2. Aquele que, numa escola ou curso, por ter nível mais adiantado, é escolhido para auxiliar o professor junto aos outros alunos. 3. Auxiliar de oficial instrutor que tem como função a orientação e o acompanhamento de alunos em determinada tarefa ou atividade.[148]

Nesse sentido, observa-se que ser monitor no sentido conceitual de ser se apresenta com conotação diferente das funções que o professor/monitor exerce nas salas de aulas da rede regular de ensino de Alagoas. Pontua-se, ainda, que o professor/monitor almejado pelos editais exercem a função de docente ao longo das últimas duas décadas.

Destaquem-se alguns agravantes nesses editais, os editais de seleção de professores contratados de 2009, 2012 e de 2014, selecionava pessoas ainda sem habilitação, com 50% do curso, sem ter, portanto, concluído o respectivo curso de licenciatura e podendo ser portador de um outro diploma de qualquer área afim, caracterizando infração grave aos princípios preconizados pela LDB de 1996, especialmente em seu Artigo 62, configurando, assim, a negação de direito aos professores. Lira (2016, p. 213), afirma que:

> A expressão “monitor” foi o termo encontrado pelo governo para driblar o conjunto da legislação educacional, que não permite a contratação de professores sem formação plena, pois grande parte desses contratados não concluíram o ensino superior, principalmente aqueles que atuam nas disciplinas de Matemática, Física, Química e Biologia, os componentes curriculares em que há maior necessidade de profissionais. Conquanto a expressão sugira que sua atuação nas escolas só poderia acontecer mediante acompanhamento de profissionais formados, na prática os monitores o exercem a regência das aulas nas escolas estaduais desde 1997,

[148] MONITOR. **Dicionário online Michaelis**, 2010. disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/477/Direitos-e-deveres-dos-professores>. Acesso em 06 set. 21.

> descumprindo diretamente a legislação no quesito referente a formação mínima para o efetivo trabalho docente.[149]

Consoante às proposições do autor nesse excerto, Oliveira (2014, p. 73), pondera que

> A realidade do estado de Alagoas apresenta um quadro na política educacional adverso aos trabalhadores da educação, agravado com as contratações temporárias para o cargo de professor. E a própria designação de Monitor é infeliz, por enfraquecer e fragmentar ainda mais a classe dos/as professores/as, deixando-os assim a mercê de um Estado omisso com relação à educação institucionalizada e as políticas educacionais.[150]

Como se pode observar na nomenclatura dos candidatos definidos em editais, são culturalmente denominados de professores e/ou monitores contratados em regime de precarização nos editais de 2009 e 2015. Já nos editais de 2012 e 2014 figura-se o nome de monitor, ou melhor, professores em regime de contrato temporários. Em 2017, 2018 e no edital de 2021, figura a nomenclatura de professores de contrato por tempo determinado. Hipoteticamente, essa mudança na nomenclatura do profissional pode ter ocorrido para evitar problemas com a legislação vigente, que deixa claro que independente do vínculo, todos que atuam na docência são professores e especificamente no último edital pode estar associada a necessidade de afirmar que estes estariam em uma situação bem provisória com a possível convocação de mais de 3000 mil professores em maio de 2022. De qualquer forma independente da nomenclatura o termo monitor é o que identifica o professor contratado na rede estadual.

Sobre essa questão, ainda sobre o termo Monitor, em julho de 2022 o Ministério Público recomendou que a Secretaria de Estado da Educação que não utilizasse o termo para identificar professores. A seguir, trecho da nota emitida no site do Ministério Público de Alagoas

---

[149] LIRA, Jailton de Souza. **O neoliberalismo na educação pública alagoana durante o governo Teotônio Vilela (2007 a 2015).** 2016. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: < https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8484> Acesso em 11 ago. 22.

[150] OLIVEIRA, Manuela Souza de. **Trabalho docente precário:** narrativas de professoras-monitoras de uma escola estadual do 1 ao 5 ano no município de Maceió/AL. 2015. P.f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas.

> O Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL), por meio da Promotoria da Fazenda Pública Estadual, recomenda à Secretaria de Estado da Educação (Seduc) que não realize a contratação de monitores para atuarem na função de professor, bem como deixe de tratar como monitores os professores que estão para suprir necessidades excepcionais temporariamente. A promotora de Justiça Stela Cavalcanti deu um prazo de 10 dias, a contar do recebimento da recomendação, para que se manifeste sobre o e o acolhimento ou não dos termos recomendados.
> De acordo com as informações chegadas à Promotoria de Justiça, em vez de efetivar professores aprovados em concurso público o Estado estaria contratando monitores para assumir indevidamente o cargo. Foi constatado que o Estado se contradiz quanto ao tempo que utiliza o termo 'monitor", noutra circunstância identifica o mesmo profissional como "professor temporário".
> "Constatada a irregularidade, decidimos aconselhar a secretaria que se abstenha de tais posturas, visto que fogem totalmente do que preconiza a lei. Receptamos denúncias afirmando que haviam irregularidades quando o Estado estaria contratando monitores para executar atividades de docentes e também utilizando a denominação 'monitor' para designar professores contratados para a satisfação de necessidades excepcionais e temporárias do Estado de Alagoas.[151]

Como se ver o Ministério Público – MP, age em relação aos professores em regime de contrato serem chamados de monitores. Não podemos esquecer que neste período (julho de 2022) o estado tinha acabado de nomear um quantitativo considerável de professores efetivos do último concurso público ao mesmo tempo em que continuou com o regime de contrato de professores/monitores.

Nesse momento o MP alerta a Seduc sobre a irregularidade de contratar professor como sendo monitor bem como de realizar contratação de monitores para atuar como monitor. As duas atitudes por parte da rede estadual geram a problemática do "sequestro" da profissão. O monitor, em tese, poderia ser alguém que ainda não concluiu o curso e, não professor formado. Para os contratos temporários, deveria se utilizar o termo professor contratado por tempo determinado e não monitores.

Enfim, apesar da nomenclatura dos candidatos ser diferente em todos os processos seletivos cujos editais foram analisados nessa pesquisa, não fica dúvida de que os candidatos foram selecionados para a atividade da docência, reger aulas e administrar as salas. O sequestro da docência se dá dessa forma, quando o professor atua em sala de aula e não pode ser chamado de professor sendo qualificado como monitor, ato que retira sua identidade profissional.

---

[151] MPA. Ministério público de alagoas. **MP Recomenda que Secretaria de estado da Educação Deixe de contratar e utilizar indevidamente monitores e professores**. Localizado em <https://www.mpal.mp.br/?p=13320>. Acesso em 28 de set. 22.

Reportando-nos ao edital de 2012 nota-se a presença de um quadro que define as atribuições por áreas para todos os candidatos, sejam monitores para os anos iniciais ou monitores para as diversas disciplinas do currículo. Na descrição sumária das tais atribuições se torna evidente que a atividade a ser é exercida é a da docência, ou seja, preparar e ministrar aulas. No edital referente ao ano de 2015, especificamente no item 4, fica clara a definição das atividades para os candidatos, como transcrito a seguir de forma detalhada:

> 4.1 ministrar aulas e atividades pedagógicas planejadas, propiciando aprendizagens significativas para os alunos;
> 4.2 elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola;
> 4.3 organizar e registrar notas, frequência, conteúdo e observação dos alunos no diário de classe nos prazos estabelecidos pela unidade escolar;
> 4.4 Participar dos períodos dedicados ao planejamento;
> 4.5 ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos;
> 4.6 elaborar planos de trabalho no que for de sua competência;
> 4.7 realizar outras atividades correlatas com a função.[152]

O edital evidencia o comprometimento de um tempo de contrato por parte dos monitores contratados com atribuições pedagógicas pontuais, pois foi nesse edital que se garantiu o pagamento de horas para realização do Trabalho Pedagógico Coletivo e Individuais, as HTPCs e HTPIs[153].

Destaque-se, ainda, que nos editais analisados fica claro quais são os requisitos mínimos exigidos para lecionar nas diversas áreas e afins do currículo da Educação Básica alagoana. Não obstante, sobre essas questões as informações aparecem de formas diversificadas, modificando-se pouca coisa no intervalo entre um e outro, todavia ampliava e/ou se reduzia as possibilidades de quem poderia lecionar na rede em questão. Sobre isso, dois aspectos devem ser considerados nos processos seletivos dos anos de 2009, 2012 e 2014.

---

[152] ALAGOAS. **Secretaria de Estado da Educação - Editais 2015**. Ressalta-se, ainda, que os editais traziam a seguinte informação: "o não cumprimento de uma das atribuições acarretará na rescisão sumária do contrato de prestação de serviço". Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/legislacao/editais/editais-2015>. Acesso em: 8 ago. 2022.

[153] Todo professor tem direito a horas remuneradas de HTPC e HTPI, pois é esse o tempo remunerado destinado a realizar todo trabalho pedagógico dos professores. A LDB em seus **Art. 13, inciso V** e Art. 67, inciso V garante aos docentes que em sua carga horária eles irão ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional e que os sistemas de ensino promoverão nos estatutos e planos de carreira do magistério público um período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho, direito garantido na LDB.

Um deles é que o candidato a ser selecionado como professor/monitor, seja licenciado ou bacharel, poderia comprovar apenas uma formação de 50% do curso, e em outro aspecto, nota-se a permissão para lecionar de profissionais sem serem licenciados, bacharéis de áreas afins que não tivessem a formação específica nas disciplinas a serem ministradas, bastando comprovar formação pedagógica especial. No caso, atendia bacharéis de qualquer área afim desde que tivesse uma formação de complementação pedagógica, conforme previsto na LDB. Podemos ver no recorte de alguns cargos na tabela abaixo a partir do exposto no edital de 001/2014[154]:

Quadro 3 – Requisitos básicos para disciplinas edital 2014

Disciplinas	Requisitos Básicos
Matemática e Física	Matemática, agronomia, administração, ciências contábeis, engenharia de agrimensura, meteorologia, arquitetura, engenharia civil, ciências da computação, engenharia elétrica, física, química.
Química	Biomedicina, farmácia, engenharia química.
História	História, geografia, estudos sociais, filosofia e ciências sociais.

Fonte: Quadro construído pela autora (2022).

O perfil do candidato desejado como professor/monitor descrito no quadro acima buscava capitanear possíveis bacharéis à docência já precarizada para qualquer área do currículo, no entanto, se desconsiderava os possíveis candidatos até então aptos a cargos públicos de professores efetivos. Isso revela que o candidato selecionado (a) não estaria ainda apto (a) totalmente para exercer a função docente e/ou até mesmo as atividades de sua formação inicial, já que não era ainda portador de diploma de nível superior ou não era licenciado.

De acordo com a LDB (1996), em seu artigo 62, fica definido que "a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério".[155] A complementação pedagógica está prevista no Art. 63 da mesma ao estabelecer que os Institutos de formação em nível superior forneçam "programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação

[154] ALAGOAS. **Secretaria de Estado da Educação** – editais de 2014. Disponível em http://www.educacao.al.gov.br/legislacao/editais/editais-2014. Acesso em 15 de jan. 2022.
[155] BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB. 9394/1996. BRASIL.

superior que queiram se dedicar à educação básica"[156]. Assim, a legislação em vigência que regulamenta a profissão docente no País viabiliza a inserção na docência da Educação Básica para o portador de diploma de nível superior que não seja licenciado, porém, que este tenha que comprovar a formação de complementação pedagógica naquela área. Entretanto, essa prerrogativa legal não se aplicava aos candidatos bacharéis com o curso incompleto, já que os possíveis profissionais ainda não dispunham de uma formação inicial em nível superior.

Acrescenta-se a isto o fato de que profissionais bacharéis de outras profissões que não são da área de Educação, licenciados nas diversas disciplinas, não têm contemplado em sua formação inicial conteúdos sobre ensino, aprendizagem, avaliação e didática, desconhecendo aspectos significativos da relação ensino/aprendizagem e dos processos avaliativos e tendo, portanto, dificuldade de domínio das práticas pedagógicas inerentes ao ato de ensinar. Provavelmente, seria uma das prerrogativas dos editais a necessidade de complementação pedagógica na formação para não licenciandos e/ou bacharelandos.

O fato de haver seleções para contratos de professores temporários revela a existência de carências de professores na rede regular de ensino de Alagoas, mas nesse aspecto os editais não deixam claro sobre a carência existente, deixando um vazio em relação ao quantitativo de professores/monitores a serem contratados para suprir tal carência. Assim, o quadro de carências tão necessário para entender a demanda é uma incógnita, pois apenas alguns editais têm informações, que a princípio parecem vagas para entender a complexidade do problema.

A dissertação ora apresentada entende que este aspecto é básico para compor um edital de seleção de profissionais da educação e que silenciar tal informação revela indícios intencionais de não evidenciar dados relevantes acerca do processo seletivo simplificado, o que leva a pensar que o objetivo é manter a ordem neoliberal da/na educação decerto o quantitativo de professores/monitores contratados para a referida rede de ensino, de certa forma desvelado na pesquisa de Gomes (2015, p. 63-64), ao assinalar que Alagoas é a rede de ensino em 2015 com o maior número de professores contratados no País, fato que comprova que a docência está sendo sequestrada para um grande número de professores vinculados ao contrato temporário na rede de ensino estadual.

> [...] a rede estadual que possuiu maior percentagem de professores temporários existente foi a rede de Alagoas, chegando em 2015, segundo os

[156] BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB. 9394/1996. BRASIL.

> Microdados do Censo Escolar (INEP, 2015) a obter 82,37 % dos seus professores da rede estadual em regime temporário.
> Com base no Censo Escolar 2015, Alagoas é o estado que possui a maior percentagem de professores temporários no país. Denominados como professor-monitor ou monitor, os professores contratados por tempo determinado pela rede estadual de Alagoas, atualmente superaram a quantidade de professores efetivos, se tornando majoritários na categoria docente alagoana.[157]

A despeito dessa questão, apenas os editais de 2014 e 2018 em seu anexo III e o de 2021 em seu anexo VIII trouxeram quadros descritivos com informação sobre possíveis vagas para aqueles processos seletivos. O de 2018 não colocou de forma explicita o quantitativo de vagas, indicando apenas se havia ou não carência nas diversas disciplinas, já no anexo de 2014 e 2021 podemos perceber de forma mais clara o quantitativo total de vagas abertas somando as vagas de todas as gerências de ensino para professores/monitores das mais variadas disciplinas, conforme o quadro abaixo[158].

Quadro 4 – Relação entre vagas na seleção para professores/monitores de 2014 e 2021

Disciplinas	Total de vagas das Geres em 2014	Total de vagas da Geres em 2021
Português	15	15
Espanhol	30	-
Inglês	45	15
Matemática	408	15
Ciências	34	-
Biologia	15	15
Física	175	15
Química	30	15
História	15	15
Geografia	15	15
Artes	189	15
Educação Física	15	15
Ensino Religioso	41	11
Sociologia	53	15
Filosofia	30	15
Anos iniciais	164	07
Total	1.274	293

Fonte: Quadro construído pela autora (2022).

[157] GOMES, Thayse. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil:** implicações para a categoria docente. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

[158] Assinala-se que no ano de 2014 havia apenas 15 Gerencias de Ensino no estado de Alagoas e em 2021 foi reduzido para 13. O quantitativo de vagas exarado no quadro totaliza as carências nessas Gerências Administrativas da rede de ensino em cada edital nos processos seletivos.

Seria somado no ano da seleção de 2014, em cada disciplina um total de vagas a mais não informado no edital para compor cadastro reserva. Analisando os editais de contrato de professores nos anos de 2014 e 2021 observamos que em 5 disciplinas a carência de professores permanecem a mesma nos dois editais, que o total de 15 vagas se repetem em 12 disciplinas, universo do Ensino Médio, no edital de 2021 (português, inglês, matemática, biologia, física, química, história e geografia, artes, educação física, sociologia e filosofia) e que só as disciplinas de Língua Espanhola e Ciências zeram suas carências, no caso de Espanhol provavelmente pelo fato desta Língua estrangeira estar em processo de extinção no referido currículo da Educação Básica do estado.

Comparando as vagas disponibilizadas entre 2014 e 2021 percebemos também que há uma redução de 981. Sabemos que em ambas as seleções elas não representam a real carência, na rede de ensino estadual, pois precisamos lembrar que estas vagas disponibilizadas via edital, por maiores ou menores que pareçam serão somadas ao quantitativo de professores/monitores que já se encontram no período dessas seleções atuando na rede com contratos ativos.

Supomos que estas vagas informadas são aquelas que possivelmente não tiveram professores selecionados, que ficaram vacantes em razão do encerramento ou desistência de contratos anteriores, ou que surgiram por novas turmas abertas, etc., e que somadas a todos os professores já contratados representam a real vacância.

Geralmente, o edital para professores efetivos apresenta o número de carência, ao contrário dos editais para professores/monitores como vimos anteriormente. No quadro abaixo colocamos as carências informadas conforme anexos dos editais do concurso público de 2013, 2017 e 2021.

Quadro 5 – Quantitativo de vagas para professores efetivos conforme concursos de 2013, 2017 e 2021.

Disciplinas	Concurso de 2013	Concurso de 2017	Concurso de 2021
Português	115	108	320
Espanhol	58	-	-
Inglês	81	105	204
Matemática	408	208	500
Ciências	32	3	71
Biologia	55	52	125
Física	175	75	223

Química	136	68	165
História	86	50	147
Geografia	102	45	174
Arte	189	40	140
Educação Física	145	49	96
Ensino Religioso	40	-	29
Sociologia	53	26	80
Filosofia	39	27	85
Total	1714	856	2359

Fonte: Quadro construído pela autora (2023)

Os dados contidos no quadro se referem ao total de vagas abertas em cada concurso para todas as gerências regionais somando vagas de concorrência geral (CG) e vagas para candidatos com deficiência (CD). Ao analisar os editais observamos que as carências informadas em 2013 diminuem no edital de 2017 e voltam a aumentar no edital de 2021, certame com o maior número de vagas.

Especificamente quando fazemos um recorte nos dois quadros e analisamos o total de carência de 2021 exarado no quadro 4, que fez parte do edital de número 007/2021 cujo objetivo era selecionar professores/monitores com um total de 293 vagas, e ligeiramente somamos ao número de vagas informado no concurso para professores efetivos pelo edital 001/2021 de 2359 vagas, (quadro 5), chegamos à conclusão que havia então 2652 vagas para professores que seriam preenchidas entre professores efetivos e contratados em 2021. Sendo que foram habilitados e convocados em 2022 pelo edital 001/2021, em média 3000 professores efetivos, ou seja, um número maior, concluindo que os dados não fecham!

Nesse aspecto cabe o questionamento, se foram convocados 3000 professores em caráter efetivo porque só foi informado no edital um total de 2652 professores efetivos? Porque houve um edital paralelo para selecionar tão somente 293 professores contratados? Porque esses 293 professores do edital para contrato não foram inseridos no edital de concurso público? Fazendo esses questionamentos e uma breve análise ficam evidentes duas situações: primeiro, que há uma carência maior do que as vagas informadas nos editais analisados, uma vez que mesmo nomeando 3000 professores muitos monitores ainda permaneceram em sala de aula, pois muitas GERES permaneceram ainda com carência de

professores de algumas disciplinas, segundo, que mais uma vez o estado insiste em permanecer com professores atuando nos dois tipos de vínculos.

Apesar do edital de 2014[159] disponibilizar o quadro de vagas existentes em seu anexo III, no que tange as disposições gerais este coloca que:

> 1.4 O candidato aprovado, neste Processo Seletivo, poderá, a critério da administração, de acordo com o surgimento de carências, exclusivamente ligadas ao magistério, ser contratado por prazo determinado.
> 1.5 A contratação de que trata o item 1.4, dar-se-á, nos limites e parâmetros estabelecidos pela Lei Estadual 6.018/98, com duração de no máximo 24 meses e lotação, exclusiva, em atividade de docência, em Unidade Escolar, não sendo, em hipótese alguma, permitido o desvio de função, bem como lotação fora de sala de aula, sob pena de rescisão sumária do contrato, além de punição do agente público responsável pela lotação nas esferas civil, criminal e administrativa.
> 1.6 As carências de que trata o item 1.4 serão apresentadas, tão somente, após a convocação e posse dos candidatos aprovados em concurso público, vigente, destinado ao provimento de pessoal efetivo da SEEE/AL, além de ser observada a utilização da reserva técnica disponível em cada componente curricular/CRE do processo seletivo de monitores 2012.

Analisando os itens 1.4 e 1.6 acima, que remontam o edital de 2014 referente ao processo seletivo de professores/monitores, foram convocados apenas os candidatos dentro das vagas que vieram a público, especialmente após a efetivação de professores que haviam sido habilitados no concurso de provas e títulos de 2013, assim como foram ainda aproveitados candidatos habilitados dentro da reserva técnica disponível do processo seletivo de professores/monitores no ano de 2012. O item 1.5 desse edital deixa claro o limite de atuação dos professores/monitores, a atividade da docência, sendo proibido a atuação em outras funções fora de sala de aula.

Nesse interim, a pesquisa traz à luz uma peculiaridade da rede regular de ensino de Alagoas, a mesma realiza processo seletivo de contratação temporária de professores/monitores e/ou faz concursos, ou ainda, convoca candidatos já habilitados em concursos de provas e títulos para cargos efetivos. Prática que faz parte da política neoliberal e reforça o “sequestro” da docência.

---

[159] **ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação** – editais de 2014. Disponível em http://www.educacao.al.gov.br/legislacao/editais/editais-2014. Acesso em 15 de jan. 2022.

2.3. Base legal dos editais: convocação e contratos

Ao analisarmos os editais referentes aos processos seletivos de professores/monitores temporários e professores efetivos nota-se que as contratações têm respaldo em um corpo jurídico, especialmente nas Lei 6.018 de 01 de julho de 1998[160], que dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências, sob a égide da Lei nº 5.247/91[161] evidencia-se o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas. No que tange a estas duas leis, o edital de número 013 de 2015 explicita a Lei Federal de número 8.666/93[162] que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, ao instituir normas para licitações e contratos da Administração Pública. No que tange ao edital de número 007 de 2021, acrescenta-se ao arcabouço legal a Lei Estadual de número 7.966/2018[163], que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de servidores para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e do inciso IV do art. 47 da Constituição Estadual de Alagoas e dá outras providências.

Em linhas gerais, o arcabouço de Leis acima citadas regulamenta as condições expressas dos editais para contratação, seleção e convocação de professores para atuarem na rede regular de ensino do estado de Alagoas, uma vez que "a Constituição Federal determina que cada ente federado elabore leis para disciplinar a contratação em regime especial" (GOMES, 2017, p. 51). Nesse sentido, a Lei 7. 966 de 2018[164] tipifica os modos de contratação por tempo determinado no estado de Alagoas, evidenciando que é permitida "a

[160] **ALAGOAS. Lei nº 6018, de julho de 1998**. Dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências. Disponível em: http://transparencia.al.gov.br/media/legislacao/1998/Lei%20N%C2%BA%206.018%20-%2098.pdf> Acesso em; 15 dez.2021

[161] ALAGOAS**. Lei nº 5247, de 26 de julho 1991**. Institui o regime jurídico único dos servidores públicos civis do estado de alagoas, das autarquias e das fundações públicas estaduais. Disponível em: < http://transparencia.al.gov.br/media/legislacao/1991/Lei%20N%C2%BA%205.247%20-%2091.pdf> Acesso em: 8 ago. 2022.

[162] **BRASIL. Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: < https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/banco-de-precos/legislacao/lei-no-8-666-de-21-de-junho-de-1993.pdf/view> Acesso em: 10 ago. 2022.

[163] **ALAGOAS**. **Lei nº 7 966, de 09 e janeiro de 2018**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da constituição federal e do inciso IV do art. 47 da constituição estadual, e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/1411/1411_texto_integral.pdf. Acesso em: 10 de ago.2022.

[164] Idem.

contratação para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público", não obstante, conforme o inciso IV do seu Art. 2º, a inclusão na "admissão de pessoal de apoio e professor substituto e visitante, estes, nacionais ou estrangeiros, inclusive para suprir demandas decorrentes de carência de pessoal e da expansão das instituições estaduais de ensino"[165].

Sobre esse aspecto Pereira (2022)[166], ao comparar o que diz a Lei 6.018/98, contratar considerando excepcional interesse público, com o que está disposto no artigo 47, inciso IV da Constituição do Estado de Alagoas[167], contratar desde que suficientemente comprovada esta pré-condição, observa que este aspecto não vem sendo cumprido conforme trecho abaixo:

> Entende-se que antes de ser lançado o edital de seleção, este deveria ser precedido de um processo administrativo no qual fosse apontada "suficientemente" a necessidade de contratação temporária de excepcional interesse público. Ou seja, no edital deveria constar a referência ao processo administrativo que apurou essa pré-condição, sob pena de não cumprimento do requisito constitucional.

Dessa forma, o quantitativo de carência não fica exposto nos editais, gerando dúvida quanto ao número de professores que de fato são necessários a serem contratados a cada edital no período analisado já que nestes não há registros dos processos administrativos que revelem a carência de professores.

Continuando a análise, a Lei de contratos temporários de professores/monitores se apresenta alinhada ao que é colocado nos editais em vários momentos, principalmente no parágrafo 3 do Art. 2º quando este faz notar que: "§ 3º As contratações a que se referem o caput deste artigo serão feitas exclusivamente para os respectivos fins mencionados, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer outra área e/ou finalidade da Administração

---

[165] ALAGOAS. **Lei nº 7 966, de 09 e janeiro de 2018**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da constituição federal e do inciso IV do art. 47 da constituição estadual, e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/1411/1411_texto_integral.pdf. Acesso em: 10 de ago.2022. Observa-se, ainda que os contratos de professores/monitores temporários podem ocorrer por motivo de vacância de cargo, afastamento ou licença, nomeação para cargos de direção, assinala-se no Parágrafo 1, incisos I, II e II da referida Lei.

[166] PEREIRA. Maria Betânia Nunes. **Precarização do trabalho docente na Rede Estadual de Ensino de Alagoas (2013 a 2021)**. Dissertação − UFAL.2021. 241f.

[167]Constituição do Estado de Alagoas, 1989: promulgada em 5 de outubro de 1989: atualizada até a emenda nº 38/2010 /coordenação de Maria de Fátima Medeiros Tavares. 3. ed. rev. e ampl. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 2013.

Pública"[168]. Portanto, a referida Lei ressalta que a pessoa contratada não poder exercer outra função para a qual foi selecionada, coadunando com os editais ao afirmarem que "As contratações serão feitas por tempo determinado, observados o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses"[169].

Observando o aparato legal para as contratações, este vai limitando estes profissionais ao que podem ou não fazer, tolhendo sua atuação docente. Sobre a relação Estado, produção e controle Mézsáros (2011, p 107),

> Assim, no que se refere a possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de *produção e controle*, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isto se deve a capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem esta estrutura jurídica, até os menores "microcosmos" do sistema do capital – antagonicamente estruturado –seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica.[170]

Uma questão interessante na redação da Lei é que, do ponto de vista dos editais, a mesma assinala em seu Art. 3º que "o recrutamento do pessoal a ser contratado, será feito por processo seletivo simplificado, com ampla divulgação esclarecendo que esse recrutamento desobriga, dispensa concurso público"[171]. A legislação revela uma brecha para que a administração pública direta do estado continue contratando e se desobrigue de realizar concursos.

---

[168] ALAGOAS. **Lei nº 7 966, de 09 e janeiro de 2018**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da constituição federal e do inciso IV do art. 47 da constituição estadual, e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/1411/1411_texto_integral.pdf. Acesso em: 10 de ago.2022. A pesquisadora Maria Betânia Bezerra referenciada nessa pesquisa diz que essa lei era falha e precisa de ajustes.

[169] ALAGOAS. **Lei nº 7 966, de 09 e janeiro de 2018**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da constituição federal e do inciso IV do art. 47 da constituição estadual, e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/1411/1411_texto_integral.pdf. Acesso em: 10 de ago.2022.

[170] MÉSZAROS, I. **Educação Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

[171] ALAGOAS. **Lei nº 7 966, de 09 e janeiro de 2018**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da constituição federal e do inciso IV do art. 47 da constituição estadual, e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/1411/1411_texto_integral.pdf. Acesso em: 10 de ago.2022.

Sob outra perspectiva a mesma Lei apresenta algumas incongruências com a realidade, especialmente no que se refere aos parágrafos 2 e 4 do Art. 2 ao assinalar no,

> § 2º O número total de professores de que trata o inciso IV do caput deste artigo não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição estadual de ensino e no § 4º Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a declaração de emergência e/ou calamidade, conforme o caso, de que trata este artigo.[172]

Observa-se, assim, que em parte do Artigo 2 desta Lei fica explicito que o quantitativo de professores/monitores contratados não poderia passar de 20% do total de professores efetivos da escola e que o Poder Executivo disporá sobre a declaração de contratar em situação de calamidade e/ou emergência. Notadamente, comparando a situação posta em lei com a realidade vivida em muitas unidades escolares pertencentes às Gerencias de Ensino da SEDUC/AL, constata-se que em muitas situações o quantitativo de professores contratados em relação aos professores efetivos ultrapassa o quantitativo admitido por Lei. Em algumas escolas o quadro de professores contratados e maior do que prevê a Lei e em outras sabe-se que o quadro de docentes é composto quase ou integralmente por professores/monitores contratados, infringindo este artigo[173] comprovando o não cumprimento do que diz a lei. Essa situação pode ocorrer quando observamos que algumas escolas têm um corpo de docentes efetivos que se mantem em sua lotação e outro de monitores representado pelas carências que ultrapassa esse quantitativo ou ainda pela carência que se arrasta a anos em outras unidades escolares, que se mantem ao longo de anos só com monitores, não havendo nestas professoras efetivos lotados. Contribui sobre esse ponto Pereira (2022, p. 82) quando analisa os percentuais de professores contratados e efetivos da rede nos anos de 2018, 2019,2020 e 2021 que conclui: “Ao analisar esses dados, constatamos que porcentagem de monitores na rede,

[172] ALAGOAS. **Lei nº 7 966, de 09 e janeiro de 2018**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da constituição federal e do inciso IV do art. 47 da constituição estadual, e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/1411/1411_texto_integral.pdf. Acesso em: 10 de ago.2022. Esta lei foi analisada por Maria Betânia Bezerra em sua pesquisa Precarização do Trabalho Docente na Rede Estadual de Ensino de Alagoas (2013 a 2021), referenciada nesta dissertação.

[173] Há um documento a nível administrativo das escolas, preenchidos mensalmente e enviados para GERE pelos gestores, chamado boletins de frequência, nestes são computados a frequência mensal dos docentes de forma separadas, um boletim para professores/monitores e outro para efetivo. Observando e comparando alguns desses documentos facilmente constatamos essa questão.

desde 2018, sempre foi superior a 40%, ou seja, o dobro do estabelecido pela Lei nº 7. 966/2018”[174].

Ao nos debruçarmos acerca dos discursos e interpretação das leis, segundo a página de notícias do senado notamos que “O estado de emergência se caracteriza pela iminência de danos à saúde e aos serviços públicos. Já o estado de calamidade pública é decretado quando essas situações se instalam”[175]. Dessa maneira, a dissertação em questão indaga: considerando as prerrogativas desta Lei, o estado de Alagoas permanece anos em situação tida como a de emergência e calamidade? Pois o que temos percebido é que ao longo de quase três décadas o estado recorre a esta Lei para a realização de processo de seleção simplificada para a contratação de professores/monitores de forma temporária para as salas de aulas no intuito de suprir uma carência na educação do estado que não quer ser sanada/resolvida.

Como vemos a Lei não é cumprida nem quando contrata ultrapassando o percentual de professores bem como, quando contrata em período que não é de calamidade e emergência. Assim, há brechas na legislação ao mesmo tempo em que também vão se ajustando os editais, o que acaba burlando a legislação. Sobre o aspecto da legalidade das contratações Pereira (2022, p.84), contribui afirmando que: “A contratação de monitores na rede estadual de ensino de Alagoas, apesar de aparentemente atender aos requisitos constitucionais, se dá ao arrepio da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Alagoas e da lei Estadual nº 7966/2018”[176].

Outros pontos interessantes é que a referida Lei esclarece sobre o fato de os profissionais contratados estarem vinculados ao regime de Previdência Social (Art. 8º), portanto, os professores/monitores contribuem com o INSS e tem seu tempo de serviço computado para fins de aposentadorias (Art. 13º). Outro ponto relevante é que o contrato temporário se extinguirá sem direito a indenização, conforme o Art. 12. Como normalmente os professores/ monitores finalizam o vínculo com um contrato e rapidamente são inseridos em uma nova seleção sob a égide de um novo contrato, não há por parte dos professores uma maior atenção a este ponto, pois dificilmente ficará sem o vínculo permanecendo na rede por vários contratos.

---

[174] PEREIRA. Maria Betânia Nunes. **Precarização do trabalho docente na Rede Estadual de Ensino de Alagoas (2013 a 2021)**. Dissertação. UFAL.2021. 241p.

[175] BRASIL**.** Brasília: Senado Federal, Senado notícias – Especial Cidadania. Situação de emergência e estado de calamidade. 2005. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/defesa-civil/situacao-de-emergencia-e-estado-de-calamidade-publica. Acesso: out. 2022.

[176] PEREIRA. Maria Betânia Nunes. **Precarização do trabalho docente na Rede Estadual de Ensino de Alagoas (2013 a 2021)**. Dissertação. UFAL.2021. 241p.

A Lei em apreço indica em seu inciso 3 do art. 9º "que não poderá haver novo contrato antes de decorrido o tempo de 24 meses do encerramento do contrato anterior". Tomando a análise feita anteriormente sobre os prazos das seleções vimos que os contratos podem ser feitos por um ano podendo ser renovados por igual período, por isso não pode haver seleções antes de dois anos, mas, em alguns momentos esse tempo é ultrapassado (às vezes indo para três anos), o que possibilita concluir que é para ganhar tempo para os novos processos seletivos acontecerem viabilizando assim, a permanência dos mesmos professores/monitores por mais tempo na rede regular de ensino por meio dos processos seletivos simplificados enquanto que outros docentes ficam no aguardo da abertura de novas seleções para participar também dos processos seletivos, dessa forma uns permanecem enquanto outros desejam entrar no processo de seleção.

Outra particularidade na referida Lei e que chama a atenção é que por duas vezes o professor/monitor contratado é nomeado de professor substituto, designação que não aparece nos editais, nem no tratamento dele no cotidiano das escolas. Analisamos que a lei por ser um dispositivo jurídico não pode negar a relação de vinculo do contrato nomeando o professor selecionado de professor substituto, uma vez que este em tese ocupa a vaga temporariamente de um professor efetivo, porem questionamos o porquê dessa designação não ser levada para os editais nem para o cotidiano, sequestrando desses o fato de puder ser chamado de professor o que nos leva a pensar que se quer afirmar o lugar que deve ser ocupado por esse professor. Dessa forma a rede estadual se respalda juridicamente quando justifica na lei um termo adequado a situação de professor contratado enquanto que na prática impõe uma ideia do monitor para o professor que exerce a docência em regime de contrato.

Outra situação é a redação dada ao Art. 6º, parágrafo 1º, inciso I, que dispõe sobre a proibição da contratação, nos termos da Lei, de servidores da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pois afirma que estão excluídos dessa situação os que possam comprovar compatibilidade de horário como: "o professor substituto nas instituições estaduais de ensino, desde que o contratado não ocupe cargo efetivo integrante das carreiras de magistério do quadro de servidores do Estado de Alagoas". Como vemos a lei é clara, o professor efetivo não pode ser também contratado mesmo tendo horários compatíveis para atuar nos dois formatos concomitantemente.

Interessa, ainda, assinalar que infringindo a lei especificamente neste inciso, muitos dos professores que atuam na rede regular de ensino de Alagoas atuam concomitantemente nas duas realidades de trabalho, se apresentam com matrículas de professores efetivos e com

registro de contratos temporários enquanto professores/monitores, prejudicando, decerto o fortalecimento da docência enquanto unidade. Enfim, são dispositivos presentes na lei que de fato segrega a categoria docente, um dos princípios neoliberais.

A pesquisa acredita que os professores optam em atuar nos dois regimes de trabalho como uma forma de aumentar seus salários, e duplicar o recebimento de rateio do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb [177]. Vejo que este ponto é bastante emblemático, pois um mesmo professor segue dois tipos de vínculos na mesma, o que leva em muitos momentos a possibilidades de atuação diferentes. Enquanto professor contratado pode ser interditado a participar da gestão escolar, ter posições diferenciadas muitas vezes, ser vinculado a dois sindicatos assim como ter o direito de participar de greve por um vínculo e por outro não. Tal situação precisa ser refletida pelos professores que se encontram nessa condição quando relacionamos isto com a necessidade de união da classe docente, certamente dimensão prejudicada com essa realidade.

Por um lado, a escolha do professor efetivo pelo regime de trabalho em contrato temporário em outro turno, mesmo que sendo contrário ao que a legislação estabelece, desvela a intensificação do trabalho docente, encarando por muitos como uma oportunidade; por outro, descortina a situação de precarização do trabalho do docente dado às condições de salários muitas vezes aviltantes levando o professor a atuar em várias frentes visando obter um salário melhor ao termino de cada mês, se colocando, enfim, a disposição do sistema administrativo do estado e atendendo aos outros dois elementos da precariedade do trabalho docente: os contratos temporários e o aumento da jornada de trabalho. Dal Rosso (2013, p. 83) sobre este aspecto alerta,

> Frequentemente, entretanto, pessoas que tem um trabalho em tempo parcial acrescentam a ele um trabalho de horário integral, o que as inclui na categoria de tempo excessivo. A combinação de três trabalho, certamente também excederá o padrão de 48 horas ou mais definidor de trabalho excessivo, a não ser que sejam "bicos" passageiros. Decorre, pois, da análise que a ocupação de dois ou mais trabalhos constitui fator causal de jornada em demasia.[178]

Pensando no trabalho docente o autor chama atenção para algo que atinge muitos professores, ultrapassam o padrão considerado para horas excessivas de 48 horas, em uma

[177] Há rateio do Fundeb quando há sobras dos recursos não aplicados na Educação.
[178] DAL ROSSO, S. (2013). Jornadas Excessivas de Trabalho. ***Revista Paranaense De Desenvolvimento - RPD***, *34*(124), 73–91. Recuperado de https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/581.

rotina de três turnos de trabalho, com dois vínculos ou mais muitas vezes. O aumento da jornada de trabalho intensifica a precarização do trabalho docente e desvalorização da categoria docente, tudo isso se reverbera na sala de aula – professores (as) extremamente exaustos, sem poder se atualizar, sem preparar suas aulas, sem condições mínimas de trabalho (humano e material).

Nesse aspecto, a questão fulcral é compreender que os professores em regime de contrato temporário exercem todas as funções da docência sob essas condições, porém não são servidores públicos, mesmo estando atuando na rede regular de ensino, entretanto, fora da cobertura da Lei nº 5.247 de 26 de julho 1991 que instituiu o regime jurídico dos servidores públicos do estado de Alagoas, conforme expressa os Artigos 6º e 7º da referida lei: "O provimento inicial dos cargos públicos far-se-á mediante ato de autoridade competente de cada Poder, completando-se a investidura com a posse; Art. 7º a nomeação é a forma originária de provimento dos cargos públicos"[179].

O trabalho de pesquisa aqui apresentado entende que a intenção é trazer para a atuação em salas de aulas professores, no entanto a situação de admissão coloca distinções entre eles às vezes de forma escancarada, às vezes de forma velada, sendo o regime de contrato temporário um elemento desagregador da docência pública em seu sentido de ser.

Nesse sentido Gomes, (2017, p. 65) expõe que:

> [...] mesmo possuindo idêntica função em sala de aula, como ministrar aulas, elaborar provas, planejar assuntos, preencher cadernetas, os professores-monitores compõem uma categoria sucateada e inferiorizada, ao compará-los com os professores permanentes. Ou seja, os professores permanentes possuem um vínculo com o governo de Alagoas, diferentemente dos professores-monitores que apenas possuem um contrato de um ano com o governo como previsto nos editais, podendo ser renovado por mais um ano, se for consenso entre ambas as partes.[180]

Em alguns casos percebemos de forma direta essa diferença, A título de exemplo, recentemente a rede regular de ensino viabilizou o pagamento do Programa Conecta

[179] ALAGOAS. **Lei nº 5247, de 26 de julho 1991**. Institui o regime jurídico único dos servidores públicos civis do estado de alagoas, das autarquias e das fundações públicas estaduais. Disponível em: < http://transparencia.al.gov.br/media/legislacao/1991/Lei%20N%C2%BA%205.247%20-%2091.pdf> Acesso em: 8 ago. 2022.

[180] GOMES, Thayse. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil:** implicações para a categoria docente. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Professor[181] aos professores efetivos antes dos denominados professores/monitores, recurso este para a compra de materiais tecnológicos para auxiliar os professores no período da pandemia do Covid-19, especialmente no ano de 2021.

Observa-se, que apesar da Lei 8465/21, que criou o recurso, abranger todos os professores do quadro permanente e professores/contratados, isto na realidade não se concretizou. Isso se deve pois inicialmente os professores/monitores estavam sob a égide dos contratos assinados no ano de 2018, até então vencidos, e seguindo sem definição de suas permanências na rede pela possibilidade de convocação dos professores habilitados no último concurso público de provas e títulos para vagas efetivas ocorrido em 2021. Nesse contexto de insegurança, muitos professores/monitores deram entrada na solicitação do recurso e não conseguiram por força da lei, outros nem isso fizeram. No Art. 5 da referida Lei colocava-se que:

> O professor sob contrato temporário, em caso de rescisão antecipada de contrato de trabalho, além do dever de observar o disposto no art. 4º desta Lei, terá o apoio para o custeio do plano de acesso à internet suspenso e deverá restituir o equipamento, em perfeito estado para uso à SEDUC, sob pena da compensação do valor do equipamento na apuração e quitação das verbas rescisórias.[182]

A questão volta quando a Lei 8.465 é alterada pela portaria de nº 12.729/2022 de 01 de julho de 2022, que prevê em caráter de reembolso conceder ajuda de custos aos professores contratados temporariamente pela aquisição de equipamentos de informática adquiridos no período do Regime Especial de Atividades Escolares Não Presenciais – REAENP, por conta da pandemia do Covid-19. De acordo com a referida Portaria, "muitos professores temporários da educação básica da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas - SEDUC/AL que adquiriram equipamentos de informática para uso atividades laborais estão,

[181] Este programa foi regulamentado pela Lei nº 8.465, de 12 de julho de 2021 que dispõe sobre a criação do programa conecta professor para a aquisição de novos equipamentos de informática, inovação, tecnologia e apoio para o custeio de plano de acesso à internet, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/AL e dá outras providências.

[182] ALAGOAS**. Lei nº 8.465, de 12 de julho de 2021**. Dispõe sobre a criação do programa conecta professor para a aquisição de novos equipamentos de informática, inovação, tecnologia e apoio para o custeio de plano de acesso à internet, no âmbito da secretaria de estado da educação – Seduc, e dá outras providências. Disponível em:<https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2021/2057/lei_no_8.465_de_12_de_julho_de_2021.pdf> Acesso em: 8 ago. 2022.

atualmente, com o contrato extinto"[183]. Como se ver alguns benefícios são permitidos ou negados conforme processo de seleção de professores

Sobre o processo de seleção dos professores, este sempre foi acompanhado por uma comissão organizadora definida pela SEDUC/AL, responsável pelo processo seletivo nos editais. No edital de 2009 houve a participação no processo seletivo simplificado de uma Comissão da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL e no edital do ano de 2012 o processo seletivo ficou sob a responsabilidade da Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa – FUNDEPES/UFAL.

Há alguns aspectos sobre a convocação dos candidatos que chama a atenção nos editais, um deles é o fato de nem sempre o candidato ter em mãos cópias dos contratos de trabalho firmados entre a Secretaria de Educação e os professores/monitores, assim não há publicização dos contratos celebrados entre empregados e empregador, no caso os professores monitores e o estado de Alagoas, a tempo. Em conversas com professores/monitores observamos que esses contratos chegam para assinatura bem após as seleções e convocações, o contrato da seleção de 2017 chegou para assinatura por parte dos professores em 2021 e o da seleção de 2021, chegou para assinatura em julho de 2023, período que esta pesquisa ainda estava em processo de escrita.

Tivemos acesso apenas a três contratos de professores/monitores do período estudado, o de 1998, o de 2017 e o do 2021, anos bem espaçados dentro do recorte temporal da pesquisa, afim de compreender algumas nuances em relação aos avanços das cláusulas contratuais no que diz respeito ao que foi acordado entre as partes, dessa forma, fizemos um levantamento de algumas informações comparativas entre os três contratos expressa no quadro abaixo:

Quadro 6 – Comparação entre os contratos temporários de 1998, 2017, 2020

Aspectos	Contrato de 1998	Contrato de 2017	Contrato de 2021
Do cargo	Monitor	Professor monitor	Professor contratado
Do Objeto do contrato	Funções de Monitor contratado	Lecionar nas Escolas Públicas estaduais para suprir a carência no quadro do Magistério	Lecionar nas unidades escolares pertencentes a rede Estadual de Ensino, no sentido de suprir as

[183] ALAGOAS**. Lei nº 8.465, de 12 de julho de 2021**. Dispõe sobre a criação do programa conecta professor para a aquisição de novos equipamentos de informática, inovação, tecnologia e apoio para o custeio de plano de acesso à internet, no âmbito da secretaria de estado da educação – Seduc, e dá outras providências. Disponível em:<https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2021/2057/lei_no_8.465_de_12_de_julho_de_2021.pdf> Acesso em: 8 ago. 2022. p. 6.

		Público Estadual	carências temporárias no quadro do Magistério Público Estadual decorrente de afastamento para assunção nas funções e gerentes, diretores, coordenadores, bem como licenças e readaptações da Rede Estadual de Ensino
Das obrigações	Carga horária de 20 horas semanais Quantia mensal de 320,0 mensal	Carga horária do professor de até 60 horas semanais Valor de 3448,20 ao mês	Carga horária do professor de até 40 horas semanais Pagamento de 16,0 por hora aula
Do prazo de vigência	120 dias podendo ser renovado uma única vez por igual prazo	12 meses, com prorrogação dentro do prazo máximo de 24 meses	24 meses a conta da data do informe de assunção, não sendo permitida a prorrogação
Dos reajustes	-	O presente contrato não sofrerá reajustes durante sua vigência, salvo decorrente de imposição legal	
Da contribuição previdenciária	Desconto do Imposto de Renda, sendo da responsabilidade do contratado na condição de autônomo, o recolhimento das contribuições previdenciárias e do ISS	Vinculado ao regime geral de Previdência Social	

Fonte: Quadro construído pela autora, 2023.

Observando as questões e fazendo uma breve análise vemos que em relação a um mesmo aspecto as informações são diferenciadas, como por exemplo, o cargo a qual o contrato se destina muda de nome entre os três contratos apesar de se tratar de selecionar professores para uma mesma função, observamos também que há alteração quanto a carga horária, havendo um aumento significativo de 20 horas para até 60 horas entre os contratos de 1998 e 2017 e reduzindo depois para 40 horas (aspecto observado na próxima subseção), vimos também que os contratos iniciam por um período de 4 meses (120 dias) podendo ser renovado uma única vez, já nos contratos de 2017 e 2021, apesar de serem de até dois anos há uma divergência, o de 2017 é firmado inicialmente apenas por um ano podendo ser

renovado, já o de 2021 tem vigência inicial de dois anos, indicando assim a possibilidade de permanecer durante todo esse tempo sem ter que renovar.

Há um ponto na análise que chama a atenção quanto ao objeto do contrato, no edital de 2017, fica claro que o contrato de professores/monitores irá suprir carência no quadro de magistério, nesse caso há carência real que deverá ser suprida por concurso público, já no edital de 2021 as contratações ocorrem para suprir vagas de professores que estão afastados da sala de aula, pois exercem funções de gestão na Rede estadual de ensino, não representando, portanto carência real e sim carências temporárias.

Ao analisar mais de perto vemos que os contratos dão um avanço em seus aspectos se compararmos o de 1998 com os de 2017 e 2021, em 1998 fazemos a interpretação que por ser bem inicial ao período dos contratos relatados nessa pesquisa a situação impunha ainda mais instabilidade, pois o professor contratado tinha que pagar a sua previdência se quisesse contar os anos trabalhados, observamos também sobre o avanço no nome dado nos contratos aos professores: iniciando com Monitor, seguindo para professor monitor e depois para professor contratado. Nesse sentido diante de muitas análises já realizadas nessa escrita comungamos com o que diz Catini, (2020, p. 57) quando se refere a uma serie de nomenclaturas utilizadas na educação que fazem parte do bojo educacional neoliberal que aqui faço relação com os nomes dados nos contratos aos professores/monitores

> O léxico não é desimportante nesse projeto, pois faz parte da produção de consensos a dissolução dos conflitos também na linguagem, contraindo o pensamento em ideias sem história e sem conflito, escamoteando o fato de que já houve contestação radical a tal forma de vida.[184]

Como autora frisa, independente do que seja chamado o professor contratado, a ideia é sempre colocá-lo na posição de monitor, entendido assim pelas gestões e no imaginário da educação alagoana, como se houvesse consenso e não conflitos em chamar um professor de monitor. Dessa forma, como vemos mais uma vez a expressão ‘monitor’ precisa ser problematizada.

Partindo para análise de outro ponto, vimos que o formato deste processo seletivo se torna bastante simples se comparado ao quantitativo de candidatos selecionados. Sob o aspecto da seleção simplificada de professores, o edital de 2009 priorizou a análise do

[184] CATINI, C. (2020). Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, (127), 53-68. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127. p. 53-68.

Curriculum Vitae do candidato enquanto instrumento avaliativo. O edital de 2012 optou por uma prova de conhecimentos básicos (conteúdos de língua portuguesa e raciocínio lógico) e conhecimentos específicos, gerais para cada disciplina e os demais editais, especificamente os de 2014, 2015, 2018 e 2021 optaram por análise de títulos como havia sido em 2009. Importante observar que, mesmo sem constar nos editais aspectos de vantagem para aquele candidato que possuísse experiência na docência enquanto monitor, percebemos que muitos professores conseguem ser classificados nos vários processos seletivos permanecendo na rede de ensino, indicando que pelo universo de professores/monitores contratados ser formado por muitos dos professores disponíveis no estado, seria recorrente a ocupação das vagas disponibilizadas pelos mesmos candidatos a cada seleção.

Após o processo seletivo, os professores a serem contratados são convocados seguindo a sua colocação conforme demanda da Gere na qual o candidato se inscreveu. Também nesta etapa, outras disposições colocadas nos editais revelam fortes marcas de precarização do trabalho docente, tais como: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo se não houver interesse da administração ou, se surgir um professor efetivo para suprir a carência; há possibilidade de o candidato ser selecionado e não ser convocado a dar aulas compondo cadastro reserva; além de outros aspectos presentes no item 12 daquele edital de 2021, cujos itens 12.3 e 12.4 que tratam das disposições finais do referido edital destaco a seguir:

> 12.3 Por se tratar de carências temporárias na Rede Estadual de Ensino, o candidato aprovado poderá ter o seu contrato suspenso, interrompido ou findado, caso não haja mais demanda, tendo em vista a Supremacia do Interesse Público.
> 12.4 A qualquer tempo o candidato contratado poderá ser submetido a uma avaliação de desempenho funcional, oral ou escrita, realizada pela banca organizadora desta seletiva, podendo ter seu contrato rescindido, no caso que seja considerado inapto.[185]

Desse modo, observa-se que apesar dos candidatos serem submetidos a processos seletivos via edital público para atuar em regime de contrato de trabalho temporário, é a Supremacia do Interesse Público quem define sobre a contratação e sua permanência ou não nas atividades demandadas, considerando, ainda, uma avaliação de desempenho funcional, aspecto que exprime um caráter de total instabilidade do professor, dando a seleção um rigor como se estes fossem candidatos a docentes efetivos detentores de cargos e carreiras.

---

[185] ALAGOAS. **Secretaria de Estado da Educação - Editais 2021,** p.82. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/legislacao/editais/editais-2021>. Acesso em: 8 ago. 2022.

Nesse sentido, percebe-se a perda da autonomia docente, a sua fragilização e desvalorização se tornam imperativos definidos em editais. Os contratos definem que a atuação dos professores/contratados se restringe apenas a dar aulas, não podendo este pleitear a função de diretor e coordenador pedagógico nas escolas, cumprindo tão somente o que lhe é imposto nos editais. Ressalta-se que não há expressamente a proibição de participação ativa nas definições escolares nos editais, porém, isso fica no âmbito do não dito, mas percebido, o que revela o fato de às vezes silenciarem na necessidade de uma crítica ou posicionamento contrário em relação as questões pedagógicas e ou administrativas nas escolas.

Oliveira (2015, p. 38) afirma que "Através desse modo de contratação os/as docentes são enfraquecidos/as enquanto categoria profissional como um todo. Esse exemplo é bem representado pelo caso dos monitores que são contratados pelo governo do Estado de Alagoas".[186] Ao ouvir histórias de vida de professores/monitores, a autora destaca que apesar de inicialmente elas [as professoras] acharem que não há diferença do trabalho entre efetivo e monitores, as falas revelam que as diferenças existem em relação ao trabalho e aos direitos.[187] A título de exemplo, uma das depoentes da pesquisa de Oliveira (2015, p. 71), observa:

> as professoras efetivas têm mais autonomia no trabalho, pois faltam e não sofrem penalidades cabíveis quanto esse acontecimento, não são cobradas quanto a sua atuação profissional. Já as Monitoras são visadas no modo como trabalham, pois, são cobradas quanto ao seu planejamento das aulas; sua assiduidade; seu comprometimento com a escola; questão salarial, direitos, como carteira assinada, décimo terceiro, instabilidade na relação com os/as alunos/as, etc.[188]

Assim, seguindo a lógica do excerto acima, fruto das reflexões da depoente, o regime de contrato temporário dos professores/monitores vinculados à rede regular de ensino de Alagoas tem algumas características específicas se comparado a outras realidades de professores em regimes de contratados em municípios alagoanos. Mesmo não dispondo de elementos concretos para tal comparação, podendo este vir a ser um possível objeto de pesquisa futura nas SEMEDs de municípios, sabe-se por meio de diálogos com outros colegas

[186] OLIVEIRA, Manuella Souza de. **Trabalho docente precário**: narrativas de professoras-monitoras de uma escola estadual do 1 ao 5 ano no município de Maceió/AL. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas.

[187] OLIVEIRA, Manuella Souza de. **Trabalho docente precário**: narrativas de professoras-monitoras de uma escola estadual do 1 ao 5 ano no município de Maceió/AL. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas.

[188] OLIVEIRA, Manuella Souza de. **Trabalho docente precário**: narrativas de professoras-monitoras de uma escola estadual do 1 ao 5 ano no município de Maceió/AL. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas.

docentes que atuam em regime de contratos em prefeituras alagoanas que a situação parece um tanto pior por conta da interrupção dos contratos ao término do calendário letivo, fato que não acontece na SEDUC.

Assim, percebe-se diferenças entre a forma no qual se dá os contratos temporários na Rede estadual comparados as redes de ensino dos municípios alagoanos, onde muitos professores também são vinculados, como o pagamento em dia de salários com cronograma de pagamento unificado para efetivos e contratados, o rateio das sobras do Fundeb no final do ano, a garantia do pagamento das horas relativas ao trabalho pedagógico coletivo e individual (HTPC e HTPI), bem como a garantia de gozo e recebimento de férias anuais, elementos que estão na ordem dos direitos adquiridos e que dão uma falsa noção que há um status de "vantagem", reforçando a ideia errônea de que os contratos na referida rede não são tão precários assim.

É importante registrar que os governos de Alagoas no período compreendido pela pesquisa têm utilizado o discurso de que as contratações de professores são uma forma de não infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que dentre outras prerrogativas impõe um teto para os gastos públicos, o que justifica, segundo os chefes do executivo estadual, a optarem por uma política de contratação de professores/monitores temporários e ao término de cada ano ratear eventuais sobras dos recursos repassados pelo Fundeb. Por seu turno, percebe-se no sistema educacional alagoano muitas marcas de um trabalho docente precarizado, desde a ausência da formação inicial completa dos professores como já vimos em alguns editais, como também da ausência de atenção da rede de ensino estadual e dos próprios professores no processo de sua formação continuada quando não conseguem garantir questões importantes que afetam os seus saberes e fazeres reverberando direta ou indiretamente em sua atuação.

A afirmação de Oliveira (2015) joga luz nas marcas de tal precarização do trabalho docente no estado de Alagoas e nos ajuda a relacionar essas marcas às condições aviltantes de trabalho as quais são submetidos os professores/monitores em situação de contratos temporários. Segundo a autora,

> Um dos aspectos da precarização do trabalho docente é a forma como esse profissional é contratado, mas esse aspecto não é o único. Além desse fator, a precarização também está ligada às condições materiais de trabalho e a perda da autonomia sobre o próprio trabalho. O contrato temporário, que são também os chamados de terceirizados, em termos de salários, apresenta um

> nível e qualidade sempre inferiores ao contrato efetivo, e muitas vezes não condiz com a complexidade da profissão, levando-os assim a um processo de desprofissionalização da categoria docente.[189]

Considerando as reflexões da autora nesse excerto em diálogo com as informações trazidas nos editais (fontes desta pesquisa), os salários pagos aos professores/monitores podem variar entre os docentes e disciplinas, pois dependem das horas-aula trabalhadas no mês e que figuram em alguns editais como apenas horas em salas de aulas sem direito a garantia de horas destinadas aos planejamentos de aulas e atividades coletiva e/ou individuais (1/3), até os idos do ano de 2015.

A partir de então, a jornada de trabalho é ampliada com o avanço de publicação de novos editais, decerto absorvendo-se um número cada vez maior de professores e aumento significativo de contratos. A princípio esta era uma alternativa para suprir déficits de professores, porém atualmente a pesquisa compreende que nada tem de temporário, trata-se de uma política de admissão de professores que permanecem nessas condições por mais tempo do que o previsto no edital, além de participar sempre de outros editais para monitores/contratados, uma vez que os concursos são realizados esporadicamente, fatos que "sequestram a docência" e inviabiliza a aprendizagem, razão pela qual a dissertação em questão alerta para que tal prática não continue e que prevaleça os concursos de provas e títulos, conforme preconiza a LDB de 1996.

2.4 - Contratos de professores/monitores: jornadas e salários

No que se refere à carga horária dos professores em regime de contrato temporário de trabalho, percebe-se ligeira oscilação e ampliação em alguns dos processos seletivos. Na contratação de professores/monitores para atuar com estudantes dos anos iniciais, nos editais dos processos seletivos referentes ao ano de 2009 e 2012, a carga horária prevista era de 20 horas. Já nos editais de 2014 e 2015 a carga horária foi ampliada para 25 horas. Igualmente ocorrem para os professores especialistas, aqueles que atuariam nas mais variadas áreas do

[189] OLIVEIRA, Manuella Souza de. **Trabalho docente precário:** narrativas de professoras-monitoras de uma escola estadual do 1 ao 5 ano no município de Maceió/AL. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas. p. 37-38.

currículo, conforme previsto nos editais de 2009, 2012 e 2014, chegando a 40 horas, e, consequentemente, no edital de 2015 a carga horaria quase dobra, chegando a 60 horas.

Nesse aspecto, o processo seletivo de professores/monitores de 2015 busca a ampliação dos contratos dos docentes. Não obstante, o fato é que pela primeira vez se reconhece em edital a obrigação de se garantir o pagamento de horas-aula destinadas ao planejamento coletivo e individual (HTPC e HTPI), o equivalente a 1/3 (um terço) do total de horas trabalhadas. Essa pesquisa entende que se trata de um contrato de até 60 horas-aula e esse aumento na carga horária do professor representa a possibilidade de triplicar a sua jornada de trabalho em 20 horas em cada turno, o que consequentemente leva-o a exercer parte dessa carga horária em lugares distintos, dependendo da demanda apresentada pela Gerência regional na qual esse professor teria lotação representando também como resultado perda de qualidade de vida e de trabalho.

Segundo o edital de 2018, os contratos para professores/monitores temporários poderiam ser fechados com 20 horas, 40 horas ou 60 horas, sendo estas projeções de carga horária condicionante para a assinatura do contrato, tanto para os professores de anos iniciais como para aqueles que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, revelando, assim, uniformidade a carga horária do contrato.

No que se refere ao edital de 2021 notou-se ligeira modificação em relação à carga horária delineada no edital anterior, pois, para os professores de turmas dos anos iniciais a proposta era de 25 horas com a possibilidade de ampliação; para os professores das demais disciplinas do currículo, os especialistas, no caso, o contrato seria de até 40 horas, havendo uma redução de 20 horas quando comparado à carga horaria projetada em outros editais.

Tomando essa questão como ponto de análise, com o passar dos anos percebe-se que o total de horas para os profissionais da educação contratados em regime temporário vai se modificando, posto que os professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio vão sendo submetidos a jornadas de trabalho duplicadas ou triplicadas impostas pelos processos de seleções simplificadas para contratação de professores/monitores para atuarem nas escolas da rede estadual de ensino de Alagoas.

Em tese, o aumento de jornada de trabalho representa para os professores a oportunidade de receber um pouco mais, obtendo um salário melhor, porém, concordamos com Oliveira (2019, p. 109) ao considerar em seus estudos desenvolvidos no interior do estado de São Paulo, que “Não um aumento desejado, a despeito de ser tomado como opção,

mas um aumento de trabalho conduzido por um processo político que nos parece bastante intencional”[190].

Trata-se de um projeto político pensado para explorar a mão de obra docente e “economizar” na educação com a intenção de mirrar as condições de trabalho que propõem uma rotina cansativa para os docentes e compromete consequentemente a qualidade de ensino e as condições de trabalho. Nessa questão, corrobora Dal Rosso (2006, p. 2) ao afirmar que “No capitalismo, entretanto, a jornada é socialmente determinada implicando em que além dos/os trabalhadores/as, os governos e os empregadores tenham interesse direto na questão da duração do trabalho”[191], e não apenas uma das partes envolvidas!

As condições de trabalho impostas aos docentes são consequências desse projeto para a educação. A mudança de carga horária a cada contrato de trabalho assinado pelos professores revela a situação de vulnerabilidade e perca de autonomia dos professores a serem contratados a cada edital aberto pela rede de ensino. Indica, decerto, que o professor não garante de forma permanente os salários recebidos, pois quando aumenta a carga horária recebe mais e quando diminui recebe menos, aspecto de instabilidade nos salários a serem recebidos e na permanência de escolas e turmas nas quais atuam.

Quando falamos de carga horária no trabalho docente não se pode pensar de forma isolada, sem considerar algumas nuances relativas a esse aspecto. Não obstante, quanto maior for à carga horária do professor, maiores serão as demandas com o trabalho pedagógico, ao considerarmos que maior será o quantitativo de turmas atribuídas a ele (professor) e com isso maior será a intensificação do trabalho docente, entendida por Dal Rosso (2006, p. 3), como:

> O consumo de energias pessoais e grupais no trabalho, expressa de outra maneira como sendo o esforço despendido pelos/as trabalhadores/as em seu labor cotidiano [...]. Por outro lado, a categoria de intensidade refere-se ao esforço gasto pelos indivíduos no processo de trabalho. A intensidade tem a ver com o investimento das energias das pessoas com o trabalho. Refere-se ao desgaste da pessoa com o trabalho.[192]

---

[190] OLIVEIRA, Manuella Souza de. **Trabalho docente precário:** narrativas de professoras-monitoras de uma escola estadual do 1 ao 5 ano no município de Maceió/AL. 2015. P.f Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas.

[191] DAL ROSSO, Sadi**. Jornada de trabalho: duração e intensidade.** Cienc. Cult. vol.58, nº 4, São Paulo, Oct./Dec. 2006.

[192] DAL ROSSO, Sadi. **Jornada de trabalho: duração e intensidade**. Cienc. Cult. vol.58, nº 4, São Paulo, Oct./Dec. 2006

Comparando a atuação dos professores/monitores em regime de contrato na rede regular de ensino de Alagoas que estão atuando em duas ou mais escolas, algumas vezes em dois ou três municípios subordinados a mesma Gerência Educacional[193], se evidencia ligeira intensificação do trabalho docente, sendo este um ponto crucial na compreensão do excerto citado anteriormente, considerando-se o aumento nas horas trabalhadas em sala de aula acrescidas do tempo de deslocamento do professor entre os municípios e/ou unidades de ensino.

Nesse aspecto, se percebe uma intima relação entre jornadas e salários, pois o professor/monitor chega ao teto de uma carga horária de 60 horas semanais na mesma rede sob regime de contratos temporários, o que de fato atrapalha outros vínculos de trabalho por parte do professor já que ele se encontra "preso" a um contrato de trabalho extremamente precarizado sendo humanamente impossível de dar conta por estar atuando quase que exclusivamente na rede regular de ensino sob regime de contrato.

Sob essa perspectiva, percebe-se que há intrínseca relação entre carga horaria/trabalho/salário, sendo estes uns dos ingredientes a concretização da precarização do trabalho docente. Todavia, pensar apenas na questão do salário é silenciar acerca de toda carga de trabalho assumida pelo docente e a redução consequente de tempo para outras atividades necessárias ao professor, tais como sonhos pessoais, lazer e, sobretudo, alguma garantia na mudança de vínculo advinda por meio de concursos públicos pela impossibilidade de estudar e ter uma melhor preparação para vir a se tornar um professor efetivo.

Assim, pode-se indagar: por que então os professores se dispõem a trabalhar sob condições de precarização previstas em editais? A resposta parece ser simples, porém, é preciso sobreviver! Na realidade que se viveu/vive nesse estado desde a publicação dos primeiros editais, atuar em condições aviltantes de trabalho exarados em editais públicos ainda nos parece melhor do que ficar desempregado ou procurar outro emprego em situação adversa. Entende-se, enfim, que se manter no exercício da profissão, mesmo que em situação desfavoráveis, carrega a esperança de um dia mudar para melhor, pois determinadas decisões no âmbito do serviço público passam pelo crivo das demandas sociais e de governos de tempos em tempos.

[193] Os editais colocam que os candidatos ao se inscreverem deviam fazer a opção por região que desejaria ensinar. Assim, ao ser selecionado o candidato seria encaminhado para uma das unidades de ensino em qualquer um dos municípios jurisdicionados Coordenadoria de Ensino e Coordenadorias Regionais de Ensino, nomes dados as atuais geres - Gerência regional de Ensino.

O medo de estar desempregado cria a noção de que é melhor estar empregado trabalhando muito em uma relação de contratação temporária do que não ter emprego algum. Vasapollo (2005, p. 374), pondera acerca da questão do desemprego fazendo a seguinte afirmação: "o desemprego não é provocado pela maior presença de equipamentos na produção, mas pela escolha neoliberal de não transformar a grande quantidade de trabalho em ocupação estável e protegida".[194] Destarte, apropriando-nos das reflexões, percebe-se que por trás de tudo isso figura um projeto político de governo que visa aumento de atribuições dos papéis atribuídos e redução de direitos até então garantidos como elemento estratégico do capital. Assim, corroborando as ponderações do autor acima, Alves (2006, p.95), pondera:

> Finalmente, é preciso salientar também que a constituição de um precário mundo do trabalho, através das políticas neoliberais nas últimas décadas, tende a contribuir, de certo modo, para gerenciar o comportamento operário e elevar a produtividade do trabalho, através da emulação pelo medo. Esta é uma das formas regressivas de emulação do homem que, sob o sócio-metabolismo da barbárie, tem-se disseminado na civilização do capital. Através do medo do desemprego o trabalhador assalariado consente maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas, por exemplo. Como já dizia Freud, o medo é a moeda de troca dos afetos humanos. Através dele, hoje, mais do que nunca, o capital busca constituir os novos (e espúrios) consentimentos à nova barbárie social. O medo dissolve o sujeito e a subjetividade humana. É o estofo do fetichismo agudo que permeia as relações estranhadas da civilização do capital nesta etapa de desenvolvimento histórico[195].

Sobre a perspectiva do medo reside também as questões salariais, com a instabilidade torna-se quase que impossível não lembrar que para a categoria docente esse aspecto sempre esteve vinculado ao campo de luta, sendo que estas muitas vezes foram reverberadas em processo de greves cujas pautas estiveram atreladas a perdas salariais, ausências de reajustes, condições de trabalho e em defesa de uma educação pública e emancipadora, para usar uma expressão de Freire. Assim, o autor (1993, p. 33) ressalta,

> A necessidade que temos de poder lutar cada vez mais eficazmente em defesa de nossos direitos, ele ser competentes e estar convencidos da importância social e política de nossa tarefa, reside no fato de que, por exemplo, a indigência de nossos salários não depende apenas das condições

[194] VASAPOLLO, Luciano. A Precariedade como Elemento Estratégico Determinante do Capital. **Pesquisa & Debate**, SP, vol. (16), número 2(28), 2005. p. 368-386.

[195] **ALVES, Giovanni. Toyotismo e subjetividade: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. ORG & DEMO, v.7, n.1/2, jan. Dez. 2006, p. 95.**

> econômico-financeiras do Estado ou das empresas particulares. Tudo isso está muito ligado a uma certa compreensão colonial de administração, de como lidar com os gastos públicos, hierarquizar as despesas e priorizar os gastos[196].

Como Freire (1993) aponta as questões salariais não só depende de condições econômico-financeiras mais de uma política que pense os gastos e prioridades públicas. O professor tem sempre um acumulo de trabalho incompatível com os valores recebidos, apear de haver uma ideia de que antes do processo de universalização, abertura das escolas públicas para o acesso à Educação pela classe popular, o professor ganhava bem, era valorizado. Oliveira (2019, p. 94), discute essa questão sinalizando que,

> Em nossa digressão acerca das condições sociais dos professores desde a antiguidade, vislumbramos que a docência durante milênios, oscilou entre prestigio do trabalho intelectualizado e a miséria material. É provável [...] que exista mesmo o mito de que o professor foi muito bem remunerado. Acreditamos que isso ocorra por que a valorização do professor oscila entre o material e o simbólico (reconhecimento) e isso pode, em muito, estar incrustado no senso comum e na memória.[197]

Outros aspectos são abordados ao nos reportarmos aos salários pouco atrativos dos professores ou da profissão docente, tais como a relação da profissão com a feminilização, por ter sido uma profissão pouco procurada no passado por homens, como apontam alguns estudos[198]. Notadamente, tais estudos procuraram assegurar que a profissão docente é desvalorizada porque em sua maioria os profissionais da educação majoritariamente são mulheres e que desistem da profissão pelos seus percalços ou ainda tem de recorrerem a outras atividades para complementar a renda mensal.

Os valores previstos nos editais de 2009 a 2012 para os professores dos anos iniciais seria de um salário-mínimo e o valor aumentou um pouco mais a partir do ano de 2014, dado

---

[196] FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não*:*** cartas a quem ousa ensinar. Olho d'Água, 1993.

[197] OLIVEIRA, Manuella Souza de; PIZZI, Laura Cristina Vieira. Proletarização e precarização do trabalho docente: os/as monitores/as em Alagoas. In: XI Congresso Nacional de Educação; II Seminário Internacional de Representações Sociais e IV Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente/Cátedra UNESCO, 2013, Curitiba. **Formação docente e sustentabilidade:** um olhar transdisciplinar. Curitiba: PUCPR, 2013. v. 1. p. 1-14.

[198] Sobre esse aspecto, os trabalhos de CARVALHO, Marilia Pinto. Trabalho docente e relação de gênero. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 2, p.77-84, ago.1996. HYPOLITO, A. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero.** Campinas: Papirus, 1997. BARREIRA, Luiz Carlos; PEREIRA, Maria Apparecida F. (Org.). **Mulher:** leitora, autora e formadora. Santos, SP, Editora Universitária Leopoldianum, 2017. MATOS, Maria Izilda Santos de. Mulheres, mães e operárias: propostas e lutas pela educação feminina. In: MATOS, M.I.; BRANCO, Pedro V.C. (Org.). **Cultura, corpo e educação.** Diálogos de gênero. São Paulo, Intermeios; Teresina: EDUFPI, 2015, p.91-116.

que houve um aumento de mais de 5 horas na carga horária. Quanto aos professores especialistas, que compunham as mais variadas áreas do currículo e que lecionariam as disciplinas para turmas de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Médio, notou-se aumento gradativo conforme o valor da hora-aula, não havendo um padrão para os valores recebidos, pois tais cálculos são relativos à carga horária trabalhada por cada professor.

O quadro 5 a seguir intenciona o registro de possível comparação entre os valores a serem recebidos pelos professores/monitores da rede estadual de ensino de Alagoas no período de 2009 a 2021, considerando os valores do salário-mínimo em cada época do processo seletivo proposto em editais:

Quadro 7 – Comparativo entre os valores de contratos, salário e piso salarial previsto em edital

Ano da seleção	Valor a ser recebido no contrato	Salário-mínimo 40hs	Piso salarial 40hs
2009	465,0 anos iniciais 20hs	465,0	950,0
	10,48 por hora aula (até 40hs)		
2012	622,0 anos iniciais 20hs	622,0	1.451,0
	11,16 por hora aula (até 40hs)		
2014	905,0 anos iniciais 25hs	724,0	1.697,39
	11,16 por hora aula (até 40hs)		
2015	1198,21 anos iniciais 25hs	788,0	1.917,78
	15,0 por hora aula (até 60hs)		
2018	1.149,40 20hs (20hs)	945,0	2.455,35
	2. 298,80 40hs (40hs)		
	3. 348,80 60hs (60hs)		
2021	1.600,0 anos iniciais 25hs	1.600,0	2886,24 Piso de 2020, pois não houve reajuste
	16,0 até (40hs)		

Fonte**:** Quadro construído pela autora (2022).

Considerando os contratos de professores/monitores para os anos iniciais, como explicitado no quadro acima, nos processos seletivos de 2009 e 2012, estes recebem valores equivalente ao salário mínimo, sendo que serão admitidos para trabalharem um período de 20 horas. No que se refere aos editais referentes aos processos seletivos de 2014 e 2015 nota-se que os professores recebem valores um pouco maiores, mas o que ocorre em verdade é que houve ligeiro aumento na carga horária, de 20 horas fora acrescido mais 5 horas, totalizando 25 horas, 5 dessas para fins pedagógicos.

Quanto às orientações acerca de salários de professores previstas no edital de 2018, em contratos assinados com 20, 40 e/ou 60 horas os professores receberiam mais do que um salário-mínimo, considerando, enfim, a proporção de sua carga horária, porém, receberiam um valor menor ao serem comparados ao piso salarial do magistério nacional. Por fim, no ano de 2021 os professores que ministram aulas nas turmas dos anos iniciais com 25 horas passam a ganhar o mesmo que o salário-mínimo, perdendo o equivalente a proporção de 5 horas se comparados ao que se previa nos editais de processos seletivos referentes aos anos de 2014 e 2015.

Sobre esse aspecto Figueiredo, (2017 p. 290)[199] acrescenta que "os baixos salários mostram um ponto significativo na relação atual entre professor e sociedade, em que ele é visto como um profissional fracassado que não optou por outra carreira de sucesso financeiro e com maior status". Na verdade, sabemos que há uma desvalorização dos salários, que estes comparados a outras profissões com formação equivalente a docente é defasado.

Em todos os casos, se pegarmos os valores referentes ao piso do magistério, considerando que é o valor mínimo para um docente que tenha atuado com carga horária de 40 horas, e dividirmos por 2 quando a carga horária é de 20 horas ou fazendo a proporcionalidade nos casos do que foi previsto nos processos seletivos com carga horária de 25 horas ou mais, observamos que os valores previstos a serem recebido aos docentes em todos os editais foram menores se comparados ao piso salarial nacional para o magistério, chegando a igual conclusão de Pereira (2022, p. 81) quando afirma também em suas análises, que os professores contratados recebem abaixo do piso nacional: "Além da precarização das garantias e direitos, esses professores monitores ainda são remunerados de forma inferior aos professores efetivos/estatutários e, pior, recebem abaixo do Piso Nacional do Magistério".[200]

Destacamos que os valores a serem pagos aos professores contratados eram definidos em editais e esses permaneciam congelados até o próximo processo seletivo. Nesse caso, as informações exaradas no último quadro acima revelam que enquanto o piso nacional do magistério e o salário-mínimo eram atualizados a cada ano, os professores em regime de contratos temporários na rede regular de ensino de Alagoas ficavam atrás no percurso de dois a três anos, tempo de publicação entre um edital e outro. Os salários ficavam sempre muito

[199] FIGUEIREDO, Claudio Braz de. A proletarização e precarização do trabalho docente. **FATEB cientifica**. vol 01. nº 1. 2017.
[200] PEREIRA. Maria Betânia Nunes. **Precarização do trabalho docente na Rede Estadual de Ensino de Alagoas (2013 a 2021)**. Dissertação. UFAL.2021. 241p.

defasados e em conflito com a Lei que estabelece o piso do magistério e a correção do salário-mínimo no País.

Em relação aos salários dos docentes dos anos finais e Ensino Médio a situação acabou sendo um pouco diferente, pois em larga medida os salários previstos a serem recebidos pelos professores estavam associados a carga horária de contrato dada ao longo do mês, já que se trata de recebíveis pagos em horas-aula, evidenciando a instabilidade da permanência e reverberando no salário, já que as horas definidas por cada disciplina tem relação com o total de carga horária de seus contratos e demandas de turmas disponíveis.

Dessa forma, fazer um paralelo dos salários recebidos pelos professores/monitores é um tanto complicado, considerando que os mesmos não pertencem ao quadro fixo de servidores da educação. Difícil também é relacionar o que eles recebiam em comparação com os professores efetivos, já que precisaríamos observar o salário inicial de um professor efetivo em igual período da abertura do processo seletivo simplificado para a contratação de professores/monitores. Ao tentar fazer um breve cálculo a despeito do edital de 2014, Gomes (2017, p.65) observa:

> Outro elemento significativo na situação dos professores contratados em Alagoas é a questão salarial, onde, durante o ano de 2014, ano em que foi desenvolvido o estudo, os professores efetivos recebiam R$ 1.224,07 por 20 horas semanais, e os professores-monitores recebiam R$ 928,00, ou seja, uma diferença salarial de R$ 296,07 mensais e de 3.552,84 por ano.[201]

Isto nos faz pensar que se em 2014 havia uma defasagem em relação aos salários de um professor efetivo se comparado ao salário de um professor/monitor, seguindo tal lógica percebe-se retiradas de direitos, acúmulo de recursos por parte do estado negligenciando investimentos na educação pública e utilizando-se de uma política de contratação de docentes que caminhava e ainda caminha em direção oposta aos princípios da LDB de 1996.

Utilizando-me dos princípios de comparação feitos por Gomes (2017) referindo-se a questão salarial de Alagoas em 2014, destaco que utilizando a tabela de salários atualizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação - SINTEAL com o reajuste de 10% no ano de 2022 em que um professor com carga horária de 20 horas, sendo este um professor efetivo o seu salário inicial seria de 2.476,35 e um professor/monitor, portanto, um professor em

[201] GOMES, Thayse Ancila Maria de Melo. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil:** Implicações para a categoria docente. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

regime de trabalho temporário também estaria recebendo o mesmo valor conforme a tabela do Sindicato dos Monitores o mesmo valor com uma hora aula de R$ 30,9544.

O mesmo comparativo se aplica aos professores efetivos e monitores em regime de trabalho temporário por 30 horas de trabalho semanais, pois conforme observado nos dois últimos editais de concursos público de provas e títulos para professores ambos iniciam com o mesmo valor de 3.714,53.

Se bem que só recebe este valor inicial o professor efetivo que se encontra nos primeiros cinco anos de docência, considerando a progressão horizontal na rede. Assim, ampliando o olhar, observamos que este é o salário inicial, mas que com o tempo de trabalho, considerando tal progressão, este vai sendo acrescido de progressões, confirmamos a segregação da docência e a perda da identidade profissional.

Tendo sido corrigido as perdas salariais reais, permanecem sem resolução os benefícios do cargo, portanto, o estudo em tela reafirma a precarização do trabalho dos professores/monitores nesse estado de Alagoas.

Refletindo acerca dessa questão, Bezerra (2016, p. 38), explicita que:

> Diante dessas questões, percebe-se o implícito interesse por parte dos órgãos da SEE/AL em manter o tal professor monitor na sala de aula, pois torna-se evidente a redução de recursos na folha de pagamento por parte da pasta, notando-se que o professor, na condição de "monitor", exerce a mesma função por um salário inferior ao do seu colega professor efetivo, sem onerar recursos. Nesse caso, tal prática evidência que há uma desvalorização em série dos profissionais da educação já no momento inicial de sua inserção no mercado de trabalho, prática essa que potencializa a não percepção do docente enquanto categoria, comprometendo, assim, a qualidade do ensino e promovendo a segregação da classe docente[202].

Por fim, parafraseando Benjamim (1994, p. 225),[203] precisamos "Escovar essa história a contrapelo" para perceber o engodo em torno da ideia de que professores efetivos e professores/monitores contratados são iguais, de que não há diferenças entre eles como na verdade deveria ser, porém a realidade é bastante diferente entre os dois em termos salariais e de atuação, pois os contratos temporários não criam oportunidade para que o professor/monitor usufrua da prerrogativa de participar do plano de cargos e carreira do

[202] BEZERRA, Antônio. A. O Uso de Projetos Temáticos nas Aulas de História, Construção Coletiva do Processo de Ensino e aprendizagem. **Revista Labirinto**, Ano XVI, Vol. 24, n. 2 (jan-jun), 2016, p. 31-56.
[203] BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política**. 7ª. Ed. São Paulo, Brasiliense, 191.

magistério público alagoano, excluindo-se das progressões vertical e horizontal, que sempre ajudam na correção de salários em tempos difíceis como o que vivemos nesse momento.

3 – OFÍCIO, VOZES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES

> *Se eu recebesse igual a demanda pedagógica com reuniões seria muito bom, já que é um tormento sem fim fichas e mais fichas, planilhas, relatórios, são muitos os serviços burocráticos que engessam o sistema, deixando-me abatida quanto ao salário que recebo.*[204]

A seção intitulada Ofício, vozes e práticas pedagógicas de professores busca elencar e analisar as implicações decorrentes da precarização do trabalho docente nos fazeres político-pedagógico a partir da participação de professores/monitores que atuam ou já atuaram na rede regular de ensino de Alagoas. As subseções que compõe essa seção versam sobre: i) Falas de professores: percurso metodológico da pesquisa, nesta expomos sobre a abordagem metodológica utilizada para fazer as análises, esmiuçamos sobre a análise feita a partir das respostas dos entrevistados, retirando dessa as categorias teóricas, empíricas e de análises que serão desenvolvidas além de levantar o perfil dos entrevistados. As três seções que seguem tratam de analisar as categorias teóricas da pesquisa realizando as análises a partir das falas dos colaboradores. Seção ii) trabalho docente precário, categoria que sobressai nas falas dos entrevistados e traz o que os professores pensam sobre o trabalho realizado por eles; iii) atuação política e pedagógica, nesta seção, registramos como estes percebem sua atuação enquanto professores/ monitores; iv) educação neoliberal, seção que aborda aspectos da educação neoliberal no fazer docente a partir da percepção dos professores/monitores.

Serão analisadas as respostas dadas a 12 questionários que foram preenchidos por professores monitores vinculados a SEDUC/AL com o objetivo de levantar informações que não se fizeram presentes nas fontes impressas e/ou digitais já utilizadas no decorrer da pesquisa focando aspectos ligados às percepções, vivências e atuação dos docentes nas escolas na função de professores/monitores. Assim, veremos os docentes como sujeitos históricos sociais, representantes da classe trabalhadora em seu fazer-se profissional, em suas subjetividades cultural e material enquanto sujeitos docentes.

Sabendo-se do crescente avanço nas pesquisas na área de Educação sobre o tema precarização do trabalho docente e por esta pesquisa ser desenvolvida em um Programa de pós-graduação em História, mas por se firmar também por sua natureza sob a perspectiva dos estudos qualitativos e por se tratar de um tema com identidade no contexto educacional

[204] Professora Vitória, nome fictício dado a uma colaboradora da pesquisa.

especialmente reportando-nos aos estudos de Ludke e André[205], 2022, Gatti, 2012[206] e Oliveira, 2016[207] ao desenvolverem pesquisa em educação assimilando os seus desafios no que se refere a análise e interpretação dos dados da pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa hora apresentada no PPG de História dialoga com o campo da educação e as experiências vividas por professores nesses dois campos de saber que interferiram diretamente na escolha deste tema como observa Barros, (2020, p. 19), ao afirmar que:

> Podemos lembrar que a própria escolha do tema de pesquisa, e a possibilidade de construir problemas mais singulares a partir deste tema de estudo, constitui para o historiador uma operação que deve ser compreendida a partir do lugar complexo que configura a operação historiográfica. [...] porque o lugar de produção do historiador neste ou naquele momento comporta estas temáticas, entre várias outras, ao mesmo tempo em que certos objetos de estudo são desestimulados, desautorizados ou mesmo interditados. Escolhe-se um tema de pesquisa em articulação a um lugar, para entender a determinadas demandas, e porque as condições de produção de um saber assim permitem neste ou naquele momento.[208]

Tomando o excerto como referência, nesta seção a autora faz a análise dos dados a partir de sua experiência e contato com a realidade pesquisada durante quase 25 anos de atuação enquanto professora na rede estadual de ensino, dos quais dois como professora/monitora, considerando os contextos ligados a sua e outras realidades, como observa Gatti, (2012, p. 31) ao assimilar que [...] "é necessário que os dados e as análises sejam colocadas em contexto, em dadas circunstâncias ou numa conjuntura e não tomá-los em si. Isto é o que nos permite dar sentido, construir significados a partir deles"[209]. Sob essa perspectiva recorrer à abordagem do método dialético se faz necessário para compreender a contradição enquanto ponto de referência para o entendimento da realidade.

3.1 Falas de professores: percurso metodológico

[205] LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2022.
[206] GATTI, B. A. (2012). **A construção metodológica da pesquisa em educação**: desafios. Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação, *28*(1). https://doi.org/10.21573/vol28n12012.36066
[207] OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer Pesquisa qualitativa**. 7º ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: vozes, 2016.
[208] BARROS, José D' Assunção. A **fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
[209] GATTI, B. A. (2012). **A construção metodológica da pesquisa em educação**: desafios. Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação, 28(1). https://doi.org/10.21573/vol28n12012.36066

Quanto à metodologia utilizada na problematização desta seção, optou-se pela coleta de informações em questionários, mesmo tendo ciência dos limites das respostas nesse tipo de instrumento, mas por se adequarem ao tempo da pesquisa e a possibilidade de serem aplicados com professores que apesar de já terem voltado ao ensino presencial pós pandemia faziam parte de uma escola que por conta de uma reforma em sua estrutura se encontravam ainda em atividade remota em setembro de 2022[210].

Apesar do recorte temporal da pesquisa ir até ao ano de 2021, os professores responderam os questionários em um contexto tenso de mudanças na rede estadual, quando a partir do mês de maio de 2022 houve a convocação de aproximadamente 3000 (três mil) novos professores efetivos, o que deixou os professores/monitores em exercício em uma situação latente de instabilidade nos meses que se seguiram, pois apesar de permanecerem com suas atividades na Rede regular de ensino estavam sem saber ao certo o que iria ocorrer com seus contratos ao término do ano letivo de 2022[211].

Acreditamos que aquele contexto no qual os questionários foram aplicados e respondidos influenciou nas respostas dadas pelos colaboradores. Isso se faz importante, pois se pensarmos no que eles expressaram em seus registros enquanto fontes históricas, nos lembramos do conceito de lugar de produção como salienta Barros, (2020, p. 21), observando que,

> ao recorrer ao conceito de "lugar de produção", nosso objetivo será o de refletir sobre a questão bem mais especifica no interior da operação historiográfica, que a percepção de que os próprios textos e materiais que os historiadores toam para fontes históricas também foram produzidos, em sua época, a partir de um lugar que precisa ser compreendido e decifrado pelo historiador.[212]

Por seu turno, os questionários são instrumentos possíveis a serem utilizados na História Oral temática, aquela que segundo Meihy e Seawright (2020, p. 69) "tem sempre um

[210] A pesquisa foi realizada com professores que trabalham em uma escola que apesar da volta as aulas em toda rede pós pandemia do Covid 19 em meados de 2021 não tinha ainda voltado as aulas presenciais, pois a mesma se encontrava em uma reforma que perdurou por todo ano de 2022 tendo o excepcional autorizo de funcionar *online*.

[211] Nesse contexto de convocação de novos professores efetivos a Rede de ensino estadual encaminhou um documento orientando como as escolas receberia os novos professores e como seria realizado a transição com os professores/monitores que estavam atuando. No momento, com a substituição alguns perderam muitas horas aulas. De início não ficou claro sobre como ficaria a lotação dos professores/monitores, depois houve alguns movimentos através do seu sindicato e ficou encaminhado que estes poderiam atuar nos programas de recomposição da aprendizagem instituídos pela rede pós pandemia com uma carga horária de até 20hs.

[212] BARROS, José D' Assunção**. A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

assunto central a ser focalizado e trabalha com versões interpretativas organizadas por redes de colaboradores"[213]. Ou seja, a manifestação dos participantes por meio do questionário diz os autores é a da "memória, enunciada verbalmente", fundamental para observar o que os professores pensam sobre o tema abordado na pesquisa ora presentada.

Nesse sentido para fazer a análise de trechos das falas dos colaboradores segui a lógica da metodologia utilizada no texto O Ensino.com no contexto da Pandemia da Covid-19: percepção de coordenadores-pedagógicos e professores de história do prof. Antônio Alves Bezerra[214] que ao categorizar as falas de coordenadores pedagógicos e professores de História enquanto colaboradores utilizam nomes de árvores e flores para identificá-los, preservando suas identidades. Nesta pesquisa, portanto, os professores serão denominados por nomes fictícios, para assegurar a preservação de suas identidades, conforme veremos logo a seguir.

Doze professores monitores foram convidados previamente a participar do escopo e ao aceitar a autorizaram para o uso das informações da pesquisa, estes colaboradores têm perfis diferentes e tiveram suas identidades preservadas por princípios éticos e metodológicos da pesquisa em questão. Os perfis diferenciados se referem aos diferentes gêneros e/ou orientação sexual, tempo de atuação na rede de ensino, vínculos em outras redes de ensino ou não; ensino de diferentes disciplinas; atuação ou não na rede regular de ensino de Alagoas na condição de professor monitor no momento da pesquisa a fim de entender como os envolvidos a partir de suas diferentes experiências perceberam as implicações da precarização do trabalho docente sob a perspectiva da contratação temporária em sua atuação político pedagógica nas escolas em que trabalham/trabalhavam.

Apesar dos perfis diferenciados os pontos que os unem são: todos os colaboradores atuaram/atuam como professores/monitores da rede Estadual de Alagoas trabalham juntos em pelo menos uma unidade de ensino em que lecionam. As escolas da qual fazem parte como corpo docente são de uma mesma gerência regional[215], seguem as mesmas orientações pedagógicas e determinações institucionais, em todos esses espaços em que atuam convivem professores contratados e professores efetivos, vivendo de forma geral em um mesmo contexto educacional, porém, em condições de trabalho diferenciadas quando se trata de

[213] MEYHY, Luiz Carlos Sebe e SEAWRIGHTS Leandro. **Memórias e narrativas**: história oral e aplicada. São Paulo: contexto, 2020.
[214] ALMEIDA, Anderson da Silva (org**.). O Que vamos contar? Vozes da pandemia:** uma ação de documentar relatos sobre os impactos da Covid-19 em Alagoas (2020). Maceió: EDUFAL, 2021. E-book (95p.). ISBN 978-65-5624-016-9.
[215] A Rede estadual de ensino se organiza administrativamente em 14 Gerências Regionais de Ensino – Geres.

professores/monitores[216].

O quadro abaixo demostra a diversidade dos docentes participes da pesquisa quanto ao seu perfil e área de atuação.

Quadro 8 - Perfil dos professores pesquisados

Disciplinas que atuam	1 em Física 1 em Filosofia 2 em Sociologia 2 em Geografia 1 em História 1 em Matemática 2 em Língua Portuguesa 1 Educação Física 1 Ensino Religioso e Oficina de Produção de Texto
Sexo/orientação sexual	4 professores 8 professoras
Idade/faixa etária	34 a 66 anos
Formação acadêmica	2 professores têm mestrado 6 professores com especializações 4 professores com graduação
Tempo de atuação como monitor no magistério público alagoano	50% (6) dos professores atuam como monitor entre 6 a 10 anos. 16,7% (2) tem de 11 a 15 anos. 16,7% (2) entre 1 a 2 anos. 8,3% (1) com mais de 20 anos 8,3% (1) atua entre 16 a 20 anos.
Regime de trabalho	6 professores são monitores e têm outros vínculos. Uns são professores efetivos da mesma rede e outros tem vínculos com a rede privada de ensino. 4 destes professores só são monitores 2 já atuaram como monitor e não atuavam mais no momento da pesquisa.

Fonte: dados da autora (2023).

Só um professor atua em turma dos anos iniciais do ensino fundamental I; os demais são licenciados nas diversas disciplinas e atuam em turmas dos anos finais do ciclo II e do Ensino Médio. A maioria dos colaboradores atuam com carga horária de 20 a 40 horas semanais podendo chegar a 60 horas de trabalho semanal. Dos seis professores que atuam em mais de uma rede de ensino, cerca de 75% é na própria rede estadual, mantendo, portanto, a atuação com os dois vínculos, o efetivo e também o de monitor, os outros estão vinculados a rede privada ou municipal de ensino. Os mesmos estão lotados em no mínimo duas escolas podendo chegar a três ou quatro unidades de trabalho.

[216] As realidades diferenciadas se referem ao contexto sócio econômico onde a escola está inserida, número de estudantes atendidos e as diferenças relativas ao clima escolar e as vivencias em seus espaços, aspectos ligados as condições de trabalho e a Gestão escolar.

Não há como não observar que em nossa pesquisa 8 dos 12 professores colaboradores são mulheres, portanto, constatando o que diversos autores já abordam, que prevalece na profissão docente a presença quase que majoritariamente feminina. Borges, (2020, p. 71) ao tratar da relação trabalho, precarização e adoecimento docente se reporta a pesquisas realizadas sobre o tema e traz dados sobre a feminização da profissão docente:

> Um dado comum em todas as pesquisas reportadas é a constatação da presença massiva de mulheres no exercício docente, o que demonstra que os trabalhadores da educação constituem de fato, até a atualidade, uma categoria essencialmente feminina.[217]

Nesse sentido, não devemos esquecer que a atuação das mulheres na profissão docente muitas vezes esteve ligada a vocação e ao espirito materno junto ao ato de educar e que sendo assim, as mulheres acumulam junto as suas outras obrigações com a casa e os filhos uma carga de obrigações bastante extrema.

O instrumento questionário foi elaborado com recursos virtuais, utilizando o formato de formulários do *google* o que viabilizou a consolidação de alguns dados. Os mesmos foram enviados de forma *online* compartilhando seu link com os docentes junto a um texto que explicava a natureza da pesquisa e seu objetivo, afirmando a importância da participação e da valiosa contribuição dos professores participantes[218].

A elaboração dos questionários, assim como a construção das questões seguiu previamente o planejamento da pesquisa e contou com a escolha de eixos temáticos importantes para alcançar os objetivos relevantes na construção desta seção. As questões foram abertas, com respostas curtas ou longas, fechadas e/ou de múltipla escolha possibilitando a marcação de várias alternativas conforme a pergunta que se fazia no sentido de viabilizar a sistematização e análise dos dados obtidos. A cada questão foi deixado um espaço intitulado ‘outros’ para registro de outras questões não abordadas nas alternativas. Nesse sentido, alguns procedimentos foram necessários: seleção mediante perfil e contato

[217] BORGES. Kamylla Ferreira. **Trabalho, precarização e adoecimento docente.** 1ºed. Curitiba: Appris, 2020.

[218] O texto enviado aos participantes foi: Você está sendo convidado a participar e uma pesquisa a nível de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História PPGH - UFAL, proposta pela mestranda Erica Mali Rosas Silva, e que tem como objetivo observar as implicações político pedagógicas na atuação dos professores monitores na rede estadual de Ensino de Alagoas. Para participar da pesquisa você terá que responder a um questionário contendo algumas perguntas abertas e fechadas. Todos os procedimentos para a garantia da confidencialidade aos participantes serão observados, procurando evitar descrever informações que possam lhe comprometer de acordo com a Resolução nº 510 (dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais) e a Lei nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Todos os dados pessoais serão preservados no momento de categorização, caso autorize o uso das informações aqui questionadas para os fins da pesquisa.

com os entrevistados, cuidados procedimentais no envio e respostas dos questionários, acompanhamento das respostas por parte dos docentes participes e observação prévia das respostas obtidas.

As questões dos questionários foram organizadas e sistematizadas a partir da tríade que compõe, segundo a pesquisa, a precarização do trabalho docente: jornadas, contratos e carga horária com o intuito de observar as possíveis implicações do fazer docente dos professores em regime de contratos temporário. Acreditamos que é a partir desse tripé que outros elementos ligados a precarização do trabalho docente se reverberaram: trabalho exausto, exagero de demandas pedagógicas, instabilidade, tensão física e emocional, perdas de direitos, adoecimento, dentre outros.

Compreendendo que todos os colaboradores que estavam respondendo o questionário eram professores em regime de contrato temporário de trabalho, os questionários abordaram as seguintes seções: i) identificação dos professores/monitores, (dados relativos a carga horária, anos de atuação, sexo, disciplina que lecionava, vínculos de trabalho); ii) salários; iii) atuação como professor/monitor na rede estadual de Alagoas; iv) convivência e socialização no espaço escolar; v) monitoria e políticas educacionais; vi) monitoria e participação sindical e um espaço com perguntas abertas para registro de outras percepções[219].

Observando o instrumento de pesquisa não aborda de forma especifica o aspecto ligado as questões curriculares quando pensamos a dimensão da precarização e a atuação de professores em exercício. Mas, acreditamos que estas questões estão ligadas diretamente ao fazer dos professores e que contribuem com o aumento de sua carga de trabalho, reforçando ainda mais a ausência de condições de trabalho, o que gera precariedade do trabalho docente, objeto do presente estudo. Entendemos, ainda, como a precarização na docência envolve tudo que está ligado as suas condições de trabalho, principalmente aquelas ligadas às relações empregatícias utilizando-se da contratação de trabalho, as condições salariais, as jornadas de trabalho, as relações profissionais e a instabilidade funcional.

Por fim, entende-se, que o aspecto da atuação político-pedagógico docente não acontece somente nas práticas de sala de aula e nos currículos, mas, sobretudo, nas condições de trabalho vividas cotidianamente, entendendo que tais condições permitem ou cerceiam práticas e formas docentes de atuar. “Educar é um ato político” (Freire, 1980.p.)[220], a

[219] O conteúdo dos questionários seguiu blocos de perguntas que foram guiadas pelas categorias: trabalho docente precário, atuação política e pedagógica e educação neoliberal.
[220] FREIRE, Paulo. "A EDUCAÇÂO é um ato político". **Cadernos de Ciência**, Brasília, n. 24, p.21-22, 1991.

dimensão política e pedagógica se refere a pensar na compreensão da realidade que os professores/monitores tem sobre o ato de ensinar, como percebem a não garantia de seus direitos, suas lutas, como vão se constituindo professores contratados na rede estadual de Alagoas.

Como forma de sistematização das informações coletadas, trabalhamos as respostas dadas na pesquisa a partir dos estudos de Oliveira, 2016[221] que propõe a organização dos dados em um quadro analítico que expõe as categorias teóricas da pesquisa, as categorias empíricas e as unidades analíticas como forma de sistematizar os dados da pesquisa.

A referida autora conceitua categorias teóricas como aquelas que são definidas a partir da bibliografia utilizada para a pesquisa, àquelas que se referem aos principais temas ao qual o corpo documental esta referenciando traz, delineadas a partir das leituras e que dá sustentação teórica a pesquisa. A mesma estabelece enquanto categorias empíricas aquelas que a partir da definição do tema e das leituras da pesquisa indicam os instrumentos possíveis para a pesquisa de campo, que irão levantar os dados do contexto estudado. Conceitua ainda, como unidades de análise como as informações que emergem da pesquisa a partir de uma sistematização das respostas. Nas palavras de Oliveira, (2016, p. 100):

> As *categorias empíricas* são assim chamadas porque estão relacionadas com a *pesquisa de campo* (instrumentos de pesquisa). Já as *unidades de análise* dizem respeito aos *dados obtidos* (fala dos atores sociais) através da aplicação dos questionários e/ou realização de entrevistas.[222]

Dessa forma, depois de realizar uma análise prévia das respostas dadas nos 12 questionários seguimos a orientação de Oliveira (2016) no sentido de classificar as informações, identificando como se configura nesta pesquisa as matrizes teóricas, empíricas e as unidades analíticas conforme o quadro abaixo:

Quadro 9 – Categorias teóricas, empíricas e unidades de análise da pesquisa

CATEGORIAS TEÓRICAS	CATEGORIAS EMPIRICAS	UNIDADES DE ANÁLISE
Trabalho docente precário.	Salários.	Diferenças salariais entre professores monitores e professores efetivos.
		Insatisfação entre os

[221] OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer Pesquisa qualitativa**. 7º ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
[222] Idem, grifos da autora.

		vencimentos recebidos e o trabalho realizado.
Atuação política e pedagógica.	Atuação como monitor na Rede Estadual de ensino de Alagoas.	Oportunidade de emprego.
		Desarmonia na relação salário e demandas pedagógicas.
		Recebimento das horas de HTPC e melhoria dos salários.
	Convivência e socialização entre professores monitores e professores efetivos.	Diferenças entre professores efetivos e monitores.
		Prejuízo pelos vínculos de contratos temporários.
Educação neoliberal.	Monitoria e políticas educacionais.	Instabilidade dos contratos temporários.
		Percepções acerca das políticas neoliberais de precarização do trabalho docente.
	Monitoria e participação sindical	Ausência da filiação aos sindicatos.
		Presença de pautas reivindicatórias. e importância do sindicato.

Fonte: dados da autora (2023).

O quadro foi organizado depois de uma minuciosa observação das respostas dadas as perguntas que foram feitas aos professores colaboradores e resume os temas que mais sobressaem em seus registros. As categorias teóricas, trabalho docente precário, atuação política e pedagógica e educação neoliberal exarados no quadro acima tratam sobre os principais temas desta pesquisa. Sobre o trabalho docente precário o instrumento abordou sobre os salários e suas nuances, já em relação à atuação política e pedagógica docente, foi questionado acerca da atuação docente como monitor na rede estadual de ensino e sua convivência e socialização entre professores monitores e efetivos. Em relação a educação neoliberal foi visto a relação entre monitoria e as políticas educacionais e monitoria e a participação sindical, nas unidades de análises vemos os temas que mais se destacam no que é dito pelos professores/monitores.

A partir da abordagem do método dialético analisar os aspectos que emergiram das falas dos professores torna-se uma das prerrogativas dessa seção ao analisar a percepção da realidade vivenciada por professores/monitores no contexto de precarização na rede de ensino estadual. As análises das respostas dos questionários serão cuidadosamente analisadas conforme as informações registradas pelos colaboradores, atentando-se ao que os sujeitos da pesquisa expressaram em seus questionários face aos aspectos da temática questionada. A intenção, portanto, é analisar a percepção dos professores acerca das implicâncias, em sua atuação profissional e seu fazer pedagógico na condição de ser professor em regime de contrato de trabalho temporário considerando o que é permitido e interditado em sua atuação

no âmbito das escolas de Educação Básica no estado de Alagoas enquanto professores. Sobre isso Gatti, (2012, p. 30), observa:

> A questão central na busca de informações dados, indícios, para determinada pesquisa, não está totalmente e rigidamente vinculada somente à técnica utilizada, mas ao processo de abordagem e compreensão da realidade, ao contexto teórico-interpretativo, portanto, às formas de pensar, de refletir sobre os elementos a reunir ou já reunidos para responder ao problema da pesquisa. Uma questão de perspectiva, de concepção, de postura diante da realidade e do conhecer.[223]

Sob a perspectiva desta autora, me coloco na posição de pesquisadora considerando a importância na análise dos dados a partir do meu vínculo com o tema pesquisado, mas atenta ao fato de que é a realidade posta pelos atores sociais que devemos analisar e levantar nos esforços interpretativos, nesse aspecto, Ludke e André, (2022, p. 5):

> O papel do pesquisador é justamente o de servir como veículo inteligente e ativo entre esse conhecimento construído na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa. É pelo seu trabalho como pesquisador que o conhecimento específico do assunto vai crescer".[224]

Nesse sentido, procura-se na análise levantar elementos que nos permitam compreender como se dá a configuração do trabalho de professores monitores na Rede estadual de Ensino de Alagoas a partir de algumas perguntas: quais são as implicações na atuação político e pedagógica desses professores? Os professores/monitores que atuam na Rede estadual de ensino tem clareza da relação de trabalho precarizada na qual estão envolvidos? Ou esse é um 'tema difícil' para estes e por isso não tensionado entre os profissionais?

Observa-se essas questões a partir das vivências e experiências relatadas pelos participantes desta pesquisa, evidenciando especialmente a experiência dentro do conceito de Thompson (1981), tratado nas seções anteriores, aquela que é relatada e vista pelo olhar de quem vive.

Por uma questão metodológica e didática, a análise seguirá a ordem de cada unidade de análises elencadas no quadro 7, quando as análises serão feitas em cada das três subseções

[223] GATTI, B. A. (2012). **A construção metodológica da pesquisa em educação**: desafios. Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação, 28(1). https://doi.org/10.21573/vol28n12012.36066.
[224] LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2022.

nesta analisa-se categorias teóricas e seus desdobramentos, ou seja, suas categorias empíricas e suas unidades de análises observando em cada bloco a partir das perguntas feitas o que implica no trabalho dos docentes em regime de contrato temporário.

O quadro 10 reproduz algumas informações já trazidas no quadro 8, sendo que neste momento estas se apresentam agora de forma individualizada constando os nomes utilizados para os professores/as participantes da pesquisa ao analisar suas falas e algumas outras informações sobre cada um:

Quadro 10 – Nome e caracterização dos docentes partícipes da pesquisa

NOME DADO AOS PROFESORES NA PESQUISA	CARACTERIZAÇÃO DOS PROFESSORES
Antônio	Do sexo masculino 39 anos, tem entre 11 a 15 anos de docência como professor/monitor tendo de 20 a 30 horas semanais em quatro escolas, só atua na rede estadual, sendo efetivo também.
Alice	Do sexo feminino, tem 49 anos, especialização. Possui de 6 a 10 anos como professora/monitora com de 20 a 30 horas semanais em duas escolas, é efetivo e professora/monitora da rede.
Vitória	Do sexo feminino, tem 52 anos. Tem especialização, tem de 6 a 10 anos de docência. Além de professor/monitora atua também na Rede Privada. Possui de 20 a 30 horas semanais em duas escolas estaduais.
Mônica	Do sexo feminino tem 50 anos, especialização, mais de 20 anos de atuação na rede estadual como professor monitor tem de 20 a 40 horas semanais e leciona em duas escolas estaduais.
André	Do sexo masculino, tem 35 anos, atua entre 6 a 10 anos como professor monitor com 30 a 40 horas em três escolas, atua também na rede privada.
Mariana	Do sexo feminino, tem 66 anos, possui especialização, atua entre 16 a 20 anos, não tendo outros vínculos com carga horária de 40 a 50 horas em duas escolas estaduais.
Cristina	Do sexo feminino, 51 anos, atuou de 1 a 2 anos como professor/monitor, tendo de 30 a 40 horas semanais em três escolas estaduais, tem especialização e é efetivo da Rede Estadual.
Andréa	Do sexo feminino, tem 62 anos, atua de 6 a 10 anos, só como monitora no ensino médio, aposentada de uma rede municipal.
Geraldo	Do sexo masculino, tem 49 anos atuou durante 6 a 10 anos em duas escolas da rede como professor/monitor, é professor efetivo, leciona no Ensino

	Fundamental II, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos.
Luiza	Do sexo feminino, tem 34 anos. Atuou entre 11 a 15 anos como professora/monitora com 30 a 40 horas semanais em duas escolas. Não tem outros vínculos, é efetiva da Rede Estadual.
João	Do sexo masculino, tem 35 anos, mestrado, atua entre 1 a 2 anos como professor/monitor em duas escolas, é também efetivo da rede.
Aurora	Do sexo feminino, tem 36 anos, mestrado. Atuou entre 6 a 10 anos como professor/monitor. Com até 20 horas em 3 escolas, é também efetiva da Rede Estadual..

Fonte: dados organizados pela autora partir das respostas dos professores aos formulários (2023).

Consideramos que a pesquisa trata do contexto da precarização do trabalho de docentes em regime de contrato de trabalho e que por isso as questões cotejadas em cada bloco de questões não são isoladas, portanto, estão interligadas e se inter-relacionam entre si. A partir das necessidades de pesquisa as análises foram ampliadas à medida que recorrermos a alguns teóricos, tais como: Antunes (2020); Oliveira, (2015); Oliveira, (2019); Silva, (2020); Ferreira, (2017); Pereira (2022), Tardif (2014) e outros que dialogam com a temática em questão.

3.2 Trabalho docente precário

Sob a perspectiva desta categoria de análise do ponto de vista teórico e a partir da categoria empírica, salários, temos duas unidades de análises: a primeira trata das diferenças salariais entre professores/monitores e professores efetivos e a segunda reporta-se sobre a insatisfação entre os vencimentos recebidos e o trabalho realizado no âmbito das escolas.

As questões respondidas pelos colaboradores[225] focam as possíveis perdas salariais dos professores monitores se comparados aos ganhos de um professor efetivo observando as diferenças, bem como a sua satisfação e representatividade se comparados aos vencimentos salariais de um professor efetivo. Assim, as respostas revelam que 9 professores afirmaram não ter perdas salarias se comparados aos vencimentos de um professor monitor e um

[225] No que tange a primeira categoria de análise fizemos cinco indagações: há perdas entre os vencimentos salariais recebidos por você se comparados aos de um professor efetivo? Em sua opinião, quais foram suas perdas salariais em relação a um professor efetivo? Você percebe que existem diferenças salariais entre professores efetivos e monitores? Sobre os seus vencimentos salariais enquanto monitor: Está satisfeito? Se não estiver, justificar a sua resposta. O que você ganha como monitor (a) representa quanto do total do seu salário?

professor efetivo. Dos 12 professores participes da pesquisa três deles afirmaram que há perdas de vencimentos, conforme trecho da fala do professor *João*: "O valor final do salário entre monitores e efetivos são diferentes"[226]. Ao observamos as respostas fica expresso que os professores que afirmam ter perdas salariais fazem relação entre o que recebem e as demandas pedagógicas que realizam bem como com a carga horária trabalhada

Ao me reportar ao nível de satisfação dos docentes entrevistados quanto aos vencimentos, nenhum professor se encontra totalmente satisfeito, porém, as respostas se dividiram em entre não estar satisfeitos, pois o salário não é compatível com o trabalho que realiza e a carga horária trabalhada e estar relativamente satisfeito. O trecho que segue é da professora *Vitória* e é indicativo da insatisfação com a profissão e/ou a condição de trabalho, segundo a professora, "O trabalho é exaustivo e há cobranças sem fim, redução de salário sempre acompanhado de descontos absurdos. Não estou satisfeita, pois não é compatível com o trabalho que realizo e a carga horária trabalhada"[227].

A partir da resposta da colaboradora observa-se que há na sua insatisfação uma relação pelos docentes entre os salários recebidos e a carga horária trabalhada; o volume de trabalho e os descontos, considerados na maioria abusivos, tendo este uma relação necessária com os vencimentos recebidos, pois consideram aspectos importantes que contribuem com o valor do trabalho e não uma lógica utilitarista de pensar o trabalho revertido apenas no valor do salário sem considerar a carga horária trabalhada, descontos e o trabalho realizado.

Chama a atenção as repostas dos professores que afirmam não ter diferenças salariais, portanto, revelando relativa satisfação com os salários que recebem. O professor *João* assina em trechos de suas respostas, o seguinte: "Quando comparado a instituições da rede privada, se percebe que a monitoria atualmente paga um valor mais justo"! Já o professor *Geraldo* aponta que: "Quando eu trabalhava não existia a hora de HTPC para os monitores, mas hoje no estado já tem esse reconhecimento, porém os municípios continuam com a desvalorização e a ausência do HTPC"[228] em seus contratos de professores.

Os trechos de posicionamentos dos colaboradores revelam aspectos importantes, a diferença entre os recebimentos salariais na rede Estadual e em outras redes municipais do estado de Alagoas e instituições da rede privada, afirmando que a monitoria estadual paga um valor justo comparado a essas outras redes. O fato traz um dado interessante, que é perceber

[226] O professor João tem 35 anos, mestrado, atua entre 1 a 2 anos como professor/monitor em duas escolas, é também efetivo da rede, pois passou recentemente em concurso público.
[227] A professora Vitória tem 52 anos. Tem especialização, atua entre 6 a 10 anos de docência. Além de professor/monitora atua também na Rede Privada. Possui de 20 a 30 horas semanais em duas escolas estaduais.
[228] Professor Geraldo tem 49 anos atuou durante 6 a 10 anos em duas escolas da rede como professor/monitor, é professor efetivo, leciona no Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos.

que o avanço do pagamento das horas de HTPC traz um reconhecimento para o professor monitor e consequentemente um aumento salarial colocando-o numa situação de valorização em relação a outros tipos de contratos, conforme expressa os depoimentos acima citado. Pensando assim os professores esquecem que o a carga horária referente a um terço da hora aula referente ao HTPC é um direito exarado na LDB de 1996 e desta forma o estado está só cumprindo a lei a partir dos contratos de 2018, uma vez que nos anteriores a este descumpria a referida lei.

Nota-se que quando uma maioria de professores partícipes da pesquisa, mesmo em situação contratual temporária acha que não há perdas salariais entre seus vencimentos comparados a de um professor efetivo e que mesmo assim está em situação de vantagem comparada a outras situações, se faz necessário analisar esta questão, nesse caso eles comparam a situação em relação a salários com outras redes de ensino em condições contratuais piores e não com a situação com os professores efetivos da mesma rede.

Nesse aspecto, o pagamento de horas referentes a um terço da carga horária relativo ao HTPC é uma garantia de direito previsto na LDB de 1996 que em muitas redes ainda não é garantido o pagamento aos professores em contratos temporários dessas horas, essa questão na rede estadual de ensino de Alagoas é um avanço, pois nem sempre houve essa garantia de pagamento das horas trabalhadas em HTPC e HTPI. Estas horas destinadas ao planejamento pedagógico coletivo e individual só foram garantidas na rede estadual a partir do edital de seleção de 2015, permanecendo, portanto, em média mais de quinze anos sem ser pago aos professores/monitores.

Este aspecto sem dúvida impacta nos salários dos professores/monitores e difere as redes de ensino colocando a rede estadual de Alagoas em um patamar diferenciado, porém não deve ser compreendido como valorização ou reconhecimento e sim, como cumprimento da garantia de direitos previstos em Lei. Este fato nos faz pensar que entre os aspectos de precarização das condições de trabalho conseguimos encontrar níveis de precariedade entre os que pagam horas de HTPC e os que não pagam, e que nesse sentido compara-se uma situação de precarização com outra de igual precarização tomando como referência os vencimentos salariais, conseguindo afirmar que uma é melhor do que a outra.

Sem dúvida é crucial receber as horas relativas a um terço de trabalho, mas estas, só chegaram depois de uma luta travada pela categoria para garantia desses direitos e comparar facilmente essa situação com outra de igual precarização, a de professores em igual regime de contrato que não recebem essas horas conseguindo afirmar que uma é melhor do que a outra é no mínimo deixar de ampliar o olhar para a questão geradora: os direitos negados a partir das

relações de contratos de trabalhos temporários e suas nuances na prática, bem como reconhecer que não há dúvidas, como já analisamos na seção II, que há significativas diferenças salariais entre professores/monitores e efetivos.

Nesse sentido, "o valor mais justo" dito pelo professor *João* em seu relato, pago aos monitores da rede estadual de Alagoas é refletido na garantia de um direito, negado se comparado a outras situações[229] contratuais. Consideramos a questão salarial como uma condição basilar para a manutenção da profissão, afinal, é sobre o que ganhamos que pagamos as nossas contas, mas, também não temos como negar que esse aspecto isolado pode camuflar uma situação de precariedade de trabalho, afinal podemos ganhar um valor que achamos justo e estarmos em uma situação de instabilidade constante com perdas de horas, contratos que podem não ser renovados e salários que de forma repentina podem ser reduzidos e não mais garantidos, como se confirma na situação analisada. É sobre este deslocamento de olhar que precisamos atentar, pois, o que Zafalão, (2021, p. 41) observa ao pesquisar algumas interfaces da rede de ensino de São Paulo, contribui com a realidade do *locus* desta pesquisa:

> Os diferentes contratos de trabalho – efetivos, estáveis, temporários e intermitentes – constroem hierarquias entre os professores e as professoras, não só salariais e contratuais, mas de identidades profissionais. Para o mesmo trabalho e responsabilidades, são construídas diferentes condições de trabalho, o que promove maior precarização do trabalho e do emprego.[230]

Afinal, o trabalhador não pode só pensar em trabalhar, estar empregado e ganhar dinheiro, há outras dimensões necessárias, inclusive compreender como se dá o mundo do trabalho e suas relações como assinala Antunes, (2020, p. 28):

> O trabalho é também uma *atividade vital e omnilateral*. Mas, quando a vida humana se resume *exclusivamente ao trabalho* – como muitas vezes ocorre no mundo capitalista e em sua *sociedade do trabalho abstrato* -, ela se converte em um mundo penoso, *alienante, aprisionado e unilateralizado*. É aqui que emerge uma constatação central: se por um lado necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador e transformador, por outro

[229] Os contratos temporários nas redes municipais do estado de Alagoas a meu ver é uma pauta que precisa ser observada se apresentando como uma forte demanda de pesquisa pelo aspecto de precariedade que podem apresentar. As redes municipais não garantem muitos direitos previstos em Lei que a rede estadual mesmo com contratos temporários consegue garantir, isso gera um diferencial passível de comparação por parte dos professores levando a ideia que na rede estadual os contratos são melhores, sendo esses almejados por parte de muitos professores.

[230] ZAFALÃO. João. **Do que adoecem os professores e as professoras?** 1º ed. São Paulo: Usina editorial, 2021.

> devemos recusar o trabalho que explora, aliena, e infelicita o ser social, tal como o conhecemos.[231]

Outras questões devem ser levadas em consideração em relação às diferenças salariais não observadas pelos professores/monitores, sujeitos desta pesquisa, como por exemplo, a ausência de um Plano de Cargos e Carreiras para os professores em regime de contrato, fato que desconsidera o nível de formação (progressão vertical) dos professores e seus anos de atuação (progressão horizontal) na rede, acarretando desvalorização profissional e a certeza de déficits nos seus salários. Dessa forma, os professores/monitores podem até receber inicialmente igual a um professor efetivo, porém observando a carreira nunca será igual, pela ausência da aplicação do percentual referente a cada nível ao longo da permanência na carreira.

Para além das percepções reveladas pelos docentes colaboradores desta pesquisa não há dúvida de que há diferenças salariais entre os docentes com diferentes vínculos na carreira/função, conforme reflexões da seção II. Estas diferenças salariais foram também problemáticas de pesquisa na mesma rede de ensino apresentada por Pereira, (2022, p. 81), em que afirma: "[...] além da precarização das garantias e direitos, esses professores monitores ainda são remunerados de forma inferior aos professores/estatutários e, pior, recebem abaixo do piso nacional do Magistério"[232]. A pesquisadora ao estudar o tema da precarização na mesma rede de ensino comprova que há sim significativas perdas salariais comparando vencimentos de professores efetivos e professores/monitores.

Contribui, também, nesse aspecto a pesquisa de Gomes, (2017, p. 65) quando afirma:

> Outro elemento significativo na situação dos professores contratados em Alagoas é a questão salarial, onde, durante o ano de 2014, ano em que foi desenvolvido o estudo (GOMES, 2014), os professores efetivos recebiam R$ 1.224.07 por 20 horas semanais e, os professores-monitores recebiam R$ 928,00, ou seja, uma diferença salarial de 296,07 mensais e de 3.552,84 por ano.[233]

Os excertos aqui citados não deixam dúvidas das diferenças salariais entre os professores contratados e efetivos, porem quando os salários recebidos como

---

[231] ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Grifos do autor.

[232] PEREIRA. Maria Betânia Nunes. **Precarização do trabalho docente na Rede Estadual de Ensino de Alagoas** (2013 a 2021). 2021.

[233] GOMES, Thayse. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil**: implicações para a categoria docente. 2017. 160p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

professor/monitor representam até 50% dos vencimentos de muitos professores e a maioria considera que não há perdas salariais observando apenas os vencimentos comparando a outras redes de ensino sem fazer uma leitura acurada sobre a questão. Assim, percebemos que os professores monitores precisam ver a questão de outra forma, pois sob essa perspectiva, as questões salariais terminam mascarando outras questões inerentes à precariedade do trabalho docente.

3.3 Atuação política e pedagógica

Para refletir acerca da atuação dos professores/monitores temos duas categorias empíricas observadas nesta pesquisa. Na primeira, analisaremos a atuação como monitora na Rede Estadual e na segunda trataremos de observar sobre a convivência e socialização entre professores monitores e professores efetivos.

Sobre esse aspecto emergiram das respostas[234] três unidades de análises, que revelam questões relacionadas à oportunidade de emprego e vínculo empregatício, a desarmonia na relação salário e demandas pedagógicas e ao recebimento relativo às horas de HTPC e melhoria de salários.

Ao serem questionados por que se tornaram monitores, os dados da pesquisa revelam que a atuação como monitor representa principalmente oportunidade de emprego, sendo a monitoria muitas vezes o início da carreira e o primeiro emprego. Outra possibilidade de se tornar professor monitor é pela ausência de outras oportunidades de trabalho, como por exemplo, a ausência de concursos públicos em outras redes municipais ou aprovação nos concursos públicos que participaram. Dentre os colaboradores sete professores fizeram entre dois a quatro dos cinco concursos públicos que houve no período de 2000 a 2021 e passaram em pelo menos um; dos outros, seis professores, quatro fizeram um único concurso para professor, não passaram e nem tem vínculo de emprego público, e outros dois não fizeram nenhum concurso, um desses tem um vínculo público municipal.

Apesar das queixas da ausência de concurso para professores dos que ocorreram muitos não fizeram ou não passaram e este fato nos faz mais uma vez pensar em condições de

[234] Analisando a primeira categoria empírica, sobre a atuação como professor/monitor na rede Estadual, as perguntas realizadas foram: por que se tornou monitor (a)? Descreva como você vê a relação entre o salário recebido enquanto monitor em relação às demandas pedagógicas a serem realizadas e à carga horária dada semanalmente. Você fez algum do concurso público para a Rede Estadual realizados no período de 2000 a 2021?

trabalho. Será que um professor com uma carga horária de trabalho exaustiva tem condições minimamente adequadas para estudar e participar de algum tipo de seleção de concurso público, em face de elevados níveis de concorrências? Nesse sentido a monitoria, sequestra à docência, quando deixa os professores/monitores em formas instáveis de atuar, permanecendo ao longo de anos em regime de contratos temporários e na incerteza de conseguir passar em um concurso público, inclusive na própria rede de ensino de Alagoas. Outro ponto importante é que ao observamos os últimos editais de concursos públicos vimos que estes são realizados por instituições gabaritadas em certames nacionais como a Cespe/UNB (2013)[235] a Cebraspe (2017 e 2021)[236], que utilizam critérios baseados em concursos com alta concorrência, uma vez que os últimos concursos têm um número grande de inscrições. Dessa forma não é só preciso estudar e ter domínio dos conhecimentos requeridos nos concursos mais os candidatos precisam se atentar a cláusulas dos editais que determinam, por exemplo, a eliminação de uma questão certa a cada questão marcada errada na prova.

A prática de monitoria não é o ideal para os professores iniciantes, porém, diante da realidade do estado esta se torna a oportunidade de inserção do profissional na docência. Isto indica que a rede estadual de ensino de Alagoas por sua dimensão "oportuniza" inserção para uma quantidade expressiva de docentes que já iniciam sua atuação em sala de aula sob essas condições precarizadas de trabalho permanecendo por anos muitas vezes por falta de absorção de outra rede de ensino. A rede estadual de Alagoas por atender quase que prioritariamente os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio e por seu porte em número de unidades escolares e salas de aulas absorve um elevado número de docentes das diversas áreas do conhecimento para atuar em suas salas de aulas. Ao contrário das redes municipais de ensino que absorvem em sua maioria professores dos anos iniciais, que atuam sozinhos em uma sala de aula.

Quanto à relação entre salários e as demandas pedagógicas a cumprir e carga horária semanal dos professores em exercício, as respostam evidenciam que há uma demanda exaustiva de trabalho pedagógico, evidenciando forte discurso quando se trata dos salários recebida, admitindo-se em alguns casos avaliação positiva em relação aos salários. Como evidencia os trechos dos questionários dos professores colaboradores que seguem *Antônio*, "o salário atual compensa"[237]; para a professora *Mônica* "Hoje a contratação valorizou a mão de

[235] Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília.
[236] Centro de Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos.
[237] O professor Antônio tem 39 anos, tem entre 11 a 15 anos de docência como professor/monitor tendo de 20 a 30 horas semanais em quatro escolas, só atua na rede estadual, sendo efetivo também.

obra"[238]. *André* aponta que "hoje está igualitária, onde os monitores ganham mais próximo do efetivo, possuindo os mesmos direitos"[239], *Mariana* observa que "O salário está correto, pois no passado era muito complicado a diferença de salário"[240], entretanto segundo a professora *Aurora*, atualmente nota-se "um regime de salário igual aos dos efetivos"[241]. Como vemos são posições positivas em relação aos salários que provavelmente fazem relação ao início do pagamento das horas do HTPC.

Nota-se nos trechos de falas dos colaboradores nexos direto não só com a precarização do trabalho docente mais também faz comparativo das melhorias salariais com as demandas pedagógicas na atuação dos professores/monitores. Mesmo perguntando nos questionários sobre as demandas pedagógicas que os professores/monitores têm a realizar, eles fazem uma relação direta com os salários, continuando a afirmar que o salário compensa, que não é tão ruim, que está correto, que há uma valorização dos professores, pois equipara ao salário dos professores efetivos.

Tomando as questões trazidas por amostragem dos colaboradores, entende-se que como a atuação em regime de contrato temporário remonta mais de vinte anos, sem desconsiderar o fator precarização do trabalho docente em Alagoas, ainda é uma oportunidade de atuação docente para muitos professores. Não obstante eis a contradição na fala de Antunes, (2020, p. 27)

> [...] nosso desafio primeiro é compreender o trabalho em sua *forma de ser contraditória*: mesmo quando é marcado de modo predominante por traços de alienação e estranhamento, ele expressa também em alguma medida, coágulos de *sociabilidade* que não são perceptíveis particularmente quando comparamos a vidas dos homens e mulheres que trabalham com a daqueles que se encontram desempregados.[242]

Observamos, ainda, que sobre as questões salariais o fator tempo demarca nas respostas os avanços das condições contratuais. Os trechos de falas dos colaboradores sequencialmente são dos professores *Mônica* e *André* e joga luzes no que se refere à marcação de tempo, eles assinalam que: "hoje a contratação valorizou a mão de obra" e "hoje está

[238] A professora Mônica Do sexo tem 50 anos, especialização, mais de 20 anos de atuação na rede estadual como professor monitor tem de 20 a 40 horas semanais e leciona em duas escolas estaduais.
[239] O professor André tem 35 anos, atua entre 6 a 10 anos como professor monitor com 30 a 40 horas em três escolas, leciona também na rede privada de ensino.
[240] A professora Mariana tem 66 anos, possui especialização, atua entre 16 a 20 anos, não tendo vínculos com outras redes, tem carga horária de 40 a 50 horas em duas escolas estaduais.
[241] A professora Aurora tem 36 anos, possui mestrado. Atuou entre 6 a 10 anos como professor/monitor, tendo até 20 horas em 3 escolas, é também efetiva da Rede Estadual.
[242] ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Grifos do autor.

igualitária, onde os monitores ganham mais próximo do efetivo, possuindo os mesmos direitos".

O tempo expressado nas falas dos colaboradores no presente, apropriando-se do "hoje", do agora, portanto do presente reportando-se ao mês de setembro de 2022, a comparação com um passado recente é possível ao considerarmos que muitos têm mais de sete anos de atuação enquanto professor/monitor, portanto experienciaram condições salariais aviltantes se comparados ao momento das entrevistas. A fala da professora *Cristina* é categórica ao afirmar que: "No passado era muito complicado a diferença de salário. Mas hoje conteve um regime de salário igual aos dos efetivos"[243], ponto também endossado no trecho de fala da professora Aurora:

> No período em que fui monitora não recebíamos pelas horas trabalhadas no departamento para o planejamento que obrigatoriamente tínhamos que cumprir na Escola, diferente do que ocorre hoje onde o monitor tem uma carga horária já prevista para formação e planejamento e recebe por ela.

Não podemos esquecer que estamos pesquisando um processo histórico que dura mais de 20 anos na política educacional alagoana e que ao longo desse tempo passaram vários governadores e secretários de educação quando por meio dos seus atos e despachos essa política de contratação docente foi se configurando e se perpetuando até a atualidade. Os editais para a seleção de professores/monitores avançaram a cada edição e garantiram, como já abordado anteriormente, com o passar do tempo maiores jornadas de trabalho a cada abertura ou renovação de contrato ampliando vagas e fazendo cumprir a permanência da política de contratos temporários na rede regular de ensino do estado e Alagoas, absorvendo cada vez mais os professores em início de carreira com jornadas ampliadas, criando uma cultura de admissão fora dos parâmetros dos concursos de provas e títulos.

Mais uma vez as respostas dos colaboradores demostram a importância ao avanço no que tange garantias de direito de horas pagas do HTPC, isto significa realmente que os professores/monitores consideram um ganho a frente no processo de reconhecimento da categoria docente, quando estes até 2015 cumpriam com todas as demandas relativas a reuniões, planejamentos e formações sem receber, por estas horas de trabalho. De certo modo esse acréscimo no pagamento docente incide em um incremento no salário mais talvez se configure em dispositivos que mascare a realidade para os professores invisibilizando outros importantes aspectos ligados à sua atuação profissional no âmbito da Seduc/Al. Ou seja, de

[243] A professora Cristina, 51 anos, atuou de 1 a 2 anos como professor/monitor, tendo de 30 a 40 horas semanais em três escolas estaduais, tem especialização e é efetivo da Rede Estadual.

um lado nota-se uma política de precarização do trabalho ofertando vagas em regime de contrato temporário e do outro, um significativo número de professores que necessitava se colocar à disposição do trabalho docente conforme demandas da própria Seduc/AL.

Ao didatizar a relação de trabalho envolvendo professores e Seduc/AL observa-se advindos dos professores buscando oportunidades para se inserir na docência em meio ao contexto crítico de oportunidades de trabalho precarizado face à política de contratação temporária de professores e suas nuances aos quais se perpetua numa lógica de mercado na educação brasileira há pelo menos três décadas, em particular no estado de Alagoas. Nesta lógica, portanto, há um ciclo em que os professores por falta de oportunidades se colocam a disposição do sistema em situação de extrema necessidade. Sobre essa questão as reflexões de Antunes, (2020, p. 221) tende a contribuir sob a perspectiva de ver no emprego temporário oportunidades e não reconhecer suas problemáticas ao expressar que:

> A fluidez das relações de emprego, pautadas nos contratos temporários, a relação com mais de um emprego e, portanto, com mais horas de trabalho total, as formas individualizadas de avaliação e desempenho que levam diferentes remunerações, entre outros, são elementos que tendem a dificultar a percepção de classe desses trabalhadores, contribuindo para a desmobilização coletiva e acentuando sentimentos de "naturalização" das relações de precarização das condições de trabalho e de vida.[244]

Ao tomarmos essa reflexão como indicativo de análise, observa-se mesmo com a afirmativa de que há valorização dos salários dos professores, que os depoimentos revelam um ponto de tensão, pois, alguns colaboradores fazem a ligação entre o que receberam com as demandas pedagógicas oriundas do campo de formação. Mesmo que aos olhos de alguns professores tenha havido uma valorização das questões salariais e de estas dificultarem a percepção desses sobre o problema apareceram também aspectos relacionados às implicações pedagógicas em sua atuação, como afirmou Antunes na passagem anterior não se pode naturalizar as condições de trabalho impostas e deixar de ver de forma mais ampla o que está por trás de muitas situações. Como observamos nos trechos as seguir segundo a colaboradora, prof. *Alice*, ao ser indagada sobre a pergunta ela afirma que:

> Sempre foram muitas as demandas pedagógicas dos professores e o salário nunca acompanhou nas atividades que realizamos, porém, há 2 anos houve um pequeno percentual no salário do monitor para justificar mais uma

[244] ANTUNES. Ricardo (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

> demanda, o HTPC. Mas, vejo que não recebe os mesmos direitos que os efetivos, assim a categoria de educadores não recebe justamente.[245]

Como vemos a professora em seu relato afirmou que mesmo com o pagamento das horas de HTPC não tem os mesmos direitos dos efetivos e relacionam os vencimentos com os trabalhos pedagógicos que tem a realizar. A professora *Vitória* analisa a questão sobre o mesmo ponto de vista apontando:

> Se eu recebesse igual a demanda pedagógica com reuniões seria muito bom, já que é um tormento sem fim fichas e mais fichas, planilhas, relatórios, são muitos os serviços burocráticos engessam o sistema, deixando-me abatida quanto ao salário que recebo.

Como vemos os professores admitem também que são muitas as demandas pedagógicas, reuniões, preenchimento de fichas, planilhas, relatórios, muitos serviços burocráticos. Essas atribuições apesar de pertencerem a ação docente como um todo, a existência de uma frequência dessas ações de fato engessa o fazer dos professores, que muitas vezes destinam excessivo tempo em ações mecânicas que servem para coletar dados, controle de informações do que mesmo pensar o ensino e a aprendizagem dos estudantes.

Borges, (2020, p.57) problematiza essa questão apresentando a seguinte ponderação:

> No contexto do avanço da ideologia neoliberal na educação e em nome de uma maior eficiência e produtividade na escola pública, o trabalhador docente é sobrecarregado com diversas atividades burocráticas e administrativas, além das prescritas para sua função e seu trabalho, ele passa a ser apenas o executor de determinadas atividades, sem reflexão. Assim, ao ter seu trabalho regido pelo mercado, de acordo com os padrões de eficiência e produtividade, o docente perde ainda mais sua autonomia e liberdade, sua consciência, não há tempo para refletir, planejar, analisar sua própria prática. Enfim, o trabalho do professor passa a ser pensado e planejado pelo Estado de acordo com os interesses ideológicos dominantes, cabendo ao docente apenas executá-lo.[246]

Reportando-me as reflexões da autora observa-se que as atribuições dos professores tornam-se ainda mais intensificada quando se faz relação do salário que não compensa com o trabalho pedagógico executado, principalmente depois da pandemia, quando foi requerido dos professores da rede estadual de Alagoas mais atenção quanto a frequência dos estudantes, ao

[245] A professora Alice tem 49 anos, especialização. Possui de 6 a 10 anos como professora/monitora com de 20 a 30 horas semanais em duas escolas, é efetivo e professora/monitora da rede.
[246] BORGES. Kamylla Ferreira. **Trabalho, precarização e adoecimento docente**. 1ºed. Curitiba: Appris, 2020.

uso de tecnologias e metodologias compatíveis ao ensino remoto e ou hibrido, como se fez notar nos trechos de falas dos professores *André* quando diz: “De acordo com a carga horaria do monitor, o salário não condiz com as demandas pedagógica que são muitas” e de João: “As demandas ficaram mais intensas durante a pandemia e depois da reforma do ensino médio. O salário melhorou, mas ainda distante do ideal”.

Não coincidentemente em 2022, pós-pandemia houve um aumento do valor da hora aula para os professores contratados que equiparou de fato os vencimentos recebidos entre os professores/monitores e professores efetivos em carreira inicial, contribuindo ainda mais para o entendimento errôneo de que não há diferenças entre professores/monitores e efetivos inclusive em relação a salário. É sobre este aspecto que o professor *João* se refere quando afirma que o salário melhorou!

O que talvez falte seja tencionar esse processo, procurar entender como ele se constitui e como se dar as relações de trabalho, concebendo que esse ciclo faz parte de um contexto maior e constitui, como diz *Geraldo*, um dos professores na pesquisa: “Uma relação desarmônica e de exploração”.

Os trechos de falas dos colaboradores revelam também indignação quanto as demandas pedagógicas no trabalho da docência em Alagoas, sendo intensificados em larga escala com a política educacional do estado ao impor metas para seu sistema de ensino, com as avaliações externas, anúncios de pacotes pedagógicos, com o acompanhamento e o monitoramento quase que diário de notas, frequências, sistemas e aprendizagens. Tais demandas gera um desgaste dos professores que consome uma parte do tempo para realiza-las, instrumentos de uma política educacional neoliberal. Nesse aspecto, Oliveira, (2015, p.35), coloca que:

> Os efeitos das políticas neoliberais sobre a categoria profissional docente é um dos problemas mais visíveis atualmente pelos próprios profissionais, os quais são afetados direta ou indiretamente pelas políticas educacionais e as reformas da educação introduzidas no Brasil. As políticas educacionais têm cada vez mais controlado e vigiado o trabalho docente através de dispositivos de controle de natureza neoliberal utilizados pelo governo, causando intensificação e perda da sua autonomia[247].

Assim aos fazeres da docência as demandas pedagógicas sempre estiveram presente e são necessárias, afinal, o domínio da competência pedagógica nos difere de outros profissionais, mas elas precisam ser efetivas, fazer sentido e não se configurarem em mera

[247] OLIVEIRA, Manuella Souza de. **Trabalho docente precário:** narrativas de professoras-monitoras de uma Escola estadual do 1o. ao 5o ano no município de Maceió-AL – 2015. 115 f.

burocracia de fichas, planilhas, relatórios e demandas que só consomem tempo dos profissionais da educação, causando-lhes adoecimento diante das demandas inerentes aos seus fazeres em sala de aula.

A rede estadual de ensino de Alagoas enquanto parte do sistema educacional brasileiro no atual contexto vive os dilemas trazidos pós-pandemia e pela implantação da tão propalada reforma do "Novo Ensino Médio"[248]. Tais questões trouxeram muitos desafios pedagógicos para os docentes nos últimos anos, quando em *stress* em lidar com as questões até então desconhecidas, com uma juventude ansiosa, dispersa e adoentada fruto desse tempo acelerado; demandas curriculares trazidas pelas mudanças, inclusive de lecionar disciplinas que não condizem com a formação inicial dos professores em exercício, como é o caso das disciplinas eletivas e das trilhas formativas propostas pela nova configuração do "Novo Ensino Médio", algo desafiador aos professores no que se refere a modificar os seus saberes para ensinar, inclusive metodologias e conteúdos, quando em sua maioria não dispõe de formação para lhe dar com tais disciplinas curriculares muitas vezes esvaziadas de sentido teórico e prático.

Fazendo essa análise Tardif (2014, p. 16-17) contribui quando trata da relação entre saber e trabalho

> Um primeiro fio condutor é que o saber dos professores deve ser compreendido em íntima relação com o trabalho deles na escola e na sala de aula. Noutras palavras, embora os professores utilizem diferentes saberes, essa utilização se dá em função do seu trabalho e das situações, condicionamentos e recursos ligados a esse trabalho[249].

Sobre os fazeres da docência um colaborador, aborda sobre esse aspecto ao revelar uma tensão em seus fazeres no período, para prof. *Luiza*: "As demandas ficaram mais intensas durante a pandemia e depois da reforma do ensino médio"[250]. No tocante a essa questão, na pandemia todos os professores da rede pesquisada viveram além dos percalços de um período difícil ocasionado pela incerteza da contaminação do vírus do Covid-19, o ensino *online* e os primeiros passos da implantação do "Novo Ensino Médio" também acelerou as angustias dos docentes.

Na verdade, sabemos de onde vêm essas demandas, de uma política educacional neoliberal que questiono se os professores fazem a ligação de todas essas exigências

[248] O novo Ensino Médio foi aprovado no governo Michel Temer (2016-2019) pela Lei nº 13.415/2017. Sua aprovação foi muito criticada por seu caráter de propostas neoliberal. Atualmente no Governo Lula (2023) há um movimento de revogação do Novo Ensino Médio.
[249] TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
[250] A professora Luiza tem 34 anos. Atuou entre 11 a 15 anos como professora/monitora com 30 a 40 horas semanais em duas escolas. Não tem outros vínculos, é efetiva da Rede Estadual, pois passou atualmente no último concurso.

pedagógicas com essa política. Inclusive quando pensamos na presença na rede estadual de ensino da Fundação Leman, fundação educacional com vínculos privados que define, orienta e acompanha aspectos ligados a educação como a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a implantação do Novo Ensino Médio e outros aspectos curriculares como forma de garantir que a rede siga os parâmetros definidos como diz Laval, (2019, p. 13-14)[251] pela "lógica social de *"mercadorização"* da escola pública".

Na segunda categoria empírica que trata da atuação Política e Pedagógica dos professores, analisam-se trechos das falas dos colaboradores quanto a convivência e socialização entre professores monitores e professores efetivos, observando duas unidades de análises: as diferenças no tratamento entre professores efetivos e monitores e o prejuízo pelos vínculos de contratos temporários.

Sob a perspectiva dos questionamentos[252] feitos, as respostas dos colaboradores indicaram que 8 professores/monitores não percebem diferenças quanto ao tratamento entre eles e os professores efetivos; também não perceberam diferença no tratamento dado pela Seduc ou pela Gerência, bem como não perceberam diferenças no tratamento dado pelos gestores, diretores e coordenadores pedagógicos. Um grupo menor de 3 professores afirmam que há diferenças de tratamento entre essas instâncias especialmente os trechos dos registros da professora *Aurora* ao afirmar que:

> Algumas pessoas tratam diferente; efetivo tem tratamento prioritário, mas os monitores atualmente não são destratados. Porém a instabilidade dos monitores é muito conflitante. Alguns poucos coordenadores e gestores veem com inferioridade os monitores.

Sobre a convivência no ambiente escolar, a maioria dos professores colaboradores afirmam que nunca vivenciaram conflitos no ambiente escolar por serem professores/monitores. Porém, como vimos a professora colaboradora *Aurora* afirma haver diferenças entre o tratamento com professore/monitores e efetivos ao reafirmar em seus

---

[251] LAVAL, Chistian**, A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público: tradução de Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019. Grifos do autor.

[252] Nesse aspecto, questiona-se sobre a socialização do espaço escolar, você percebe diferença no tratamento entre os professores efetivos e monitores? Você percebe diferença de tratamento entre os professores efetivos e os monitores por parte da Seduc ou da Gerência Regional de Ensino? Você percebe diferença no tratamento recebido pelo (a) coordenador (a) e diretor (a) em relação a professores efetivos e monitores? Em comparação com os professores efetivos, você se sente mais cobrado (a) nas atividades pedagógicas? Você já viveu alguma situação de conflito ocasionada pela sua condição de monitor (a)? Relate experiências positivas ou negativas que te marcaram em relação a sua atuação enquanto monitor (a). Há dificuldades em sua atuação como professor (a) monitor (a)? Assinale abaixo algumas das dificuldades que se apresentam na sua experiência enquanto monitor (a). Você se sente prejudicado (a) por ter vínculos empregatícios que impossibilitam a existência de um plano de carreira? Explique como você acha que é prejudicado (a) por possuir vínculo em regime de contrato temporário

relatos a presença de conflitos, falta de respeito e distinção entre os professores: "há colegas sendo gritadas. E frases sobre que monitor tem que se 'lascar mesmo', e coisas do tipo. Uma coordenadora até fez um grupo de ZAP a parte só com efetivos".

Em outra perspectiva muitos professores têm experiências positivas quando pensam a sua atuação enquanto professor/monitor, os aspectos positivos vão sempre à direção do reconhecimento, elogio e valorização do trabalho, na contribuição com o desenvolvimento dos estudantes, na aprendizagem e experiência adquirida enquanto docente. Trecho da fala do colaborador professor *Antônio* aponta positividade afirmando que: "Sempre tive muitas experiências positivas em quanto monitor, pois contribui muito para o desenvolvimento dos meus alunos", já a professora *Cristina* afirma: "Foi minha primeira experiência em sala de aula como professora, me ajudou muito no meu amadurecimento profissional". Observa-se nesses trechos certa positividade no que tange a experiência de ser professor/monitor, pois esta tende a contribuir para a inserção do docente no mercado de trabalho, embora precarizado, mas com a certeza de contribuir para o desenvolvimento dos estudantes.

Em outros trechos de falas revela-se como o professor valoriza o resultado de sua prática a partir da garantia da aprendizagem dos estudantes. As relações necessárias entre docentes e discentes ensino e aprendizagem ajudam no desenvolvimento da identidade de ser professor. É gratificante ver as conquistas dos estudantes se espelhar em suas práticas e fazer uma escolha pela docência. As observações dos professores *André* e *Geraldo* expressam esse sentimento: "Possuir alunos se espelhando no meu trabalho querendo ser professor da disciplina que leciono. "Como é bom ver os alunos que passaram no ENEM, essa foi uma experiência gratificante".

Pensando o fazer docente e suas relações com os estudantes concordamos com a dimensão de interação de Tardif (2014, p. 49) ao afirmar:

> O docente raramente atua sozinho. Ele se encontra em interação com outras pessoas, a começar pelos alunos. A atividade docente não é exercida sobre um objeto, sobre um fenômeno a ser conhecido ou uma obra aa ser produzida. Ela é realizada concretamente numa rede de interações com outras pessoas, num contexto onde o elemento humano é determinante e dominante e onde estão presentes símbolos, valores, sentimentos, atitudes que são passiveis de interpretação e decisão.[253]

Nota-se um valor atribuído pelo professor ao seu trabalho e a aprendizagem dos estudantes, enquanto resultado do processo de ensino e aprendizagem, elementos caros à

[253] TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. **Saberes Docentes e formação profissional**. 17ª edição. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

docência. Observamos que no exercício da docência há uma importância de ser valorizado, ter retorno de seu trabalho, apesar de Laval, (2019, p. 15) afirmar que: “os professores exercem uma profissão que perdeu muito de seus benefícios simbólicos e de suas relativas vantagens salariais”[254]. Borges (2020, p. 68) amplia esse olhar afirmando que:

> Nesse cenário, é interessante ressaltarmos a intensa contradição existente entre o produto do trabalho docente e o trabalhador docente. Aqui consideramos o produto do trabalho docente a apropriação de um saber incorporado à personalidade do aluno. O produto do trabalho do professor, como formador de opinião é preparador do indivíduo para a vida, é exaltado e valorizado pelo estado e por toda a sociedade, e o trabalho docente é visto como pilar do desenvolvimento econômico, político e cultural do país.[255]

O trabalhador docente precisa se inteirar e atentar-se que uma coisa é valorizar os frutos do seu trabalho refletido nos estudantes e a outra é entender que o seu trabalho é tido desde a sua forma de vínculo até a concretização de todas suas ações como um trabalho que beneficia uma política educacional de precarização do trabalho.

Segundo a professora *Vitória*: “As duas escolas que trabalho me tratam da melhor forma possível, vendo em mim a professora e não apenas a monitora”. Esse trecho de fala da colaboradora revela o entendimento existente entre os professores/monitores entrevistados de que todos são professores sem distinção, pois exercem a mesma atividade em sala de aula, pois todos, atuam na docência, porém é real a distinção feita entre as duas categorias de professores: efetivos e contratados. Entendo que fica explicito quando no trecho a professora diz que veem nela a professora e não a monitora, porém, mesmo exercendo a função de professora como todos, de fato são, a rede estadual de ensino impõe quer queira ou não uma relação diferenciada quando nomeia, inicialmente de forma simples o professor enquanto monitor e não como professor, assim sendo uma tentativa de retirar a identidade docente de quem ensina, e que compreendo como o sequestro da docência. Dialogando em relação a como se dá a relação social na profissão docente reportamo-nos mais uma vez a Tardif (2014, p. 19) “ao se falar dos saberes dos professores, é necessário levar em consideração o que eles nos dizem a respeito de suas relações sociais com esses grupos, instâncias e organizações”[256].

Nesta pesquisa notam-se também relatos que marcaram de forma negativa as experiências e a atuação desses professores/monitores como pondera a professora *Alice*:

---

[254] LAVAL, Chistian, **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público: tradução de Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
[255] BORGES. Kamylla Ferreira. **Trabalho, precarização e adoecimento docente**. 1ºed. Curitiba: Appris, 2020.
[256] TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. **Saberes Docentes e formação profissional**. 17ª edição- Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

> A sala de leitura da escola que trabalho se dependesse da professora efetiva, monitor não usaria, essa semana mesmo apresentei para coordenadora e outros professores uma proposta para usar a sala e a colega efetiva interrompeu listando várias regras que não pode ser feito na sala. OBS: ninguém usa a sala de leitura, nem ela.

O trecho acima revela a atitude de uma professora efetiva interditando o uso de um espaço da escola, que por sinal não está sendo utilizado, pela professora/monitora, mesmo apresentando a necessidade do uso deste espaço para a coordenação, instância que deveria se posicionar sobre o fato, não houve mudança na atitude do professor efetivo entendendo que a colega impõe inúmeras regras para seu uso. O relato da professora *Vitória* revela também que em sua vivência fica bem demarcada a condição imposta pelo contrato temporário através da ação da direção: "No passado vivi em uma escola momentos desagradáveis em que a direção gostava de salientar sempre a minha condição de monitora, para que eu nunca esquecesse". Importante perceber como algumas pessoas que compõe o contexto escolar, nos casos descritos diferencia professor/monitor de efetivo, fazendo questão de demarcar essa distinção, principalmente a partir do uso dos espaços.

A colaboradora professora *Cristina* revela em um dos trechos de seu questionário um fato importante quanto à convivência no âmbito da escola, afirmando que uma das experiências negativas vividas por ela enquanto professora/monitora foi "Ser substituída por um professor do quadro, tendo que cortar o vínculo com os alunos". A substituição do professor a qualquer momento é um dos prejuízos por ser professor em regime de contrato temporário, o fato de ser trocado e preterido comparado a um professor efetivo, traz um corte de vínculo com estudantes e professores além de não poder se colocar como membro participe da comunidade escolar, pois pode ser dispensado a qualquer momento.

Apesar de trechos das falas de alguns colaboradores apontarem para um lado satisfatório em se tratando das condições de trabalho para outros sempre haverá distinção entre os docentes efetivos e professores/monitores nos contextos que atuam. Entendemos como já dissemos que ambos são professores, porém, as marcas de distinção queiram ou não estão presentes de alguma forma nos espaços escolares revelando situações desagradáveis entre a convivência de ambos que na empiria são docentes, atuam nas salas de aulas, ensinam, mas são juridicamente e contratualmente diferenciados pela razão de serem efetivos e contratados, marca indelével da precarização docente gerada pela política educacional neoliberal fortemente presente no estado de Alagoas.

A título de reflexão, Maués, (2012, p.107-108), assinala:

> Destacamos que o trabalho docente está inserido em uma sociedade cujo modo de produção é capitalista, fazendo parte, historicamente, das relações sociais inerentes a essa sociedade, precisando ser visto na sua totalidade, devendo-se, para tanto, captar movimento do real, considerando as mediações necessárias e levando em conta as contradições que possam ser identificadas.[257]

Os laços docentes podem até ser de solidariedade, pois todos estão de fato lecionando e assumindo salas de aula, atuando sob as mesmas condições de ensino, portanto, sujeitos de uma mesma categoria que vivem os mesmos dilemas da profissão. Mas, indiscutivelmente, o fato do vínculo ser diferenciado distingue os professores por mais que se esforcem para dizermos que somos únicos; há distinção em muitos momentos, seja no trato dos outros com os docentes monitores, seja na forma como estes se veem em muitos momentos; seja, nas pautas reivindicatórias diferentes, tratando diferente sujeitos de uma mesma categoria. Nesse sentido, a ideia de que não há distinção entre os professores/monitores e efetivos caracteriza um engodo, pois tende a mascarar o fazer e a identidade da docência quando retira deste o direito de ser identificado como professor. Sobre esta questão Gomes, (2017, p. 65) problematiza essa tendência no Brasil e, em Alagoas em particular a partir das suas análises de alguns editais, afirmando que:

> [...] mesmo possuindo idêntica função em sala de aula, como ministrar aulas, elaborar provas, planejar assuntos, preencher cadernetas, os professores-monitores compõem uma categoria sucateada e inferiorizada, ao compará-los com os professores permanentes profissionais contratados e permanentes.[258]

O excerto possibilita ligeira compreensão diante do que foi perguntado sobre as dificuldades enfrentadas na experiência enquanto monitor, sendo que dos colaboradores cerca de 75% afirmam ter dificuldades e se sentirem prejudicados por estarem em um vínculo de regime de contrato temporário. Esse dado expressa contradição quando observamos que a maioria dos professores entrevistados em suas respostas revelam não perceber distinção entre professores/monitores e efetivos. Tal distinção pode não ser percebida pelo fato de todos

[257] MAUÉS. Olgaíses. **As relações entre as condições materiais e o trabalho pedagógico do docente da Educação Básica em Trabalho docente**: Tensões e perspectivas. Laura Cristina Vieira Pizzi (org). Maceió: EDUFAL, 2012.
[258] GOMES, Thayse. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil**: implicações para a categoria docente. 2017. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

exercerem a mesma função, dar aulas e estarem em alguns aspectos satisfeitos com essa posição, porém, na prática, mais uma vez nota-se uma inversão da lógica, já que precisamos lembrar que a precarização do trabalho docente tem se tornado premissa do capitalismo desde sempre, como afirma Antunes, (2020, p.61), ponderando que o que interessa para o capital é inverso ao que é interessante para humanidade:

> [...] *O sentido do trabalho* que estrutura o capital *(o trabalho abstrato)* é desestruturante para a humanidade, enquanto seu oposto, *o trabalho* que tem sentido estruturante para a humanidade (*o trabalho concreto* que cria bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital. Aqui reside a *dialética espetacular do trabalho,* que muitos de seus críticos foram incapazes de compreender.[259]

Reportando-me ao excerto, o autor expressa o sentimento de que é preciso pensar o sentido do trabalho sob uma perspectiva antagônica do que é estruturante para o capital. Dessa forma, a medida que os professores/monitores se satisfazem pela oportunidade de emprego gerada pela monitoria, por perceberem as conquistas e retornos nas aprendizagens dos seus estudantes, aspectos estruturantes para quem é docente a relação de trabalho por meio de contratos temporários deve ser percebida, mesmo se encontrando nela, como estruturante para o capital e desestruturante para si próprio.

Algumas outras dificuldades são relatadas pelos professores/monitores sendo elas: o deslocamento entre escolas e municípios; a instabilidade de vínculo e de trabalho com a rede estadual e a sobrecarga de horas de trabalho devido a vários vínculos profissionais para complemento de renda, além de outros elencados pelos professores como o fato da ausência de um Plano de Cargos e Carreiras – PCC e com perspectiva de uma aposentadoria incerta.

A preocupação dos professores associa-se ao fato de não terem um PCC, as diferenças prováveis no momento da solicitação da aposentadoria e tendo a instabilidade como certeza de perdas futuras dado aos seus vínculos de contrato prejuízos por ter vínculos temporários na rede estadual de ensino de Alagoas. Estes prejuízos têm relação direta com perdas salariais ao longo da vida laboral do docente, pois a ausência de não ter PCC tem ligeira conexão com a não garantia do direito de ter as progressões horizontal e vertical implicando em diferenças ao longo do tempo trabalhado no salário e provavelmente incidindo no valor da aposentadoria.

Apesar dos professores/monitores que colaboraram com a pesquisa considerarem que não recebem tão mal, o fato de que a qualquer momento, hora se pode estar desempregado e

[259] ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Grifos do autor.

não ter mais como se sustentar e pagar as suas contas traz um sentimento de insegurança. A insegurança quanto à perda de trabalho, sob o olhar do docente colaborador revela o quanto as questões salariais são importantes e que estas não podem ser problematizadas de forma separada.

Nesse aspecto, a movimentação do docente entre várias escolas localizadas em municípios diferentes, tendo que assumir mais horas-aulas no sentido de complementar renda é um fato que deve ser considerado quando refletimos acerca das condições de trabalho, pois tal deslocamento implica em despesas, *stress*, preocupações, e adoecimentos da categoria. Não obstante, essas questões são marcas de uma relação de trabalho pautada pela precarização e condições de trabalho em que se dão as atividades da docência. Paradoxalmente, nota-se uma contradição nas falas dos colaboradores, enquanto a maioria deles não veem maiores problemas entre a relação de convivência e socialização com os professores, Seduc, Gere e gestão escolar já que as condições estruturais concedidas a esse segmento dos professores revela instabilidade do vínculo laboral, no que se refere a salários inconstantes, ou seja, há um sentimento de insegurança que gera uma sensação de impotência para esses profissionais em situação de contratos temporários. Por um lado, observa-se uma satisfação profissional, por outro, essa satisfação diminui dado às condições estruturais de trabalho exaradas nas clausulas contratual aos quais se submetem. A fala do professor *Geraldo* talvez revele um pouco dessa dualidade: "Apesar de ser monitor era bem elogiado pelos meus alunos e desempenhava minha função com muita responsabilidade, porém existia sempre a desconfiança sobre o meu conhecimento por parte da sociedade". Refletindo acerca do ponto de vista desse colaborador, Antunes, (2020, p. 225) frisa:

> Num contexto de reformas empobrecedoras, que inibem a capacidade criativa e limitam o processo ensino-aprendizagem, o/a docente passa a vivenciar cotidianamente os questionamentos quanto a sua formação e sua profissão, sendo levado/a a desenvolver uma sensação de incapacidade, ineficiência incompetência e descrédito profissional.[260]

É emblemático a questão colocada pelo prof. *Geraldo*, pois, os professores são cada vez mais cobrados pelos conhecimentos a ensinar, especialmente novas habilidades. Essa tensão é cuidadosamente elencada nas reflexões de Antunes (2020) ao notar essa dualidade entre o fato de estar satisfeito por ter trabalho, ser cobrado a atuar profissionalmente com competência, porém tendo que conviver com a desvalorização por parte da sociedade, relação

[260] ANTUNES. Ricardo (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

esta que não podemos naturalizar, como bem aponta Gomes, (2017, p. 76): "Acreditamos que um dos principais impactos para a categoria docente que pode vir a surgir é a naturalização desse tipo de contratação, transformando em regra o que anteriormente era para ser exceção"[261].

3.4 Educação neoliberal, um caminho a precarização da docência

A terceira categoria teórica explicitada nessa dissertação trata de questões relativas à Educação Neoliberal[262] e suas interfaces que se desdobra em duas categorias empíricas que serão analisadas a seguir, nesse caso, a Monitoria e as políticas educacionais em detrimento da monitoria e a participação sindical. No que se refere à Monitoria e as políticas educacionais nota-se duas categorias de análises referindo-se a instabilidade na atuação como professor/monitor, assim como as percepções dos professores acerca das políticas neoliberais de precarização do trabalho docente[263].

A instabilidade é percebida como elemento principal aos olhos dos professores colaboradores ao serem questionados sobre o que acham de serem docentes em regime de contrato temporário. Para *Vitória*, "É insegurança total, nunca podendo fazer planos em longo prazo ou mesmo sonhar já que não se tem a certeza se no mesmo ano ou no seguinte vai permanecer trabalhando". Já *Cristina* observa "A instabilidade, de uma hora para outro ser substituído sem uma comunicação prévia para a organização da sua vida financeira". Essa preocupação também faz parte das falas dos professores *Geraldo e Aurora* que falam de como se reverbera essa instabilidade na vida financeira, da preocupação com o futuro, de não poder planejar compras, por exemplo: "A falta de estabilidade nos traz a sensação de insegurança e nos deixa apreensiva quanto ao nosso futuro", "Não se consegue fazer planos como financiar

[261] GOMES, Thayse. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil**: implicações para a categoria docente. 2017. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

[262] O conceito se refere à educação que tem seu funcionamento baseado no sistema econômico neoliberal que ver a educação como uma mercadoria, uma possibilidade de lucros através de um trabalho docente flexibilizado e de perdas de direitos dos trabalhadores.

[263] As perguntas realizadas sobre este as questões colocadas aos colaboradores pontuavam: O que você acha sobre ser docente em regime de contrato temporário? Como você compreende a ação das políticas educacionais neoliberais na educação brasileira, e em particular no estado de Alagoas? Quais relações você consegue ver entre os contratos temporários dos professores monitores e o processo de precarização do trabalho dos docentes na rede regular de ensino de Alagoas? Você percebe negligência das leis que regem a Educação em relação à docência enquanto professor (a) monitor (a)? Se possível liste as negligências da pasta da educação percebidas por você.

uma casa ou um carro, por ter medo de depois do contrato acabar".

Sobre o aspecto da instabilidade Zafalão, (2021, p. 53) faz uma reflexão importante para pensarmos o que estamos estudando, como se configura a atuação precarizada dos professores/monitores na rede estadual de Alagoas. Para esse autor,

> A precariedade é sempre associada a **incertezas estáveis**. Quem são os precários? Associados às incertezas, instabilidade (sem cessar) de uma situação social, são os trabalhadores e trabalhadoras marcados por essa instabilidade e insegurança. Trabalho precário se define pelo conteúdo e condições de trabalho, pelo sofrimento, penosidades, falta de reconhecimento, e emprego precário se define pelo emprego temporário, eventual, informal, de duração determinada.[264]

Relacionando com os trechos de falas dos colaboradores a instabilidade, marca da precariedade do trabalho em forma de contrato temporário é uma certeza. No contexto estudado afeta diretamente aos professores, seja porque não podem se planejar a longo tempo, pois não sabem até quando permanecem com o vínculo, seja porque mexe com o corte brusco da atividade sem aviso prévio. Mesmo tendo essa certeza os professores sempre se deparam com a dureza de rapidamente perder muitas vezes o único vínculo empregatício, o que gera apreensão por parte desses.

No que se referem às políticas educacionais algumas respostas dos professores colaboradores revelam que sofreram com a instabilidade da docência gerada pelos contratos de monitores. Os docentes entrevistados assumem que o contrato é uma oportunidade para inserção no campo profissional, e revelam ao mesmo tempo uma verdadeira angustia nesse aspecto. O trecho da fala professora Alice tende a demostrar esse impasse ao explicar que "É uma pressão psicológica que sofro a cada dois anos, pois nunca sabemos se o contrato vai ser renovado ou não. O medo do desemprego é de não dar contar das nossas responsabilidades começa a invadir nossos pensamentos".

Já o professor *João* acha bom, pois se trata de uma oportunidade de emprego, mesmo admitindo não haver segurança para o profissional. Os professores *Antônio* demonstra a preocupação com a instabilidade do trabalho, conforme exemplo: "Acho uma experiência muito importante na minha carreira, porém temos que buscar algo mais sólido para melhoria da instabilidade", já a professora *Mariana*[265] diz que: "É viver com medo de perder o

[264] ZAFALÃO. João. **Do que adoecem os professores e as professoras?** 1º ed. São Paulo: Usina editorial, 2021. Grifo do autor.

[265] A professora Mariana é do sexo feminino, tem 66 anos, possui especialização, atua entre 16 a 20 anos, não tendo outros vínculos com carga horária de 40 a 50 horas em duas escolas estaduais.

emprego, pois seu salário depende de uma carga horária instável, que a qualquer momento pode sofrer redução. É constrangedor".

Os dois professores trazem em suas falas a preocupação de buscar um vínculo efetivo pois, não dá para permanecer com um trabalho onde o vínculo é temporário e a jornada de trabalho é instável, pois pode reduzir a cada turma que feche ou a cada professor efetivo que volte com sua lotação para a escola, ou ainda quando o contrato acaba e não é renovado mais.

Sobre a mesma questão a professora *Aurora* assinala que "É uma oportunidade de emprego. Mas é angustiante quando se passa muito tempo assim". Uma questão relevante nesses relatos de professores é que as expressões 'pressão psicológica', 'viver com medo', 'angustiante', 'constrangedor' demonstram sentimentos ruins e de não pertencimento desses docentes em condição e contrato de trabalho. Demonstra que tem emprego mais vivem com o sentimento de insegurança constante. Tais sentimentos trazem uma intensa pressão para esse profissional; um desgaste emocional e mental; um mal-estar por estarem a todo tempo, ou pelo menos a cada final de contrato e abertura de um novo edital para contratação de professores/monitores; trata-se de uma aflição que se desdobra no ficar ou não na rede de ensino enquanto professor, gerando adoecimento de professores[266].

Os relatos dos colaboradores desvelam o paradoxo em compreender nesse caso o trabalho como oportunidade de inserção no campo profissional. No livro "O privilégio da servidão de Ricardo Antunes (2020, p. 102) nota-se esse sentimento quando diz que o trabalho "ao contrário de efetivar-se como exercício de uma atividade vital, satisfação de uma carência, ele se converte em apenas um meio para saciar carências fora dele"[267] figurando, apenas como forma de manutenção das necessidades relativas do trabalhador e de manutenção do capital em uma maior dimensão. De todo modo, tais sentimentos muitas vezes não podem ser compartilhados no ambiente escolar, por conta das diferenças inerentes aos lugares que os sujeitos ocupam. Uns vivem a angustia, ocasionado para situação de contrato, outros estão com seus salários "garantidos", portanto, livres desse tipo de constrangimento e insegurança. Mesmo havendo laços de solidariedade os professores efetivos não podem mudar a situação de precarização nas quais vivem seus colegas monitores, pois em diferentes condições os efetivos também vivem situações de precarização na rede estadual de ensino.

---

[266] Nesta pesquisa não me detenho a essa questão, mas ela é de fundamental importância, pois devido a todas as situações vividas na profissão docente observa-se o adoecimento profissional desta categoria. Sobre o adoecimento docente utilizo consultei nesta pesquisa os trabalhos de João Zafalão e Kamylla Pereira Borges e a tese de Geisa Carla Gonçalves Ferreira que versa sobre o Adoecimento docente na Rede Pública Estadual de Ensino de Alagoas, todas referendadas na referência bibliográfica desse trabalho.

[267] ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Grifos do autor.

Ademais, as consequências se reverberam nas vivências e nas nuances da precarização do trabalho docente em Alagoas, fazendo ligeira aproximação com a reflexão de Antunes, (2020, p. 104) ao assinalar que:

> Na vigência da lei do valor, o vínculo social entre as pessoas se transforma em uma *relação social entre coisas*: a capacidade pessoal se transfigura em capacidade das coisas. Trata-se de uma relação reificada e coisificada entre os seres sociais.[268]

Utilizando-nos das reflexões do autor para questionarmos como os docentes colaboradores percebem a ação das políticas educacionais neoliberais na educação em Alagoas as respostas abordam vários aspectos: um deles é que os professores compreendem os reflexos das políticas neoliberais na educação estadual, pois a professora colaboradora Andréa expressa que os interesses nessa forma de conduzir a educação é "Péssima, já que tudo é política"[269]. Percebe na educação neoliberal a ausência de uma política comprometida com a educação e que desvaloriza professores e diferencia professores efetivos de professores contratados. Nesse aspecto, a fala da professora *Alice* recupera esse debate, apontando

> Nosso estado não está e nunca esteve preocupado com a educação, em melhorar o analfabetismo, começa pela desvalorização do professor, que não deveria ter tratamento diferente, pois ambos realizam a mesma função e CH. Infelizmente a proposta ou plano de educação dos governantes é criar projetos remunerados tanto para professor quanto para aluno, para fazer de conta.

Reporta-nos aos projetos referidos no trecho da fala da colaboradora se refere as bolsas criadas e implementadas pelo governo para estudante e para professores por meio dos Programas Bolsa Escola 10[270] que valoriza a frequência mensal dos estudantes com uma bolsa de 100,0 reais mensais. O Programa Vem Que Dá Tempo – VQDT[271], que, dentre outros objetivos certifica os estudantes que estão sem estudar há dois anos e precisam concluir o Ensino Fundamental promovendo, também o recebimento de bolsas aos

[268] ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Grifos do autor

[269] A professora Andréa tem 62 anos, atua de 6 a 10 anos, só como monitora no ensino médio, é aposentada de uma rede municipal.

[270] Programa de incentivo a frequência dos estudantes vinculado ao recebimento da bolsa de cem reais aos estudantes que apresentam amis de 95% de frequência ao mês.

[271] Programa de incentivo a certificação dos estudantes que não concluíram o ensino fundamental e estão pelo menos a dois anos sem estudar. Estes estudantes assistem aulas de revisão e fazem uma prova para obterem a certificação e se matricularem no Ensino Médio.

estudantes e professores e do Programa Professor Mentor[272], que acompanha a frequência e desenvolvimento dos estudantes do Ensino Médio, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Alagoas (FAPEAL).

Outro ponto interessante na fala dos colaboradores é a presença na rede estadual de ensino de alagoas de financiamento de projetos da iniciativa privada ofertando formação para professores fazendo emergi algumas interfaces dessas políticas de cunho neoliberal. O trecho de fala do professor André toca nessa questão da lógica neoliberal implementada na rede regular de ensino de Alagoas,

> Vejo positiva onde pode intensificar melhorias para os discentes serem alunos protagonistas, olha para realidade para transformar seu meio social. Mas muito me assusta sobre a pedagogia da competitividade de lançar números de alunos no mercado de trabalho sem ter estruturas sociais, econômicas e profissionais para abraçar os discentes.

O excerto desvela que os professores colaboradores compreendem que houve melhoria no estimulo dado aos estudantes de serem protagonistas, porém, tem a ciência de que a "pedagogia da competitividade" entendida como aquela que estimula práticas escolares que incentivam a meritocracia e as atitudes empreendedoras que não alcançam concretude social e econômica na prática, retirando, talvez algumas possibilidades. A falácia de ganhar dinheiro e sobreviver empreendendo, pois, ao tempo em que a escola trabalha pedagogicamente essa ideia em muitas de suas propostas para tender os devaneios do tão propalado "Novo Ensino Médio" face ao mundo capitalista que tem exigido cada vez mais pessoas para usar recursos digitais no âmbito das escolas. O fato das políticas neoliberais trazer uma ligeira melhoria dos índices educacionais no estado de alagoas, sai na fala da professora colaboradora *Cristina* acerca dessa questão, afirmando que: "A aplicação de políticas educacionais neoliberais por parte dos governantes, trouxe uma melhoria na qualidade do ensino e nos índices educacionais do nosso Estado", essa fala revela bem a relação das políticas de fomento ao aumento do índice da Educação Básica-IDEB[273] que prever uma média entre a proficiência dos estudantes e os índices de evasão, aprovação e reprovação, foco de atenção das políticas educacionais atuais em detrimento de um trabalho que demanda muitos compromissos pedagógicos para os professores.

[272] O programa professor mentor foi implementado em 2022 nas escolas de Ensino Médio, este define um professor mentor e um estudante monitor por turma que recebem bolsas da Fundação de Amparo à pesquisa-FAPEAL e dialoga com os estudantes sobre Projeto de Vida.

[273] O IDEB é o índice educacional que resulta da aplicação da Prova Brasil, realizada a cada dois anos pelo Sistema de Avaliação da Educação básica- SAEB nas turmas de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e na 3º série do Ensino Médio.

Ao problematizar a questão da escola neoliberal, Loval, (2019, p. 17) destaca que sobre a escola liberal diz que "é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico"[274]. Dessa forma, as escolas seguem as orientações que chegam dos órgãos centrais que chegam permeadas de definições e encaminhamentos que busca a melhora dos índices; tende a estimular a meritocracia e políticas empreendedoras com os estudantes.

Sob essa perspectiva, os trechos de falas dos colaboradores revelam o sentimento dos docentes sobre a ação dessas políticas na relação com os estudantes, sujeitos em parte "protegidos" pelo sistema, que tende a não respeitar os professores, do processo formativo por entender que a grosso modo não são beneficiados legalmente. A sequência de trechos de falas das colaboradoras *Mônica* e *Mariana* revelam esse entendimento: "Extremistas, não é observado o aluno". "Muito complicado para trabalhar na sala de aula, falta respeito". Percebemos que os professores nessa situação deslocam o olhar para o estudante e não para a política que fomenta tal ação.

Quando perguntados sobre as relações entre os contratos temporários e o processo de precarização do trabalho docente, as respostas dos professores trazem contradições. Suas respostas apontam tanto para a compreensão de que o professor temporário na Seduc/Al mão de obra excedente, tem garantia do pagamento de todos os seus direitos enquanto trabalhador da educação, com para o entendimento que é uma situação de desvalorização profissional. Reconhecem, inclusive, o sucateamento da educação, assim como as condições estruturais das salas de aulas, gerando prejuízos para educação de qualidade.

Paradoxalmente, dentre as falas dos colaboradores figura as informações de que os professores/monitores não têm o que reclamar, pois estão com salários em dia se comparados às condições dos professores efetivo, contando também com horas de planejamento benefício existente entre os dois segmentos, porém a única diferença entre eles é a instabilidade de trabalho, como se esta fosse um dado menor e não gerasse distanciamento no que se refere à qualidade de vida dos docentes. Por outro prisma, uma posição um tanto emblemática.

Sobre os contratos temporários e o processo de precarização a professora *Aurora* observa que trata-se de:

---

[274] LAVAL, Chistian, **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público: tradução de Mariana Echalar. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

> um ponto de muita discussão tem muito tempo em Alagoas. Pedimos muito concurso, mas no último.... 80 % dos aprovados vieram de outros estados, isto gerou uma angústia e desânimo profundo nos professores do estado. O governo poderia ter pensado em algum meio, como pontuar quem tivesse experiência comprovada da rede estadual.

Os professores têm clareza da importância e necessidade de concursos públicos para provimento de cargos de docentes. Apesar de defendermos que não foi a ausência de concurso que fez com que houvesse a política de sucessivas seleções de contratações de professores, pois esses existiram e as vezes concomitantemente a editais para monitores, como tratado na seção II desta dissertação, mesmo que de forma espaçada, sabe-se de sua relevância para o docente já que é o concurso público que dá o provimento de cargo para o funcionário público no estado. Porém no relato da professora fica claro a dificuldade quando é afirmado que no último concurso para professores realizado em 2021 para Seduc/Al, 80% dos professores aprovados eram de outros estados circunscritos.

Os professores/monitores contratados fazem uma leitura das dificuldades de aprovação nos concursos realizados na Seduc/Al, pois fica claro nesta pesquisa que os professores são cada vez mais absorvidos com carga horária maiores, tendo que se deslocarem muitas vezes para mais de um município ou rede de ensino, o que talvez interfira diretamente nas condições básicas de estudo e preparo para conseguirem aprovação em um concurso público para professor no estado ou municípios próximos.

Também não parece lícito fazer o que a colaboradora sugere, pensar em formas que priorizem os que já atuam na rede como professores/monitores, pois feriria o princípio da isonomia. Sobre essa questão ainda, os colaboradores não atentam para um ponto importante, as formatações das provas dos últimos concursos públicos para professores da Seduc/AL. Os concursos são pensados com critérios para selecionar um grande número de inscritos, uma vez que por conta da necessidade de emprego professores de outros estados participam dos certames que tem uma alta concorrência, dessa forma não só é preciso ter domínios cognitivos sobre os conteúdos da prova mais não errar nenhuma questão já que uma questão errada nula certa, um dos critérios utilizados para pontuar e consequentemente ser aprovado na prova.

A resposta do professor colaborador *Geraldo* ao afirmar que ver a desvalorização tanto do profissional como também da própria profissão, traz uma percepção, a de que talvez falte para o professor/monitor atentar para o ponto central da questão, a da política institucionalizada na qual estão ligados, uma política de contratos temporários de

professores, que precariza à docência. Fazemos a leitura de que esse aspecto está intimamente ligado ao processo de formação permanente do docente, é preciso alertar para importância de estudar sobre esse tema, ler bibliografia que trate da questão, socializar experiências de professores em regime de contratos, essa agenda se faz necessária e precisa fazer parte do debate.

Quando questionados sobre a negligência das leis em relação à docência enquanto professor/monitor, 50% dos colaboradores respondem que percebem essa negligência e 50 % que não, elemento que revela a divergência de pensamento e as vezes desconhecimentos sobre a relação entre os contratos temporários e a precarização do trabalho docente. Sobre essa questão de divergências entre os colaboradores, há alguns relatos dos problemas na atuação docente percebidos pelos professores/monitores, expresso no quadro abaixo, tais como: problemas que interferem na atuação pedagógica dos professores contratados e problemas de ordem estrutural que vem da relação contratual temporária:

Quadro 11 – Um olhar dos colaboradores da pesquisa: problemas que afetam a atuação do professor/monitor

Problemas na atuação pedagógica	**Problemas de ordem estrutural**
Adoecimento da categoria por problemas psicológicos	*Baixo salário, jornada alta de trabalho*
Promessas falsas a categoria projetadas pela mídia	*Ausência de registro na carteira profissional*
Dificuldade na implantação de novas metodologias didáticas sem estrutura	*Entrega atrasada dos contratos assinados*
Cobranças exageradas, planos de aulas, burocracia	*Ausência do recolhimento de FGTS*

Fonte: dados da autora.

As informações exaradas no quadro suscitam que os professores fossem requeridos demais em sua atuação, sem contrapartida por parte da rede estadual de ensino em assegurar condições enquanto Estado com a sua política de contratação de professores faltando com garantias necessárias em relação aos professores contratados temporariamente para composição do quadro.

No que se refere à segunda categoria ao observar a Educação Neoliberal, aborda-se uma análise sob a perspectiva das relações da monitoria e a participação sindical dos professores analisando dois aspectos: ausência da filiação dos professores aos sindicatos e a

presença de pautas reivindicatórias e o reconhecimento da importância do sindicato para distensionar as relações de trabalho envolvendo dois segmentos profissionais para realização de igual função; a docência.

Diante das questões feitas aos professores/monitores[275] é importante perceber que por estarem atuando em regime de contrato de trabalho temporário estes tem ciência de que são intimidados a reivindicar melhores condições de trabalho, pois, como assinala a professora *Alice* "Infelizmente tenho receio de me marcarem não renovarem meu contrato, pois o nosso bom trabalho não conta". Outras questões relativas ao fato de serem intimidados enquanto professor/monitor se evidencia em outras falas como a ausência de autonomia de cátedra que gera a desvalorização profissional, e pelo fato de serem CLT e não efetivo gerando instabilidade profissional, portanto, financeiros. O fato de se achar intimidado a participar do Sindicato vai ao encontro do receio de "serem marcados e não renovarem o contrato". Nota-se que essa proibição não se encontra expressa em lugar algum mais a resposta revela que no imaginário do professor/monitor poderá haver essa interdição de órgãos centrais pelo fato de serem contratados e não terem estabilidade de trabalho.

Para tanto, ao sistematizar as informações dos colaboradores nota-se que dos doze docentes colaboradores entrevistados apenas três eram sindicalizados. Um deles, que além de ser professor/monitor também é professor efetivo vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores de Educação – SINTEAL[276] e os outros dois sindicalizados pelo SINPROCORPAL[277] – Sindicato dos Professores Contratados da Rede Pública de Alagoas, sindicato representante dos professores/monitores. Os demais nove professores, portanto, não estavam vinculados a nenhum dos sindicatos aqui identificados.

Apesar da ausência de filiação e de participação sindical é emblemático perceber que os professores reconhecem a importância e a necessidade da existência do sindicato dos professores/monitores, valorizando, inclusive aspectos favoráveis à categoria em várias lutas, mesmo sem serem sindicalizados, tais como: o direito de receber salário igualitário, carga horária do professor aproximada do efetivo, direito a 13º salário e terço de férias,

[275] As falas dos colaboradores sobre o conteúdo acerca das lutas sindicais, questiona-se: em que o regime de contrato te intimida para reivindicar melhores condições de trabalho e usufruir da autonomia de cátedra, prevista na LDB de 1996 e na Carta Magna de 1988 do país? Alagoas atualmente dispõe de dois órgãos representativos de classe: o SINTEAL e o sindicato dos Professores Monitores (SINPROCORPAL). Você é filiado (a) a algum desses órgãos representativos de classe? Caso seja filiado (a) a um dos sindicatos, relate o (s) motivo (s) de sua escolha. O que você acha do papel cumprido pelo Sindicato dos Monitores? Ele foi e é necessário? Por quê? Liste quais são as lutas dos professores monitores junto ao seu sindicato.

[276] Sindicato dos trabalhadores da Educação, fundado em 1988 a partir da unificação de entidades educacionais. O livro Uma questão de Classe – o Movimento Sindical da Educação em Alagoas de Jailton de Souza Lira trata da trajetória de luta desse sindicato.

[277] Sindicato dos professores contratados da rede pública, entidade sindical fundada em 15/09/2016.

como recebimento por horas de planejamento das atividades docentes.

Para aqueles que eram sindicalizados foi apresentado como motivos: lutas por igualdade dos direitos trabalhistas e melhores oportunidades, organização de carga horária de trabalho mais humanizada, para garantia de direitos assegurados, a estabilidade e segurança para reivindicar nossos direitos. Os professores/monitores colaboradores afirmam que o Sinprocorpal tem desempenhado um importante papel no que tange as defesas das pautas dos professores e que a sua existência é de extrema necessidade, chegando a ser excelente, porque sempre que necessário o sindicato vai à luta em defesa das pautas coletivas; mas afirmam também que, poderia ser mais combativo no que tange a presença dos monitores na rede regular de ensino exercendo a função docente. O fato de ter que ser mais combativo deve estar ligado a uma das principais lutas atuais dos professore/monitores no estado de Alagoas, a luta pela sua efetivação na rede estadual, no ano de 2022 após a convocação de aproximadamente 3000 professores concursados em maio de 2021. O sindicato pautou na Assembleia Legislativa as vésperas das eleições de 2022 o desejo de que todos os professores/monitores fossem efetivados ou retornassem pelo menos servidores estaduais no quadro como ocorreu em outros estados, como São Paulo por exemplo.

Além de outras lutas importantes junto ao sindicato foram reveladas pelos professores vinculados ao Sinprocorpal: estabilidade através de um contrato realmente válido; plano de cargo e carreira; conquista de benefícios e direitos; conquista de equipamentos eletrônicos para ministrar aulas; melhores condições de trabalho nas estruturas escolares; garantias de estabilidade no salário; reconhecimento dos direitos trabalhistas.

As respostas destoam entre filiados e não filiados, para aqueles que não são sindicalizados figura as respostas: “Não acompanho”, “até agora não precisei”, “não sou filiada”, “não conheço a ação do sindicato”, “não sei responder”. Estes são alheios a uma pauta que deveria ser melhor observada e discutida por aqueles que atuam enquanto professores contratados, como se invisibilizassem as demandas importantes da categoria, parece-me de fato pouca importância com a construção e defesa de uma identidade docente. A professora Cristina colaboradora desta pesquisa chama a atenção:

> Não acompanho as reivindicações dos monitores junto ao sindicato, mas vejo que hoje na sala dos professores não é mais frequentes relatos de professores monitores em busca de reivindicações, pois seu trabalho

> embora seja contrato, se igualou aos dos professores do quadro, a única diferença é a estabilidade.

Vemos que mesmo sem acompanhar as pautas reivindicatórias, a professora acima revela que há um clima mais ameno nas reivindicações, pois o trabalho se igualou e que a diferença é apenas o fato de um ser efetivo e outro contratado. É recorrente no cotidiano, a fala de "que todos são professores e o que diferencia é o contrato, revelando a ausência de um olhar cuidadoso e aprofundado acerca destas questões, pois o que é percebido como a única diferença, é na verdade a situação 'sine quanon' da precarização do trabalho. É esta diferença que gera as demais, inclusive as condições impostas aos contratos de professores/monitores que impõe as cargas horárias elevadas como requisito, os salários, que por mais que tenham vencimentos próximos nunca serão iguais, pela ausência do plano de cargos e carreiras.

Nesse aspecto, portanto, o que é tratado como a única diferença na fala da colaboradora entre docente efetivo e professor/monitor, de forma pormenorizada é na verdade a concretude que sequestra à docência, denominando a anos o professor contratado enquanto monitor de fato, e não como professor por direito!

Quanto ao vinculo sindical ou não dos professores entrevistados se faz necessário rever o porquê da criação de mais um sindicato para defender os professores/monitores. Sabemos que o SINTEAL enquanto sindicato defende como pauta o direito de efetivar professores para atuar nas redes públicas e que sob esse aspecto ficaria difícil defender a permanência de professores/monitores na rede. Não obstante, a criação do sindicato SINPROCORPAL na defesa dos professores/monitores legitima a monitoria de professor como subcategoria da docência e fragiliza a categoria docente possibilitando o sequestro da docência. Sobre essa questão Gomes (2017, p. 78) pontua:

> Segundo o SINPROCORPAL (2017), o seu surgimento ocorreu a partir do Movimento Monitor é Professor (MMP), movimento criado em 2012 com o objetivo de buscar e defender os direitos dos professores contratados da rede pública estadual de Alagoas.[278]

[278] GOMES, Thayse. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil**: implicações para a categoria docente. 2017. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

A mesma autora coloca que uma reportagem do TNH1 de 2016[279] informa que os professores/monitores sinalizam que o Sinteal nunca se posicionou a favor dos professores/monitores e que por isso o mesmo não o reconhecia enquanto entidade representativa. Em contrapartida, na mesma reportagem o Sinteal reforça que representa todos que compõe a classe trabalhadora da educação e se coloca contra a criação do novo sindicato[280] (GOMES, 2017, p. 79).

Oliveira, (2015, p. 71-74)[281] reportando-se a participação das professoras na escola e no sindicato reforça os relatos das colaboradoras que afirmam que o Sinteal sempre esteve preocupado com o quadro de docentes efetivos e que por serem monitores suas lutas não eram reconhecidas pelo sindicato. De fato, apesar de ser reconhecida a atuação dos monitores nas atividades da docência, o sindicato buscava meios para a abertura de concurso públicos, no entanto, para enfraquecer essa tendência operou de necessária a criação de um novo sindicato para esse segmento representando uma fratura na docência que vem sendo desqualificada no estado de Alagoas desde os anos 1990.

Não obstante, um novo sindicato representando os interesses dos professores/monitores foi criado e com ele as pautas de lutas comuns para uma categoria que é tratada de forma diferenciada pelas duas entidades representativas no estado. Enquanto professora pesquisadora sindicalizada, vejo a dificuldade que o Sinteal teve de defender as lutas de professores contratados por considerar os concursos públicos para provimentos de novos cargos de docentes na rede estadual, uma das prerrogativas defendidas pela LDB de 1996 e carta de 1988. Considero também que apesar de problemático para a categoria a criação do novo sindicato para professores/monitores pode representar um ato de luta e resistência desses, com o intuito de dar visibilidade as suas demandas mesmo que de uma forma que prejudicial a classe trabalhadora docente como um todo.

Sabendo-se dessa tensão entre os professores/monitores e os professores efetivos, nota-se ligeira fragmentação das pautas de lutas da docência e que a constituição de um

---

[279] Na bibliografia de Gomes tem a referência completa do noticiário: TNH1. **Monitores da educação rompem com Sinteal e propõem criação de novo sindicato**. 2016. Disponível em:<http://www.tnh1.com.br/noticias/noticias-detalhe/alagoas/monitores-da-educacao-rompem-com sinteal-e-propoem-criacao-de-novo-sindicato/?cHash=91e5d1cd403c31189f5fdc8bbb648e97>. Acesso: 01/02/2017.:

[280] GOMES, Thayse. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil**: implicações para a categoria docente. 2017. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

[281] OLIVEIRA, Manuella Souza de. **Trabalho docente precário**: narrativas de professoras-monitoras de uma Escola estadual do 1o. ao 5o ano no município de Maceió-AL. 2015. 115p.

novo sindicato para representar monitores significa a legitimação dessa subcategoria da docência, nesse sentido Antunes, (2020, p.63) destaca que:

> [...] A respeito da necessidade de buscar uma luta unificada entre os distintos segmentos que compõe a classe trabalhadora. Um desafio se torna central: os setores heterogêneos que compreendem a totalidade da classe estão compelidos a construir laços de solidariedade e sentido de pertencimento de classe, de consciência de seu novo modo de ser, comungando suas lutas cotidianas com seus projetos societais.[282]

Assim, o surgimento do que parece ser um absurdo talvez represente uma resistência dos professores/monitores, percebendo as diferenças entre os grupos, em não quererem deixar suas demandas invisíveis para o sindicato que deveria lhes representar, o Sinteal. No que se refere a dimensão da luta para classe que vive do trabalho, expressão utilizada por Ricardo Antunes em na maioria de suas obras, no caso especifico da docência sua importância tornou-se elementos para compreendermos essas tensões. Não obstante, Antunes (2020, p. 62) afirma que:

> A precarização não é algo estático, mas um modo de ser intrínseco ao capitalismo, um processo que pode tanto se *ampliar* como se *reduzir*, dependendo diretamente da *capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora*.[283]

Face à reflexão do autor indaga-se: se a precarização dos trabalhadores docentes se amplia ou se reduz com a separação das lutas de sujeitos de uma mesma categoria? Mesmo sem respostas para essa questão, mas, sabendo-se que há distintas lutas entre os grupos de professores/monitores e efetivos na rede regular de ensino de Alagoas não deve deixar de existir o sentido de pertencimento de classe, pois, ambos são professores mesmo atuando em regimes de contratos de trabalho diferentes há muitos aspectos em comum na implementação de seus saberes em sala de aula não havendo decerto perdas da importância da classe trabalhadora, como defende Antunes, (2020, p. 66-67):

> [...] a *classe trabalhadora* em sua nova morfologia, participa cada vez mais do processo de valorização do capital e da geração de mais-valor nas cadeias produtivas globais [...]. As consequências dessas mutações são profundas no que concerne às lutas sociais e sindicais, incluindo aquelas

[282] ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
[283] ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Grifos do autor.

> que assumem uma conformação anticapitalista. Se há uma nova morfologia do trabalho, ela inclui o advento de uma *nova morfologia das lutas*, das formas de organização e da representação do trabalho.[284]

Tomando as reflexões do autor para interpretar questões dos fazeres da docência, é possível que a classe trabalhadora de forma organizada tenha capacidade de se refazer e resignificar suas lutas, para tanto é preciso nesse sentido que apesar dos diferentes sindicatos os professores pensem de forma crítica sobre o papel necessário do Sinteal na luta por concursos públicos ao tempo que repensem também sua vinculação ao regime de contratos temporários sem adesão a nenhum sindicato, compreendendo que o prejuízo por não se engajar em suas lutas de forma coletiva fragiliza sua categoria. Dessa forma, lembramos, por exemplo, das greves enquanto estratégia de luta, em que na maioria das vezes não funcionou porque os professores efetivos sindicalizados não participavam e os professores monitores mesmo que alguns deles sindicalizados não participaram.

Observando ainda sobre esse aspecto da educação neoliberal e a participação nas lutas dos professores vemos ainda um problema relativo à formação permanente dos professores, ação necessária e dever de cada professor. Os professores devem atentar para a necessidade de adquirir conhecimentos sobre como se dá na atualidade para condições de trabalho vividas pela categoria com o objetivo de não estar à margem das políticas educacionais neoliberais presentes no atual contexto sem conhecer de onde vem, o que pretendem com suas políticas, como se configuram e adentram no sistema educacional público, ou seja, conhecer essas políticas para se fortalecer e poder criticar o sistema. Essa é uma dimensão de formação necessária e que a categoria docente deve priorizar, pois como nos diz Mészáros (2008, p. 75): “nosso dilema histórico é definido pela crise estrutural do sistema do capital global”[285] aspecto no qual devemos nos atentar.

Sendo assim, observa-se que essa dimensão de luta e participação política da categoria docente é importante sob a perspectiva de atuação no sentido de se conseguir mudanças como indica Loval (2019, p.14)[286] ao refletir que “é preciso lutar contra as dinâmicas desigualitárias que destroem as bases mesmas da escola pública”. Na busca da construção de um ambiente de trabalho ao ato de ensinar e divulgar conhecimentos. por

---

[284] ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.Grifos do autor.
[285] MÉSZÁROS, István**. A educação para além do capital**. 2º ed. São Paulo; Boitempo, 2008.
[286] LAVAL, Chistian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público: tradução de Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

esse turno, segundo Zafalão, (2021, p.54)[287] a desarticulação da categoria docente tendia a contribuir no que tange "A concepção de que os trabalhadores e trabalhadoras são fragmentados orienta políticas públicas salariais e de carreira meritocráticas e individualizadas, em detrimento de trabalhadores coletivos". O autor aponta ainda, sobre a necessidade da categoria docente se articular no âmbito coletivo, e nesse ponto há fragilidade quando pensamos na realidade vivida pelos professores alagoanos, uma vez que a categoria se distribui entre dois sindicatos dificultando ainda mais a construção de pautas comuns configuradas em uma única luta!

[287] ZAFALÃO, João. **Do que adoecem os professores e as professoras?** São Paulo: Usina editorial, 2021

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego ao fim da pesquisa e com ela muitos aprendizados. Iniciei abordando sobre o trabalho docente no contexto das políticas educacionais neoliberais. À luz de um arcabouço teórico especializado me debrucei acerca da compreensão da crise estrutural do capital iniciada nos anos de 1970 quando ocorreu a desestruturação do *taylorismo/fordismo* e implementação do *Toyotismo* principalmente quando nota-se ligeira transformação nas formas de trabalho, especialmente no que tange os saberes e os fazeres dos trabalhadores, sobretudo os da Educação, sujeito desta pesquisa.

Observei assim, os desdobramentos desse processo no Brasil, com inclinação para o estado de Alagoas no final da década de 1990, lócus dessa pesquisa e recorte temporal inicial dos contratos temporários dos professores/monitores na rede estadual de ensino deste estado. Considero a presença dos contratos temporários de professores/monitores na rede regular de ensino de Alagoas uma marca da precarização do trabalho docente dos professores/monitores ao longo de mais de 20 anos, recorte temporal que me propus a estudar explicitado nesta dissertação.

Nesse aspecto, segui a estudar os contratos temporários de professores/monitores, sob a perspectiva de uma análise de 7 editais de processos seletivos simplificados para a contração de professores/monitores no período de 2009 a 2021. Assim, a ideia inicial era problematizar como se deu/dá a contratação e algumas interfaces da consequente precarização do trabalho dos professores na rede estadual de ensino de Alagoas, focando os dispositivos previstos nos editais, trazendo a luz as perdas de direitos trabalhistas da categoria docente e outras questões presentes nas falas dos professores colaboradores.

Considero que a SEDUC/AL ao utilizar dos contratos temporários de trabalho de professores/monitores para atuar nas salas de aulas desde 1996 a 2021, (marco temporal dessa pesquisa) e ao nomeá-los de monitores e não de professores tende direto e/ou indiretamente provocar o sequestro da docência considerando que na prática estes são todos professores e não monitores no sentido pleno da palavra. Partindo do pressuposto do trabalho precarizado docente na rede estadual de ensino de Alagoas com foco na atuação dos professores/monitores, constata-se que tal precarização se deu/dá a partir do tripé contratos, jornadas e salários, quando o professor ao se inserido em regime de contrato de trabalho temporário permanece por alguns anos na rede mantendo-se a cada seleção, aumentando cada vez suas horas aula semanalmente no âmbito de contrato, recebendo salários abaixo muitas vezes do piso nacional se comparados aos salários dos professores

efetivos na mesma rede de ensino e sem Plano de Cargos e Carreiras.

A pesquisa ora apresentada chama a atenção para o fato de que não é a ausência de concursos que justifica a realização das seleções para contratação de professores/monitores, pois esses existiram ao longo da publicação dos editais, apesar de serem poucos, e sim uma política estadual educacional de lucros de capital e ganhos financeiros e estruturais com a presença de um contingente elevado de professores em situação de contrato temporário de trabalho exercendo a função docente na referida rede de ensino. Isso se deu desde o início do processo com o Plano de demissão voluntária – PDV, que nos estudos realizados nesta pesquisa e por outros pesquisadores, a prática de demitir professores, funcionários públicos estaduais justificando crises financeiras para contratar professores/monitores em regime de contratos temporários. Assim, a pesquisa indica que essa prática permanece ao longo dos mais de vinte anos analisados, pois deixa de realizar concursos para provimento de vagas fixas ao priorizar a realização de processos seletivos simplificados, o que deixa a entender que há uma preferência pelos contratos temporários em detrimento da criação de um vínculo permanente de professores. O fato é mesmo havendo poucos concursos durante os anos compreendidos pela pesquisa e não haver convocações para suprir as carências de professores na rede. Essa escolha do governo alagoano nos faz refletir que se houvesse o interesse público pela criação de cargos públicos para composição de quadros efetivos, haveria convocações conforme carências apresentadas nos processos de seleções simplificadas para monitores.

A precarização do trabalho docente na rede estadual de Alagoas chegou ao ponto de em 2015 ser a maior rede estadual em número de professores contratados do país, de lá para cá então não sabemos ao certo esse número por ausência de transparência, mas os dados de outras pesquisas indicam que não são poucos, fato comprovado com a convocação de em média 3.000 professores no ano de 2022, referente ao concurso público para professores em 2021 e, mesmo assim permanecendo ainda um número significativo de professores/monitores atuando na rede. Nota-se que esse concurso foi o que mais convocou professores dos últimos anos.

Ao realizar entrevistas com os professores contratados utilizando formulários, analisou-se por último a realidade sob a perspectiva dos professores/monitores que vivenciaram e/ou vivenciam por anos a prática dos contratos de trabalho temporários na rede estadual de Alagoas e podemos afirmar que a atuação desses professores se deram/dá em muitas situações de precariedade por diversos motivos. A título de exemplo nos deram respostas para a pergunta: quais são as implicações políticas e pedagógicas na atuação

desses professores? As informações trazidas por esta pesquisa não deixam dúvidas de que esses professores recebem vencimentos inferiores ao de um professor efetivo, pois não são contemplados por um plano de cargos e carreiras, estão sujeitos a renovação e/ou não dos seus contratos a cada seleção, havendo instabilidade em sua atuação, podendo serem substituídos a qualquer tempo, portanto, em situação de vulnerabilidade e insegurança implicando nos seus fazeres diários.

A insegurança face aos tipos de contratos ora discutidos nessa dissertação faz com que os professores precisem se deslocar semanalmente para dar conta de sua carga horária entre várias escolas e até mesmo em outros municípios provocando cansaço físico e mental constantes sem ter como se ausentar de suas funções, e às vezes são tratados de forma distintos em comparação com os professores efetivos no mesmo espaço de trabalho, não podendo participar de greves e movimentos de luta. Desta feita, a pesquisa revela insatisfação dos docentes com as condições de trabalho, salário e as demandas pedagógicas que expressam elevado volume de trabalho, levando-os ao desafio de lhe dar com novas demandas relacionadas à garantia das aprendizagens dos estudantes, requerendo-lhes novos domínios de conteúdos e habilidades.

A pesquisa teve a intenção de trazer a luz situações reais da precarização do trabalho docente materializada nas permissões e interdições sob o vínculo de ser professor/monitor em regime de contrato temporário dito pelos professores participes dessa pesquisa.

É certo que muitas dessas marcas não são só vividas pelos professores /monitores na rede estadual de ensino de Alagoas e nem é uma particularidade deste estado, afinal, todo professor na atualidade vive nuances da precarização do trabalho globalizado, inclusive os professores efetivos/as da mesma rede de ensino, porém a preocupação nesta pesquisa foi focar nos professores/monitores em regime de contratos temporários. Apesar de tantas marcas de um trabalho precarizado envolvendo a docência em Alagoas, a pesquisa revelou um dado interessante, provavelmente, novo. Os professores colaboradores nesta pesquisa também acreditam que estão em situação melhor se comparados a outros tipos de contratos vividos em escolas das redes privadas e municipais do estado de Alagoas que se quer garantem o 13º salário, horas de HTPC e HTPI, férias remuneradas, quando na maioria das vezes tem seus contratos de trabalho encerrados ao término de cada ano letivo. Estes professores entendem que a monitoria é uma oportunidade, que os salários recebidos não são tão ruins em comparação com outras situações contratuais conforme já discutido aqui.

Tais elementos contribuem com a hipótese inicial da pesquisa de que na rede

estadual de ensino de Alagoas a configuração dos contratos temporários de professores/monitores demarcam a precarização do trabalho docente e que este revela especificidades que garantem a permanência dos professores atuando, porém, nota-se implicações político-pedagógicas em sua atuação em sala de aula e "mascara" a ausência de insalubridades nas condições de trabalho. Nesse sentido, afirma-se que os professores/monitores precisam se aprofundar na compreensão de como são "tragados" pelas condições de trabalho precárias aos quais os contratos temporários de monitores impõem à docência, pois, a forma na qual veem os contratos de trabalho na rede estadual de ensino e comparam com outras situações de docência no estado revelam aspectos para estes positivos, fato que precisa ser problematizado observando suas contradições.

Sob essa perspectiva os contratos de trabalho de monitores na rede estadual de Alagoas por pagar 13º salários, horas de HTPC e HTPI, férias remuneradas, hora aula maior e ser encerrado a cada dois anos initerruptamente absorvendo um maior número de professores que recebem em dia seus salários, coloca na visão dos professores/monitores, do estado de Alagoas uma falsa ideia de estarem em melhor situação em detrimento dos demais. Assim, esses contratos são diferenciados e acabam mascarando o caráter de precarização face a atuação desses professores fazendo-os achar que são privilegiados.

Visto isso a pesquisa observa, ainda, que há um estranhamento e uma "alienação" de certa forma do trabalho e de suas condições precárias por parte dos professores/monitores a partir do momento em que de forma contraditória percebem suas condições precárias de trabalho, mas, ao mesmo tempo estão "satisfeitos". Assim, se faz necessário separar o fato de estar empregado e recebendo salários em dia das condições de trabalho e diferenças em sua atuação!

Ao historicizar esse processo, percebi a necessidade de pensar a "educação para além do capital" utilizando aqui a expressão utilizada por Mészáros (2008). Diante disso afirma-se a necessidade de ampliar o olhar sob essas condições de trabalho e atuação desses professores no sentido de fazer uma reflexão acerca dessas questões por parte dos professores/monitores quando comparam uma situação de precarização do trabalho a outra de igual precarização ou pior, considerando uma melhor do que a outra. Daí ser necessário também um maior envolvimento com as questões sindicais, pois, por mais que a categoria docente tenha suas críticas ao sindicato e sua forma de agir, não tem como negar a sua importância na luta em defesa da categoria docente. Vislumbramos, enfim, que se faz necessário maior atenção à formação política por parte dos docentes, uma formação que dê conta de observar como ocorre as relações de trabalho e da profissão docente diante das

atuais demandas das políticas educacionais de cunho neoliberal, sua configuração e como a categoria docente se fortalece na busca da manutenção dos direitos.

Por fim, iniciei a pesquisa com o objetivo de desvelar como se deu/dá a configuração do trabalho dos professores/monitores na rede estadual de ensino de Alagoas e suas implicações políticas e pedagógicas em sua atuação no âmbito das salas de aulas e finalizo, mesmo diante das dificuldades de dá conta de sua escrita nas condições de trabalhadora da educação com carga horária de 40 horas semanais sem liberação para o estudo, com um sentimento de vínculo com o tema, certa de que esse texto é uma contribuição para aqueles que como eu faz a educação estadual de Alagoas e não podem estar alheios as suas marcas e impactos em nossa atuação. Espero que esta seja uma contribuição para futuras pesquisas sobre os professores de Alagoas, sabendo que o tema não se esgota por aqui e que muitas lacunas não foram superadas com este estudo, sabendo-se que muitas questões iniciais não foram trabalhadas nessa dissertação tem ligeira implicações com a pandemia do covid-19 quando a maioria das disciplinas e orientações e qualificação foram realizadas em ambiente remoto por conta do distanciamento social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leda de. **Rupturas e permanências em Alagoas:** o 17 de julho de 1997 em questão. Maceió: edições catavento, 1999.

ALAGOAS**. Lei 6.018 de 1º de julho[1] de 1998 que dispõe sobre a contratação temporária em caráter excepcional de interesse público**. Disponível em <http://transparencia.al.gov.br/media/legislacao/1998/Lei%20N%C2%BA%206.018%20-%2098.pdf.>. Acesso em 23, jan. 22.

ALAGOAS. **Secretaria de Estado de Alagoas** – Editais 2015. Disponível utilizando filtro por ano em <http://www.educacao.al.gov.br/legislacao/editais>. Acesso em: 10.12.21.

ALAGOAS. **Secretaria de Estado da Educação** - Editais 2021. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/legislacao/editais/editais-2021>. Acesso em: 10.01.22.

ALAGOAS. **Decreto Estadual nº 37.067 de 02 de dezembro de 1996**. Disponível em <http://transparencia.al.gov.br/media/legislacao/1996/Decreto%20N%C2%BA%2037.067%20-%2096.pdf >. Acesso em 20.jan.22.

ALAGOAS. **LEI Nº 7.795, DE 22 DE JANEIRO DE 2016 que aprova o Plano Estadual e educação de Alagoas para o período de 2015-2025**. D.O, Maceió 22 de janeiro de 2016.2016.

ALAGOAS. **D.O DE 01 DE JULHO DE 2021**. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.al.gov.br/storage/files/diary/2021/07/DOEAL-2021-07-01-COMPLETO-Go1qbZynv5u9pa2Yd2aX5OC50GgYTV565vp04B3aPO6i0MCusvcAO.pdf> Acesso em 05 jan. 2021.

ALAGOAS. **Secretaria de Executiva da Educação** - Editais 2005. Disponível em:<https://docplayer.com.br/57817675-Edital-no-002-2005-searhp-see.html>. Acesso em 8 ago. 2022.

ALAGOAS. **Lei nº 6018, de julho de 1998**. Dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências. Disponível em: http://transparencia.al.gov.br/media/legislacao/1998/Lei%20N%C2%BA%206.018%20-%2098.pdf> Acesso em; 15 dez.2021.

ALAGOAS. **Lei nº 5247, de 26 de julho 1991**. Institui o regime jurídico único dos servidores públicos civis do estado de alagoas, das autarquias e das fundações públicas estaduais. Disponível em: < http://transparencia.al.gov.br/media/legislacao/1991/Lei%20N%C2%BA%205.247%20-%2091.pdf> Acesso em: 8 ago. 2022.

ALAGOAS**. Lei nº 8.465, de 12 de julho de 2021**. Dispõe sobre a criação do programa conecta professor para a aquisição de novos equipamentos de informática, inovação, tecnologia e apoio para o custeio de plano de acesso à internet, no âmbito da secretaria de estado da educação – Seduc, e dá outras providências. Disponível

em:<https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2021/2057/lei_no_8.465_de_12_de_julho_de_2021.pdf> Acesso em: 8 ago. 2022.

ALAGOAS. **Lei nº 7 966, de 09 e janeiro de 2018**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da constituição federal e do inciso IV do art. 47 da constituição estadual, e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/1411/1411_texto_integral.pdf. Acesso em: 10 de ago.2022.

ALAGOAS. **Secretaria de Estado da Educação** – editais de 2014. Disponível em http://www.educacao.al.gov.br/legislacao/editais/editais-2014. Acesso em 15 de jan. 2022.

ALAGOAS. Diagnóstico do plano estadual de educação 2015-2025. Maceió: Secretaria Executiva de Educação, comitê Gestor do plano Estadual.p.18.

ALMEIDA, Anderson da Silva (Org.). **O que vamos contar? Vozes da Pandemia:** uma ação de documentar relatos sobre os impactos do covid-19 em Alagoas (2020). Maceió, AL: EDUFAL, 2021.

ALVES, Giovanni. **Toyotismo e subjetividade**: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. ORG & DEMO, v.7, n.1/2, jan. - Jun/Jul. Dez., 2006, p. 95.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: editora Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **A fábrica da educação:** da especialização taylorista a flexibilização toyotista**.** São Paulo: Cortez, 2017;

ANDRADE, Daniel Pereira**. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais.** Sociedade e Estado, v. 34, 2019, p. 211-239.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica:** teoria e método. São Paulo/Bauru: Edusc, 2006.

BEZERRA, Antônio. A. O Uso de Projetos Temáticos nas Aulas de História, Construção Coletiva do Processo de Ensino e aprendizagem. **Revista Labirinto**, Ano XVI, Vol. 24, n. 2 (jan-jun), 2016, p. 31-56.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. *In*: **Magia e técnica, arte e política**. 7ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.

BARROS, José D'Assunção. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **QEdu**. Disponível em <https://novo.qedu.org.br/uf/27-alagoas> acesso em 08.10. 2022

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico do Estado de Alagoas** – Censo da Educação básica de 2019, p.44. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_de_alagoas_censo_da_educacao_basica_2019.pdf>. Acesso em 08.10.2022

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB. Lei 9394/1996.

BRASIL. **Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: < https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/banco-de-precos/legislacao/lei-no-8-666-de-21-de-junho-de-1993.pdf/view> Acesso em: 10 ago. 2022.

BORGES. Kamylla Ferreira. **Trabalho, precarização e adoecimento docente**. 1ºed. Curitiba: Appris, 2020.

CATINI, C. (2020). Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, (127), 53-68. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p53-68.

CESPE/UnB. **Concurso público para provimento de vagas no cargo de professor da secretaria de estado da educação de alagoas**. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/SEDUC_AL_17/>. Acesso em: 5 ago. 2022.

CEBRASPE. **Concurso público para provimento de vagas no cargo de professor da secretaria de estado da educação de alagoas** Disponível em: <https://www.cebraspe.org.br/concursos/seduc_al_21> Acesso em: 5 ago. 2022

CIPOLA, Ari. **Plano de demissão atrai 22 mil em Alagoas**. Folha de são Paulo, São Paulo 28 de dezembro de 1996. Disponível em < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/28/brasil/7.html>

CIPOLA, Ari. **Cerco a assembleia obriga Suruagy a pedir licença**. Folha de São Paulo. São Paulo, ano 77, nº 24.945, 18.07.1997, p.05.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAL ROSSO, Sadi**. Jornada de trabalho:** duração e intensidade. Cienc. Cult. vol.58, no.4, São Paulo, 2006.

DAL ROSSO, S. (2013). Jornadas Excessivas de Trabalho. ***Revista Paranaense De Desenvolvimento - RPD***, *34*(124), 73–91. Recuperado de https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/581.

EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan K.; SOUZA, Artur G. de. **Formação docente no Brasil pós-2000**: lances de um massacre intelectual. Florianópolis, SC: UFSC, p. 1-31, 2018. (mimeo).

FERREIRA, Geisa Carla Gonçalves. **Trabalho docente**: a precarização em debate – 2017. 109 f.

FERREIRA. Geisa Carla Gonçalves. **Adoecimento docente na rede pública estadual de ensino em Alagoas** – 2021. 149 f.

FIGUEIREDO, Claudio Braz de. A proletarização e precarização do trabalho docente. **FATEB cientifica**. Vol. 01. nº 1. 2017.

FREIRE, Paulo. "A EDUCAÇÂO é um ato político". **Cadernos de Ciência**, Brasília, n. 24, p.21-22, jul./ago./set. 1991

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não:** cartas a quem ousa ensinar. Olho d'Água, 1993.

Folha de São Paulo. **FHC faz intervenção informal em AL.** São Paulo, ano77, nº 24.944, 19.07.1997, p.01.

Folha de São Paulo. **Polícia rebelada enfrenta exército e derruba governador de Alagoas**. São Paulo, ano77, nº 24.943, 18.07.1997, p.01.

PEREIRA, J. N., & EVANGELISTA, O. (2019). **QUANDO O CAPITAL EDUCA O EDUCADOR:** BNCC, NOVA ESCOLA E LEMANN. ***Movimento-Revista De educação***, (10), 65-90. Disponível em: https://doi.org/10.22409/mov.v0i10.538. Acesso em 10.01.22

GAMBOA, Silvio Sanches. **Pesquisa em educação:** métodos e epistemologias. 2º ed. Chapecó: Argos, 2012.

GATTI, B. A. (2012). **A construção metodológica da pesquisa em educação**: desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, 28(1). https://doi.org/10.21573/vol28n12012.36066.

GOMES, Thayse Ancila Maria de Melo. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil:** Implicações para a categoria docente. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p.101, 2017.

GOMES, Thayse. **O professor - monitor e suas implicações no trabalho docente na rede pública de ensino de alagoas.** *In*: Seminário Internacional da rede Estrado, 15, 2014,

Salvador. Anais… Salvador: UNEB, 2014

LAVAL, Chistian, **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**: tradução de Mariana Echalar – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2022.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2ºed. São Paulo, Cortez, 2011;

LIRA, Jailton de Souza. **O neoliberalismo na educação pública alagoana durante o governo Teotônio Vilela (2007 a 2015)**. João Pessoa/2016. 345p.

LIRA, Jailton de Souza. **Uma questão de classe**: o movimento sindical da educação em Alagoas. EDUFAL, 2013.

LIRA, Jailton Souza. **Educação Pública em Alagoas**: a ofensiva neoliberal dos governos Teotônio Vilela Filho (2007-2014). Maceió. EDUFAL. Imprensa oficial Graciliano Ramos. 2017

MAUÉS. Olgaíses. **As relações entre as condições materiais e o trabalho pedagógico do docente da Educação Básica em Trabalho docente**: Tensões e perspectivas. Laura Cristina Vieira Pizzi (org). Maceió: EDUFAL, 2012.

MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEYHY, Luiz Carlos Sebe e SEAWRIGHTS Leandro. **Memórias e narrativas**: história oral e aplicada. São Paulo: contexto, 2020.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. 1 ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capita**l . 2º ed . São Paulo; Boitempo, 2008.

MONITOR. **Dicionário online Michaelis**, 2010. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/477/Direitos-e-deveres-dos-professores>. Acesso em 06.09.21

MPA. Ministério Público de Alagoas. **MP Recomenda que Secretaria de estado da Educação Deixe de contratar e utilizar indevidamente monitores e professores**. Localizado em <https://www.mpal.mp.br/mp-recomenda-que-secretaria-de-estado-da-educacao-deixe-de-contratar-e-utilizar-indevidamente-monitores-e-professores/>. Acesso em 28 de set. 22

OLIVEIRA, Manuella Souza de. **Trabalho docente precário:** narrativas de professoras-monitoras de uma escola estadual do 1º ao 5º ano no município de Maceió/AL. Manuella Souza de Oliveira. 2015.

OLIVEIRA, Manuella Souza de. **Proletarização e Precarização do trabalho docente:** Os/as monitores/as em Alagoas. *In*: Congresso Nacional de Educação, 11,2013, **Anais** Curitiba: PUC, 2013

OLIVEIRA, Manuella.; PIZZI, Laura. **Monitores e a precarização do trabalho docente em Alagoas:** Histórias de vida. In: Colóquio Internacional, 6, 2012. Anais… Sergipe: UFS, 2012.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **"Professor você trabalha ou só dá aula?". Um olhar sobre a história e precarização do trabalho docente**. Curitiba: CRV, 2019.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer Pesquisa qualitativa**. 7º ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: vozes, 2016.

PEREIRA. Maria Betânia Nunes. **Precarização do trabalho docente na Rede Estadual de Ensino de Alagoas (2013 a 2021)**. Dissertação. UFAL. 2021. 241p.

PEREIRA e LIRA. Maria Betânia e Jaiton de Souza**. Pandemia e precarização do Trabalho docente em Alagoas em Política educacionais na era do Ultra [neo] liberalismo**: múltiplos olhares. Elione Maria Nogueira Diógenes, maria Betânia Nunes Pereira, Inalda Maria dos Santos (orgs). Curitiba: CRV: 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Amanda Moreira de. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente:** o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras. Curitiba: CRV, 2020.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. **Saberes Docentes e formação profissional**. 17ª edição. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9º. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TUMOLO. Paulo Sérgio e FONTANA, Klalter Bez. **Trabalho docente e capitalismo**: Um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. p 167. Localizado em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000100009 acesso em 15.01.2022.

VASAPOLLO, Luciano. A Precariedade como Elemento Estratégico Determinante do Capital. **Pesquisa & Debate**, SP, vol. (16), número 2(28), pp. 368-386, 2005.

ZAFALÃO. João. **Do que adoecem os professores e as professoras?** 1º ed. São Paulo: Usina Editorial, 2021.